CELSO FURTADO

O DESVELADOR DA REALIDADE NORDESTINA

Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

CELSO FURTADO

O DESVELADOR DA REALIDADE NORDESTINA

Conselho Editorial

Presidente
Luiz Otavio Cavalcanti

Coordenadora Geral da Editora Massangana
Joana cavalcanti

Diogo Helal
Juliano Domingues
Liliane Jamir
Maria Ferreira
Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Schneider Carpeggiani

CELSO FURTADO

O DESVELADOR DA REALIDADE NORDESTINA

Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

ISBN 978-85-7019-677-4
© 2017 Da Coordenação

Reservados todos os direitos desta edição.
Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização
da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br
Av. 17 de Agosto, 2187 – Ed. Paulo Guerra – Casa Forte
Recife, PE – CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321

Ministro da Educação | Governo Federal do Brasil
José Mendonça Bezerra Filho
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco
Luiz Otavio Cavalvanti
Coordenadora Geral da Editora Massangana
Joana Cavalcanti
Chefe de Divisão de Serviços Editoriais
Antonio Laurentino
Projeto Gráfico da Capa
Antonio Laurentino
Editoração Eletrônica
Antonio Laurentino
Revisão
Estagiários: Izabela J. S. Silva e Layanne Lopes

Foi feito depósito legal. Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco)

C376s *Celso Furtado: o desvelador da realidade nordestina*.
Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.
128 p.

ISBN: 978-85-7019-677-4

1. Furtado, Celso, 1920-2004. I. Economia, desenvolvimento. II. Brasil, Nordeste. III. Título.

CDU 338.98 (812/814)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE
DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO | Luiz Otavio Cavalcanti | **9**

APRESENTAÇÃO | Sérgio C. Buarque | **11**

APRESENTAÇÃO | **13**

O PLANEJADOR CELSO FURTADO | Sérgio C. Buarque | **15**

I. O PLANEJADOR CELSO FURTADO | **17**

II. AS CIRCUNSTÂNCIAS E AS IDEIAS | **20**

III. DESVELANDO A REALIDADE NORDESTINA | **23**

IV. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO GTDN | **27**

V. MUDANÇAS NO NORDESTE DAS ÚLTIMAS DÉCADAS | **34**

VI. CONCLUSÕES E LIÇÕES DO GTDN | **41**

BIBLIOGRAFIA | **47**

NOTAS PARA A PALESTRA SOBRE CELSO FURTADO
E A SUDENE NA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO |
José Maria Aragão | **51**

DEGRAVAÇÃO | DEBATE SOBRE CELSO FURTADO | **69**

APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Então, o que aproxima e o que diferencia os pensamentos de Gilberto Freyre e de Celso Furtado?

Freyre assinou o Manifesto Regionalista em 1926. Por sua vez, Furtado assumiu a superintendência da SUDENE em 1959. Em épocas diferentes, Freyre e Furtado caminharam pelos ladrilhos ecológicos do conceito de Região.

Freyre inventou a sócio antropologia do Nordeste. Furtado construiu a visão moderna da economia regional. Freyre interpretou a sociedade patriarcal nordestina a partir da casa grande, senzala e capela. Furtado releu a economia da Região por elos entre alimentos, miséria e descentralização produtiva.

Ou seja, ambos tomaram o Nordeste como ponto de partida para delinear suas visões do mundo real.

Freyre olhou o Nordeste de dentro para fora. Valorizando a tradição do selo interior. Furtado viu o Nordeste de fora para dentro. Realçando a articulação externa da produção.

Freyre produziu um painel colorido do Nordeste à base dos modos de comer e de vestir. Furtado montou documentário em preto e branco das formas de produzir e de distribuir.

Convergentes na ventura de pensar o Brasil, foram diferentes em alguns pontos. Freyre aplainou certo ar aristocrático com senso cultural abrangente. Furtado incorporou a dimensão social na equação produtiva.

Freyre enxergou verticalmente a sociedade com percepção de sociólogo e antropólogo. Furtado definiu horizontalmente a economia com régua de historiador e compasso de institucionalista.

Chegando à Fundação Joaquim Nabuco, olhei em volta. Vi muitas belezas. O Museu do Homem do Nordeste – MUHNE.

A sala do Conselho Diretor. O casarão Francisco Guimarães. O auditório Roquete Pinto. A Villa Digital. O prédio Ulysses Pernambucano, no Derby. Sem falar no engenho Massangana.

Vi também a memória dos grandes zelosamente gravada nas salas Aloísio Magalhães, Manuel Correa de Andrade, Mauro Mota.

Não vi Celso Furtado.

Ora, Gilberto Freyre e Celso Furtado, homens de diálogo, conversaram uma ocasião, entre outras, na casa de Dirceu Pessoa. Segundo Clovis Cavalcanti, presente, uma conversa penetrante e respeitosa. Na qual a diferença de concepções não tinha a menor importância. Importante foi o encontro.

Ah, como o país está precisado de encontros.

Por isso, convidamos Celso Furtado para visitar, no pós tempo, a Fundação. O resultado está neste livro. Que guarda passado. E aponta futuro. É testemunho. E é compromisso.

Casa Forte, 18 de julho de 2017.

Luiz Otavio Cavalcanti

APRESENTAÇÃO

SÉRGIO C. BUARQUE

APRESENTAÇÃO

O GTDN – Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste– inaugurou o planejamento regional e foi o primeiro documento abrangente de planejamento no Brasil. O GTDN apresenta o economista Celso Furtado como o planejador que inaugura a atividade sistemática e estrutural de planejamento do desenvolvimento no país e, em grande medida, na América Latina. Este texto resume palestra apresentada em seminário sobre Celso Furtado promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, analisando a contribuição de Furtado para o planejamento e para o desenvolvimento do Nordeste a partir de uma releitura do documento GTDN. Este documento – Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste – parte de um inovador diagnóstico da questão regional no Brasil e avança na formulação de uma estratégica abrangente de desenvolvimento do Nordeste.

O texto está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta uma síntese das principais contribuições do GTDN para a compreensão das desigualdades regionais e analisa as concepções de planejamento de Celso Furtado que inspiraram a formulação da política de desenvolvimento econômico do Nordeste. O segundo capítulo é dedicado a uma contextualização da elaboração do GTDN situando-o nas circunstâncias históricas, tanto em termos econômicos e políticos quanto do pensamento dominante na época em torno da temática do desenvolvimento. O Capítulo III resume o diagnóstico da questão regional e do subdesenvolvimento do Nordeste apresentado no GTDN, e o capítulo IV é dedicado à análise da estratégia de desenvolvimento do Nordeste defendida pelo GTDN com a combinação de industrialização, transformação da economia das áreas úmidas da Zona da Mata, reorganização da economia do Semiárido

e deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. No capítulo V é feita uma análise das mudanças registradas no Nordeste (e sua relação com a economia brasileira) nas últimas décadas, confrontando com as condições do GTDN e, principalmente, com as propostas e expectativas de Celso Furtado expressas na política de desenvolvimento econômico do Nordeste. Finalmente, o sexto capítulo procura extrair lições do GTDN e das mudanças recentes da perspectiva do planejamento do desenvolvimento regional.

O PLANEJADOR CELSO FURTADO

UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O NORDESTE (GTDN)

SÉRGIO C. BUARQUE

PALESTRA APRESENTADA NO SEMINÁRIO SOBRE CELSO FURTADO PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

RECIFE, 29 DE MARÇO DE 2017

O GTDN continuou exercendo "(...) sua função de desvelador da realidade nordestina, enterrando as falácias que secularmente serviram para justificar a utilização de dinheiro público na perpetuação de estruturas anacrônicas e antissociais".

Celso Furtado em A fantasia desfeita *– citado por Rosa Freire d´Aguiar em "A batalha da Sudene" – Nordeste e a saga da Sudene – 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto – Rio de Janeiro – 2009*

I. O PLANEJADOR CELSO FURTADO

O GTDN[1]–Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste–formulado por Celso Furtado em 1959[2], foi o primeiro plano de desenvolvimento regional e, em grande medida,a primeira abordagem estrutural e integrada de planejamento do Brasil. Até então, o mais importante instrumento de planejamento tinha sido o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, além de alguns planos setoriais que constituiam, praticamente, coleção de projetos. A política do GTDN contempla uma intervenção combinada e diferenciada nas estruturas econômicas do Nordeste com uma visão sistêmica que busca uma síntese das relações econômicas e sociais e suas características específicas.

Mesmo assim, o GTDN é um plano estritamente econômico e muito focado nas atividades produtivas com aposta na reestruturação da economia canavieira e da economia do semiárido. Embora manifeste grande preocupação com o drama social do

---

[1] O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi criado no Governo Juscelino Kubitschek em 1956, tendo sido coordenado por Celso Furtado a partir de 1958. O documento Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste foi elaborado por Celso Furtado, embora tenha sido assumido como produto do grupo de trabalho. De acordo com Wilson Cano, citado por Vieira (2011), Furtado preferiu não assinar para evitar resistências no Congresso à aprovação da criação da Sudene– Superintência de Desenvolvimento do Nordeste.

[2] FURTADO, Celso – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (GTDN), 1959 – in *O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964* – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro, 2009.

Nordeste, não apenas devido à seca, o GTDN deixa implícito que a principal desigualdade regional no Brasil era uma desigualdade econômica e tinha como determinante central o diferencial de produtividade econômica. O reduzido nível de renda e a limitada média salarial, quando comparados com a região Centro-sul[3], tinham origem na baixa produtividade, especialmente da produtividade da agricultura que levava à insuficiência da produção de alimentos. O que teria levado Celso Furtado a afirmar, em palestra sobre a Operação Nordeste pronunciada no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros–, em 1959, que o "ponto nevrálgico da economia nordestina está, portanto, na agricultura" (FURTADO, 2009c) e insistir na necessidade de reestruturação da economia canavieira e abertura de nova fronteira agrícola nas áras úmidas do Nordeste maranhense.

A insuficiência da produção de alimentos na região não era, para Celso Furtado, apenas um grave problema social – a fome– mas também, principalmente do ponto de vista econômico, uma restrição à industrialização do Nordeste. Por outro lado, esta insuficiência da produção de alimentos não era decorrência da seca, mas um resultado direto e permanente da baixa produtividade agrícola no semiárido, sendo a seca apenas um evento de agravamento das restrições produtivas.

O GTDN aborda a crise social do Nordeste como uma resultante direta e imediata do subdesenvolvimento econômico e busca a melhoria da qualidade de vida expressa na elevação da renda e do emprego, bem como na reestruturação da economia e na industrialização do Nordeste. Da mesma forma, a ênfase na produção e oferta elevada de alimentos – oferta adequada de bens-salários a preços baixos – tem como objetivo central a viabilização do processo de industrialização que leva à elevação da renda e do emprego.

A primeira formulação de estratégia de desenvolvimento econômico do Nordeste provocou uma revolução conceitual na abordagem regional com duas inovações fundamentais:

---

[3] A região Centro-sul, utilizada por Furtado na comparação regional, corresponde, atualmente, ao que seriam as regiões Sul e Sudeste.

1. situar a região no conjunto das políticas e decisões nacionais, analisando os impactos diferenciados no território das políticas nacionais – **influência das políticas nacionais sobre a dinâmica da economia nordestina** – demonstrando que as medidas cambiais, alfandegárias e fiscais para promover a industrialização do Brasil comprometiam o desenvolvimento do Nordeste.
2. questionar a visão restrita e limitada das **concepções hidráulicas** que predominavam nos diagnósticos e, principalmente, nos projetos implementados na região e nas instituições atuantes no Nordeste. Para Celso Furtado, a seca não era o maior problema do Nordeste, embora representasse um agravamento das condições econômicas e, principalmente, sociais.

Celso Furtado foi também um inovador na concepção de planejamento do desenvolvimento que se expressa não apenas nos planos (GTDN) como nos seus discursos e palestras da época e, mais ainda, na sua atividade prática. Furtado entendia o **planejamento como um processo técnico e político** e não apenas como uma competente formulação técnica. No seu discurso de posse na Sudene, Furtado afirmou que "[...] o problema do desenvolvimento do Nordeste é menos de formulação de planos tecnicamente aceitáveis do que de acertado e oportuno encaminhamento políticos das soluções" (FURTADO, 2009a, p. 166). Em texto publicado em 1962, Furtado afirma ainda que "[...] não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político" (FURTADO, 2009d, p. 177). No seu entendimento, a política estaria acima da técnica, embora todo o seu esforço intelectual e técnico deixe claro que o planejamento requer uma competente formulação técnica. E, embora tenha dito também que não era político, limitando-se a dar informações técnicas para as decisões, ele foi também um grande articulador político num esforço para viabilizar suas propostas, demonstrando grande habilidade e capacidade de negociação.

No GTDN, Celso Furtado defendeu a importância de integração e articulação das instituições no processo de planejamento,

tanto na formulação quanto na execução, embora entendendo que esta execução deveria ser descentralizada. O GTDN criticou a excessiva fragmentação dos recursos e a multiplicidade desordenada de iniciativas nos projetos do Nordeste, propondo a integração das instituições na formulação e a descentalização na execução, contando com um órgão coordenador de acompanhamento. No mesmo discurso de posse da Sudene, Furtado afirmou que "os investimentos federais, na região, deverão ser, agora, submetidos aos mesmos critérios de essencialidade, critérios esses consubstanciados em um plano diretor a ser apresentado pelo senhor Presidente da República ao Parlamento Nacional" (FURTADO, 2009a).

II. AS CIRCUNSTÂNCIAS E AS IDEIAS

Como todo planejamento, o GTDN foi uma construção social e, portanto, produto de sua época, tanto como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do seu objeto de planejamento, o Nordeste, quanto expressão do ambiente sócio-político e das ideias historicamente prevalecentes sobre desenvolvimento. Entretanto, dentro dessas circunstâncias, Celso Furtado, armado da concepção estruturalista da Cepal, introduziu profundas inovações técnicas, conceituais e políticas na estratégia do GTDN.

No final da década de 50, o Brasil vivia um ciclo de expansão econômica e grande agitação política com o Governo Juscelino Kubitschek e as primeiras iniciativas de planejamento nacional com o Plano de Metas (1956). Celso Furtado presidiu o Grupo Misto Cepal/BNDES que orientou a confecção do Plano de Metas, ambicioso programa de investimentos em infraestrutura, usinas hidrelétricas e indústria de base que dava continuidade ao processo de substituição de importações do Brasil. Mesmo antes do Plano de Metas, ainda no governo de Getúlio Vargas, a Assessoria Econômica da Presidência da República, coordenada por Rômulo de Almeida e com a participação de Inácio Rangel, deu os primeiros passos no planejamento no Brasil com elaboração de projetos industriais e de infraestrutura, incluindo a criação da Petrobrás e da Eletrobrás.

No que diz respeito ao Nordeste, ainda no Governo Getúlio Vargas (1952), o BNDE encomendou um estudo ao professor Hans Singer, das Nações Unidas, com diagnóstico e recomendações de política para combater o atraso da região. De acordo com Gumiero, o relatório do professor inglês antecipava alguns dos aspectos adotados no GTDN, como a expansão da área irrigada e o deslocamento das populações do semiárido para regiões úmidas (GUMIERO, 2014).

A preocupação com o Nordeste cresce no final da década de 50 com a emergência de lutas sociais na região lideradas pelas Ligas Camponesas. Setores da Igreja Católica se juntaram aos movimentos sociais na medida em que crescia a consciência da pobreza e das desigualdades regionais no Brasil. Em 1957, foi realizada a Conferência dos Bispos, em Campina Grande, para discutir a questão regional (o próprio presidente Kubitischek participou deste encontro), e em maio de 1959 houve um grande Seminário de Desenvolvimento do Nordeste, em Garanhuns, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria, com impacto político na região e nas lideranças políticas nacionais. Toda esta configuração política se acentuou com a seca que assolou o sertão nordestino em 1958, com suas dramáticas consequências econômicas e sociais.

A desigualdade regional vinha se acentuando nas décadas anteriores como resultado do ritmo de crescimento diferenciado da economia do Centro-Sul estimulada pelo processo de industrialização e de substituição de importações. De acordo com Celso Furtado, a participação do Nordeste no PIB do Brasil caiu de 30%, em 1939, para apenas 11%, em 1959 (FURTADO, 2009), evidenciando o fracasso das instituições que atuavam no combate à seca e no financiamento diferenciado do Nordeste. Estas instituições, com destaque para o DNOCS–Departamento Nacional de Combate às Secas e a CODEVASF– Comissão do Vale do São Francisco, criadas na década de 40, atuavam de forma fragmentada e concentrada nas soluções hídricas do problema das secas.

Armado da sua visão de planejamento e da concepção histórico-estruturalista da CEPAL–Comissão Econômica para Amé-

rica Latina das Nações Unidas,Celso Furtado promoveu uma profunda revisão da abordagem regional e da proposta de desenvolvimento do Nordeste. No GTDN, Furtado propôs duas reorientações teóricas no tratamento que vinha sendo dado ao Nordeste: (1) análise (do) e intervenção no Nordeste como uma totalidade sistêmica, refutando o reducionismo dos projetos hidráulicos; (2) compreensão da região Nordeste, suas perspectivas e dinâmicas, dependente das decisões políticas e das condições econômicas do Brasil. Da teoria cepalina, Celso Furtado adaptou para a análise da região Nordeste dois postulados fundamentais:

1. **Relação centro-periferia** com o suposto de dependência externa e especialização estrutural (periferia baseada nos setores primário-exportadores), segundo a qual, os países subdesenvolvidos têm baixa capacidade de acumulação, forte restrição externa decorrente da natureza das trocas, elevada desigualdade de renda e, principalmente, uma grande defasagem na produtividade do trabalho.
2. **Heterogeneidade estrutural interna** nos países subdesenvolvidos que, combinada com a especialização e o baixo nível de renda, impedem a formação de um mercado interno. A "heterogeneidade estrutural típica dos países periféricos seria a coexistência de emprego e subemprego; mão-de-obra ocupada em níveis de produtividade elevados e massas de trabalhadores em setores de produtividade mais baixa" (GONÇALVES DA SILVA;& BASSETTI MARCATO, 2013, p. 3).

O diferencial de produtividade entre o centro e a periferia exerce um papel relevante na teoria cepalina do subdesenvolvimento. A baixa produtividade do trabalho nos países periféricos decore da elevada proporção de mão de obra ocupada em atividades tecnologicamente atrasadas. Segundo Prebisch, "os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas res-

pectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade" (PREBISCH, citado por GONÇALVES DA SILVA; & BASSETTI MARCATO, 2013, p. 10).

Apesar da baixa produtividade do trabalho, os países da periferia convivem com excedente de força de trabalho que leva a grande contingente de subempregados, tanto no meio rural quanto nas cidades, e mão de obra sem qualificação profissional que impede sua absorção por atividades de maior produtividade.

Na análise de uma região subdesenvolvida dentro de um estado-nação dependente – Nordeste no Brasil – a abordagem centro-periferia ganha características diferenciadas na medida em que políticas nacionais impactam de forma diferenciada no território. Celso Furtado incorporou no GTDN o entendimento de um Nordeste dependente com defasagem na renda, na produtividade e especialização estrutural, além da heterogeneidade estrutural interna, e acrescentou o impacto negativo na região das políticas cambiais e de comércio exterior. De modo que, o que constitui instrumentos dos países periféricos para quebrar a dependência – política de substituição de importações – pode acentuar as desigualdades regionais.

III. DESVELANDO A REALIDADE NORDESTINA

No GTDN, Celso Furtado fez um diagnóstico exaustivo do Nordeste do final da década de 50 com uma abordagem agregada e estrutural que contemplava os fatores endógenos e condições exógenas que determinavam e agravavam o atraso econômico regional e as desigualdades regionais no Brasil. Com uma população equivalente a 31,6% do total do Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste representava apenas 11% do brasileiro, de modo que o PIB per capita do Nordeste era igual a um terço do registrado na média nacional (menos de 35%). Mais grave que esta enorme defasagem da renda média da população do Nordeste era a tendência de declínio relativo identificada nas décadas anteriores.

De acordo com Furtado, entre 1948 e 1958, o PIB do Centro-Sul cresceu em média o dobro do crescimento registrado no Nordeste; em apenas 30 anos, de 1939 para 1959, a participação da região no PIB do Brasil caiu de 30% para apenas 11%, um tombo dramático agravado pela seca (FURTADO, 2009). Por outro lado, considerando a atividade industrial que movia a economia brasileira no período, de 1940 a 1956, a produção industrial do Nordeste cresceu, em média, 5,2% ao ano enquanto no Centro-Sul o crescimento foi de 7,7% ao ano.

A produtividade da economia do Nordeste era, em 1950, menos da metade da produtividade da região Centro-Sul, quando medida pela renda gerada por pessoa ocupada. De acordo com o GTDN, no conjunto da economia, a renda gerada por pessoa ocupada no Centro-Sul foi, em 1956, cerca de 2,5 vezes superior à do Nordeste, subindo para 2,8 vezes quando se tratava da atividade agrícola; no Nordeste, cada trabalhador produzia em 1,3 hectares enquanto no Centro-Sul esta área subia para 2,4 hectares (dado de 1956).

A economia do Nordeste era ainda predominantemente agropecuária, atividade que ocupava, em 1959, cerca de 75% da População Econômicamente Ativa, muito acima dos 42% registrados no stado de São Paulo, o mais industrializado do Brasil –nos Estados Unidos, no mesmo ano, esta participação da PEA na agropecuária alcançava apenas 8%. E a produtividade da indústria do Centro-sul era 70% superior à da mesma atividade do Nordeste (dado de 1956).

De acordo com Furtado, a tendência secular do atraso da economia nordestina seria resultado da combinação de fatores endógenos e exógenos:

1 - Fatores endógenos

- Escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica e predominância do setor de subsistência no semiárido com baixa produtividade da agropecuária (menor quantidade de terra por pessoa ocupada e menor dotação de capital por unidade de terra), combinado com excedente de população.

- Monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata com terra de qualidade e adequada precipitação pluviométrica combinada com extrema concentração de renda que impedia a formação do mercado interno.

O fator mais escasso do Nordeste, de acordo com Furtado, terras de melhor qualidade, era ocupado com a monocultura da cana-de-açúcar. Em palestra sobre a Operação Nordeste, Celso Furtado afirmou que "com a intensificação do crescimento demográfico nos últims decénios e a saturação demográfica no Agreste, tem se observado um deslocamento progressivo de populações em direção ao *hinterland* semiárido". Como resultado, na região com restrições de terra aráveis e recursos hídricos, cresceu o excedente de população com impactos econômicos e sociais (FURTADO, 2009c, p. 39).

Deste conjunto de fatores resultaria uma **oferta inelástica de alimentos**, inibindo o processo de industrialização, e uma elevada **concentração de renda** que impederia a formação de um mercado interno de bens e serviços, incluindo produtos industrializados. Em todo caso, para Furtado, o determinante central do atraso econômico do Nordeste residiria na **baixa produtividade** de mão de obra, especialmennte na agricultura, impedindo a elevação da renda e dificultando a redução do custo de reprodução da força de trabalho. "Essa tendência à elevação relativa dos preços dos alimentos constitui, de maneira inegável, o principal óbice ao desenvolvimento industrial da região, na etapa atual" (FURTADO, 2009, p. 131).

2 - Determinantes exógenas

- Política de industrialização do governo brasileiro com controle de importações – escassez de divisas financiadas pelas exportações do Nordeste (algodão e açúcar) – e financiamento subsidiado e de longo prazo do BNDE concentrado onde tinha maior capacidade empresarial e mercado interno, favorecendo a concentração regional.
- Política assistencialista para o Nordeste com transferência de renda para compensar as desigualdades econômicas e sociais, principalmente no período de seca.

Celso Furtado demonstrou o desequilíbrio dos fluxos de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul como consequência das políticas públicas do Governo Federal, desequilíbrio que tende a acenturar as desigualdades regionais no Brasil. Enquanto a renda de divisas geradas pelas exportações do Nordeste financiam os investimentos e a industrialização do Centro-Sul, as transferências de renda do Governo Federal nos anos de seca são diluídas em obras e gastos assistenciais. O documento do GTDN afirma que "... a política protecionista, cujo louvável objetivo é proteger as indústrias nacionais, tem provocado importantes transferências internas de recursos em desfavor da região potencialmente mais pobre, aumentando, assim, a disparidade de níveis de desenvolvimento" (FURTADO, 2009, p. 101). O Nordeste tem dificuldades de importar do exterior devido às tarifas altas ou restrições cambiais, as divisas geradas no Nordeste são utilizadas para política industrial concentrada no Centro-Sul.

Embora, segundo Celso Furtado, o Governo Federal investisse no Nordeste mais do que arrecadava na região, o setor privado transferia muito mais da região para o Centro-Sul, neutralizando a diferença positiva dos recursos públicos. O mais grave, contudo, ainda segundo Furtado, residia na natureza e utilização dos fluxos de recursos entre as regiões. "Por seu caráter assistencial (transferências do Governo Federal para o Nordeste), são gastos que quase nenhum efeito têm na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema. Por outro lado, os recursos que saem da região constituem, em sua maior parte, capitais em busca de colocação. Se lá permanecessem, esses capitais iriam criar capacidade produtiva, elevar o nível médio de produtividade, absorver parte do excedente populacional, eleva, enfim, o nível de vida da população nordestina" (FURTADO, 2009, p. 106).

De acordo com o economista, os gastos do Governo Federal no Nordeste, que se avolumam nos anos secos, têm aparência de investimentos, mas são, em grande parte, assistência social aos grupos da população mais afetados, constituindo simples subsídios ao consumo, contribuindo pouco ou nada para elevação da capacidade produtiva ou criação de empregos permanentes. Ao contrário dos recursos que saem do Nordeste pelo setor privado

que são capitais em busca de oportunidades de investimento que não encontram no Nordeste.

Os investimentos em infraestrutura de estradas de rodagem e para a construção de uma cadeia de açudes, embora sejam importantes, não estariam contribuindo, segundo Celso Furtado, para "... tornar a economia da região mais resistente às secas, ou para acelerar o seu ritmo de crescimento" (FURTADO, 2009, p. 120).

O diagnóstico dramático que o GTDN fez do Nordeste identificou, em todo caso, algumas potencialidades que poderiam ser a base para o desenvolvimento, desde que enfrentados os graves problemas e restrições, endógenos e exógenos. Entre as potencialidades, o GTDN aponta:

- Mercado de dimensões razoáveis para produtos manufaturados – apesar da limitada renda e da sua concentração, o Nordeste tinha uma população de 20 milhões de habitantes;
- Oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos;
- Disponibilidade de certas matérias primas com posição privilegiada;
- Oferta francamente elástica de mão de obra não especializada – permitia que a região tivesse custos baixos de mão de obra, bem inferiores aos do Centro-Sul, embora com menor poder de compra devido à limitada produção de alimentos (o GTDN mostrou que, em 1958, o salário mínimo do Recife era 25% mais baixo que o de São Paulo);
- Existência de instituições financeiras (BNDE e BNB) legalmente obrigadas a financiar volume substancial de recursos no Nordeste.

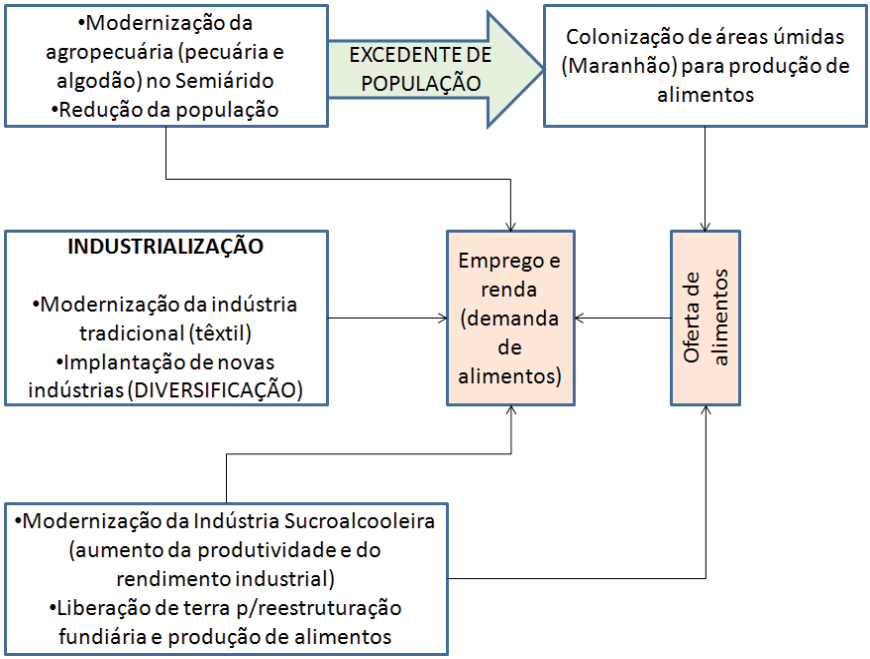
IV. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO GTDN

A partir do diagnóstico, Celso Furtado afirmou que "com uma oferta limitada de terra, o único caminho para aumentar a renda consiste em elevar a dotação de capital por pessoa ocupada,

seja na agricultura, seja em outros setores" (FURTADO, 2009, p. 124). O que remete a dois componentes centrais da estratégia proposta pelo GTDN para o Nordeste: **aumento da produtividade** de trabalho que, na agropecuária, permitiria a elevação da produção de alimentos, e **industrialização** como única alternativa para diversificar a produção. O GTDN explicita como objetivos a criação no Nordeste de um ***centro autônomo de expansão manufatureira*** de modo a quebrar a especialização estrutural, a ***elevação da resistência aos impactos da seca*** e a **ampliação da oferta de alimentos**, principalmente nas áreas úmidas e na nova fronteira agrícola, com o objetivo de deter o processo de encarecimento relativo dos alimentos.

A estratégia do GTDN se estruturou em **quatro vetores de transformação** articulados e integrados que geram como resultado síntese a dinamização da economia, com a redução da vulnerabilidade à seca e a geração de emprego e renda, como mostra o diagrama abaixo.

Diagrama 1 – Vetores de transformação do Nordeste



1. **Transformação da economia agrária da faixa úmida da Zona da Mata** com liberação de terra para ampliação da oferta de alimentos.
2. **Transformação da economia das zonas semiáridas** com elevação da produtividade e tornando mais resistente ao impacto das secas.
3. **Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste** com incorporação das terras úmidas do *hinterland* maranhense para receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia do semiárido.
4. **Industrialização da economia,**combinando a reorganização e aumento da produtividade das indústrias tradicionais, e modificação da estrutura industrial com a implantação de uma indústria de base.

A estratégia combinava a **liberação de terra nas áreas úmidas** com a **"liberação" de população excedente no semiárido** como resultado do aumento da produtividade do trabalho na agropecuária. O aumento da oferta de alimentos nas áreas úmidas e na nova fronteira agrícola do *hinterland* maranhense viabilzaria a industrialização da economia do Nordeste.

1. Transformação da economia agrária da faixa úmida da Zona da Mata

O mal maior da economia da Zona da Mata, segundo Furtado, não é o latifúndio, mas a monocultura, de modo que a elevação dos rendimentos por hectare da cultura canavieira, "que ainda são baixíssimos no Nordeste", poderia reduzir a extensão do plano de cana aumentando a disponibilidade de terra para outros fins (FURTADO, 2009). O aumento da produtividade na atividade agrícola e do rendimento industrial permitiria ampliar a indústria sucroalcooleira e, ao mesmo tempo, liberar terra para produção de alimentos. O GTDN propõe a criação de gado e a produção de arroz, em terras liberadas pela cana-de-açúcar, incluindo utilização da irrigação.

O GTDN não propõe diretamente uma reestruturação fundiária na Zona da Mata, mas destaca que o "objetivo fundamental de qualquer reforma agrária (...) é que a terra seja ocupada com fim social, quer dizer, beneficiando a coletividade" (FURTADO, 2009, p. 65). Em outra passagem, o documento acrescenta: "se para tanto (aumento da disponibilidade de terra da cana para outros fins) é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico, mas um problema político" (FURTADO, 2009, p. 65).

2. Transformação da economia das zonas semiáridas

Como a seca está longe de ser o principal problema do Nordeste e mesmo do semiárido, o GTDN propôs para esta área a modernização da agropecuária com elevação da produtividade e concentração na pecuária de alta produtividade e cultura xerófila, especialmente algodão. Furtado afirma no GTDN que a seca é uma calamidade social, provocando desemprego de 50% numa vasta região, mas, do ponto de vista do conjunto da economia, "constitui uma crise de produção de magnitude limitada" (FURTADO, 2009, p. 139).

A estratégia para as zonas semináridas deve levar à eliminação da agricultura de substistência e à redução da população combinando a adaptação produtiva às condições naturais com a inserção dos produtores no mercado. O GTDN considera que, dadas as condições de solo e água, a região já tem um excesso de população, de modo que o aumento da produtividade criaria um inevitável excedente populacional.

De acordo com Furtado, "a extrema vulnerabilidade da economia da região semiárida ao impacto das secas resulta do fato elementar de que essa economia tem como base uma agricultura de subsistência" (FURTADO, 2009, p. 143), mais do que isso, uma agricultura de subsistência de baixíssima produtividade com uma oferta elástica de mão de obra barata que favorecia as fazendas da região nos anos úmidos e provocava um desastre nos anos secos.

O GTDN defende uma redução substancial da população do semiárido (cerca de 12 milhões de habitantes em 1959) como decorrência do aumento da produtividade do trabalho. "Uma economia de mais alta produtividade, na caatinga, não será compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures" (FURTADO, 2009c, p. 45). De modo que, a reestruturação da economia do semiárido com elevação da produtividade deve levar, necessariamente, a uma redução da quantidade de pessoas na região. O GTDN defende a transferência de algumas centenas de milhares de pessoas do semiárido para áreas úmidas do *hinterland* maranhense com base num programa de colonização.

A reorganização da economia do semiárido deveria combinar o aumento da produtividade do trabalho com a concentração em atividades produtivas adaptadas às condições, particularmente a pecuária e a agricultura com plantas xerófilas. Ou seja, deve basear-se "muito mais em uma utilização racional dos recursos naturais e muito menos na utilização intensiva de mão de obra barata" (FURTADO, 2009, p. 146). Para tanto, defende a integração da produção regional ao mercado e a oferta de assistência técnica e financeira aos produtores locais com orientação para melhoria dos processos e produtos.

O GTDN não contempla uma reforma agrária no sentido de divisão de terras com os produtores porque, dada a pobreza das terras, a unidade produtiva eficiente na caatinga tem que ser grande para compensar com quantidade a deficiência de qualidade. Divisão de terra no semiárido seria, para o economista, "um tiro de misericórdia" na economia da região provocando despovoamento e completa desorganização da economia (FURTADO, 2009c). A estratégia do GTDN para o semiárido contempla uma reorganização da produção, com aumento da produtividade, eliminação da produção de subsistência, ampliação da frente agrícola nas terras potencialmente irrigáveis das margens do São Francisco e, principalmente, o deslocamento de população para nova fronteira agrícola nas áreas úmidas.

3. Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste

A abertura da fronteira agrícola no *hinterland* maranhense tem o duplo objetivo de (1) aumento da produção de alimentos e (2) absorção do excedente de mão de obra que decorreria da elevação da produtividade no semiárido. Trata-se, segundo o GTDN, de incorporar ao Nordeste aquilo que lhe falta: terras úmidas com inversos regulares. A estratégia consiste na organização de uma corrente migratória para as áreas umidas do Maranhão e outras regiões da periferia do polígono da seca. Este vetor interage com a reorganização da economia do semiárido, abrindo oportunidades para a população excedente da região, e seria fundamental para o vetor da industrialização, pela oferta de alimentos para atender demanda dos trabalhadores das cidades.

4. Industrialização da economia

A implantação de um centro industrial autônomo no Nordeste seria o principal vetor de desenvolvimento do GTDN para elevação da renda e a geração de emprego para absorver a massa enorme de população desocupada nas áreas urbanas, que estimou em mais de meio milhão de pessoas em idade ativa (em 1959). A industrialização do Nordeste dependeria dos vetores que levem a uma reestruturação da agricultura nordestina com uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água.

De acordo com o GTDN, nas regiões como o Nordeste "onde a terra é fator escasso, o desenvolvimento exige, necessariamente, um elevado esforço de capitalização. Com uma oferta limitada de terra, o único caminho para aumentar a renda consiste em elevar a dotação de capital por pessoa ocupada, seja na agricultura, seja em outros setores" (FURTADO, 2009, p. 124). A única saída para o desenvolvimento do Nordeste, destaca Furtado, é a industrialização.

Para Furtado, a industrialização tinha três grandes objetivos: (1) gerar emprego para os nordestinos; (2) fixar na região capitais formados em outras atividades econômicas que tendiam a migrar para o Centro-Sul; (3) criar uma classe dirigente nova

com espírito de desenvolvimento. O vetor se desdobra em dois conjuntos articulados:

a) **Reorganização das indústrias tradicionais** de modo a recuperar posição no mercado, especialmente a indústria têxtil.

b) **Diversificação da estrutura industrial com a instalação de indústrias de base** – embora proponha estudos para identificar as atividades industriais com maior viabilidade, o GTDN antecipa aquelas que podem ser a base da indústria nordestina futura:

   i) núcleo de *indústria siderúrgica* que permitiria a expansão de indústrias de tranformação do ferro e aço;

   ii) *indústria mecânica* voltada para implementos agrícolas e móveis metálicos;

   iii) *indústria baseada e matérias primas locais*, como cimento e adubo fostatado;

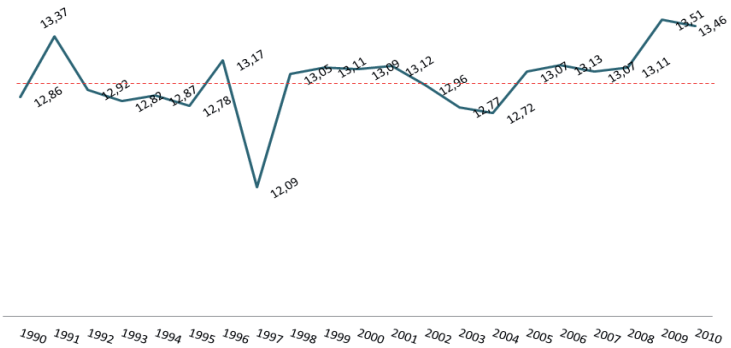
   iv) *indústria criadora de emprego e oferta de alimento*, como a pesca. Ainda acrescenta o aproveitamento de conquistas tecnológicas para geração de energia eólica e solar.

Para implementação da estratégia de desenvolvimento econômico do Nordeste, o GTDN propôs uma institucionalização que garanta a convergência e a complementaridade das ações no território que se concretiza com a criação da Superintência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para **articular múltiplas ações dos diversos órgãos e instituições** atuantes na região, propõe a coordenação pelo GTDN (posteriormente, Sudene) dos planos de trabalho de cada órgão atuante na região, integrando em um todo que reflita a política de desenvolvimento do Governo Federal no Nordeste. Desta forma, esperava alcançar grau mais elevado de racionalidade administrativa, evitando duplicação de esforços e dispersão de recursos, e compatibilizando os projetos dos diversos órgãos segundo as diretrizes da política.

V. AS MUDANÇAS NO NORDESTE DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O Nordeste mudou radicalmente nas últimas décadas, incluindo a sua relação com a economia brasileira. Mas continua sendo uma região relativamente atrasada com grande defasagem econômica e social quando comparada com a média do Brasil e, principalmente, com o Sudeste (ou o que Celso Furtado chamava de Centro-Sul). Foram necessários quase cinquenta anos para que a contribuição do Nordeste no PIB do Brasil subisse de 11% (1959) para cerca de 13,6%, em 2013, enquanto a população nordestina passou de 31,6% (1960) para 27,8%, em 2010. Liana Carleial afirma, entretanto, que "o peso econômico da região Nordeste em 2006 é o mesmo da época do GTDN" (CARLEIAL, 2009, p. 49). Mas, na verdade, desde a década de 90 do século passado, a participação do Nordeste no PIB nacional flutua em torno de 13%, com leve tendência de elevação nos últimos anos (ver gráfico 1). Em 1956, a renda per capita do Nordeste representava apenas 42,85% da média do Brasil, tendo subido para modestos 48,9% em 2013 (no caso, PIB per capita), mesmo com a população da região tendo crescido menos que a média nacional.

Gráfico 1– Evolução da Participação do Nordeste no PIB do Brasil – 1990/2010 (%)



Fonte: IPEADATA/IBGE

Passados quase 50 anos de crescimento e modernização da economia do Nordeste, a produtividade econômica da região continua muito abaixo da média nacional, sendo, em 2008, praticamente a metade do que Furtado estimou para 1959. De acordo com estimativa de Miguel Mateo, em 2008, a produtividade da economia do Nordeste foi de R$ 14,20 mil/pessoa ocupada enquanto o Sudeste alcançou uma produtividade de R$36,00mil/pessoa ocupada, ou seja, 2,5 vezes o desempenho nordestino, exatamente a mesma diferença identificada por Celso Furtado no GTDN. Na agropecuária a produtividade do Nordeste, em 2008, foi menos da metade da registrada na média nacional (R$ 4,00 mil/pessoa ocupada contra R$ 9,5 mil/pessoa ocupada, respectivamente) e manteve a mesma da desvantagem em relação ao Sudeste. Com efeito, Celso estimava que, em 1956, a produtividade da agropecuária da região Centro-Sul era cerca de 2,8 vezes a do Nordeste e, em 2008, esta relação alcançava as mesmas 2,8 vezes no Sudeste e 3,8 vezes na região Sul (ver dados de 2008 na tabela 1).

Tabela 1 – Produtividade do trabalho no Brasil e regiões por setor (R$ mil/pessoa ocupada)

	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços(1)
Norte	**19,8**	10,5	35,0	15,8	13,5	16,7
Nordeste	**14,2**	4,0	26,0	12,7	12,7	16,6
Sudeste	**36**	11,5	51,7	21,1	26,2	45,9
Sul	**29,6**	15,3	37,9	19,7	28,6	33,9
Centro-Oeste	**35,4**	26,2	31,9	20,3	24,0	34,1
Brasil	**27,9**	**9,5**	**42,4**	**18,3**	**22,0**	**34,3**

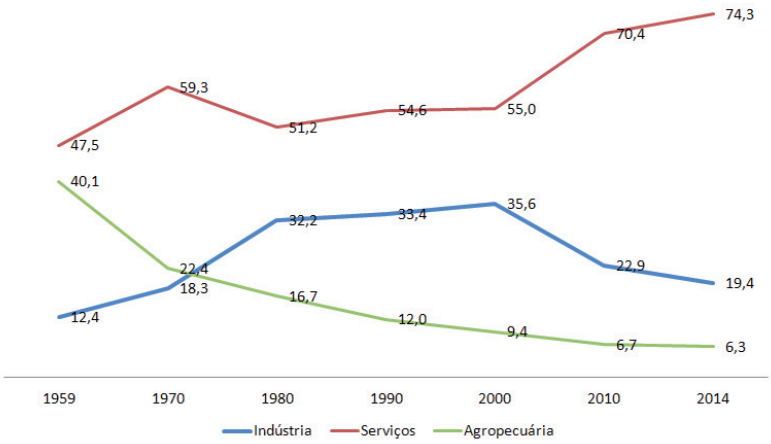
Fonte: MATEO, 2013

As propostas do GTDN inspiraram a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) nos primeiros anos e influenciaram as políticas e os programas implementados na região mesmo depois do golpe militar e do afastamento de

Celso Furtado. Embora tenha havido revisões na abordagem do semiárido, incluindo retomada de medidas e projetos de assistência social que foram tão criticado no GTDN. Por diversas razões, contudo, algumas das mudanças na região foram numa direção contrária às propostas do GTDN – Uma política de desenvolvimento econômico do Nordeste.

Ao longo das décadas, desde 1959, houve uma **intensa integração econômica** do Nordeste à economia brasileira, em grande parte pela integração produtiva e industrial, com a consolidação de uma indústria com forte componente de bens intermediários, principalmente com os complexos industriais, como o complexo químico e petroquímico de Camaçari, complementada com a indústria de bens de consumo intensiva em mão de obra e, mais recentemente, com instalação de uma indústria automobilística. Ao mesmo tempo, houve um crescimento do turismo e de atividades do chamado terciário moderno. Assim, como defendia Celso Furtado, o **Nordeste se industrializou** e, mesmo considerando a expansão do setor serviços no Valor Agregado Bruto do Nordeste (VAB), nas últimas décadas, o setor industrial elevou bastante a sua participação no conjunto da economia regional. Com efeito, como mostra o gráfico 2, a participação da indústria no VAB do Nordeste passou de apenas 12,4%, em 1959, para cerca de 19,4%, em 2014, tendo subido rapidamente nas décadas de 70, 80 e 90 com os grandes projetos industriais para iniciar, a partir de 2000, um movimento de declínio relativo acompanhado da expansão acelerada do setor serviços. No mesmo período, o setor agropecuário registrou um movimento continuado de queda da sua participação relativa no VAB; de 40,1% apresentado em 1959, a contribuição da agropecuária declinou para apenas 6,3% em 2014.

Gráfico 2 – Evolução da Estrutura Produtiva do Nordeste – % – 1959/2014



Fonte: IPEADATA com base em dados do IBGE

O processo de industrialização do Nordeste nas últimas décadas corresponde à estratégia de Celso Furtado formulada no GTDN, mas não na direção esperada de consolidação de um ***centro industrial autônomo*** na região. Ao contrário, a industrialização do Nordeste se deu num processo de intensa integração e complementaridade com a economia nacional.

Nas áreas úmidas da **Zona da Mata não houve uma reestruturação produtiva que permitisse a produção de alimentos**. O setor sucro-alcooleiro continua predominando com a monocultura,com a baixa produtividade e reduzido rendimento industrial. Ao contrário do que propunha o GTDN, o Proálcool, lançado nos anos 70 do século passado, promoveu uma expansão da área ocupada com cana-de-açúcar e, mesmo quando houve alguma reestruturação fundiária, os pequenos e médios produtores continuaram na produção da cana.

O **semiárido passou por grandes mudanças, mas continua sendo uma região altamente vulnerável** aos impactos da seca, apesar do significativo aumento da infraestrutura hídrica e mes-

mo da expansão das áreas irrigadas que constituem verdadeiro oásis. O complexo pecuária-algodão, principal aposta produtiva de Celso Furtado para o semiárido, foi completamente desestruturado nas últimas décadas pelo efeito combinado de pragas e da concorrência externa.

Mas o principal distanciamento entre as propostas e expectativas do GTDN e a realidade atual reside na persistência da **fragilidade da base econômica**, acompanhada do **aumento da densidade demográfica**. Em 1959, quando Celso Furtado propunha um movimento migratório da região para áreas úmidas do Maranhão, o semiárido tinha 12 milhões de habitantes, número que saltou para 21,3 milhões (dado de 2010 – IBGE), aumento de mais de nove milhões de pessoas; mesmo assim, a participação da população do semiárido no total do Nordeste caiu de 60%, estimado para 1959, para 40,2%, em 2010. A partir de 1970, a taxa de crescimento da população do semiárido permaneceu sempre bem inferior à taxa de crescimento do Nordeste e o ritmo de urbanização do polígono da seca acompanhou o processo geral da região nordestina; a taxa de urbanização do Nordeste saltou de 34,2%, em 1959, para 73,1%, em 2010, quando o semiário alcançou uma urbanização de 62% da população total.

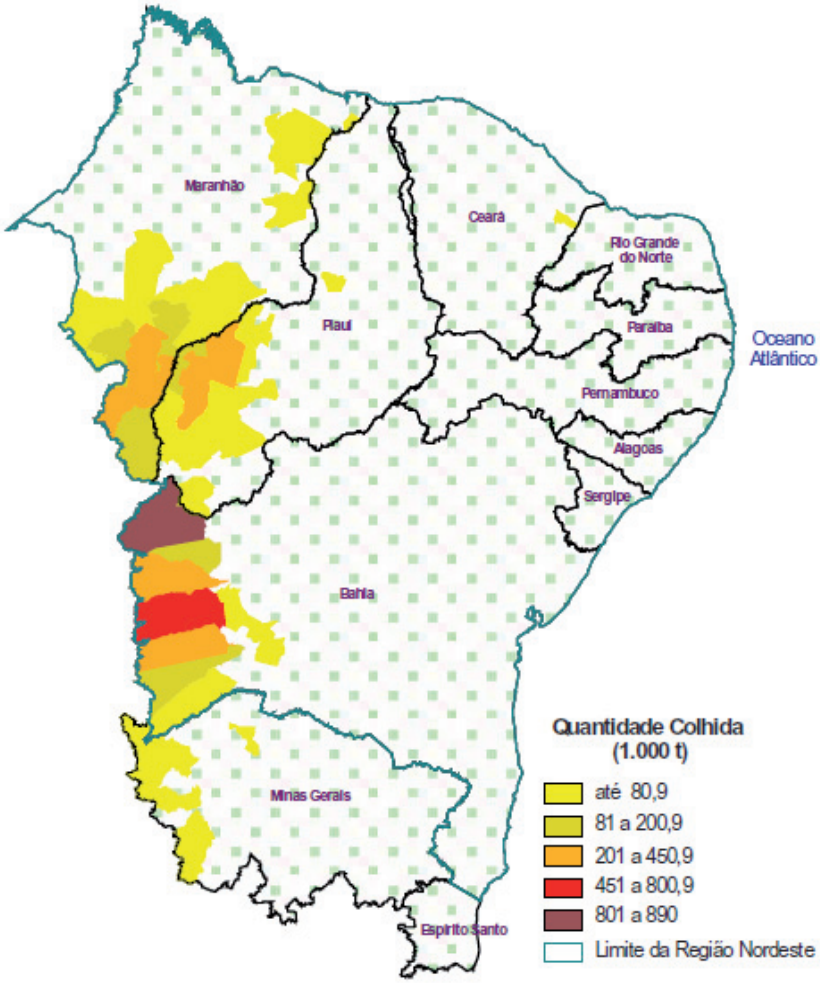
O fenômeno mais corrente na população do semiárido tem sido a migração do campo para as cidades dentro da própria região, e não para as áreas úmidas do *hinterland* maranhense, que decorre do efeito combinado da desestruturação da base produtiva tradicional (complexo pecuária-algodão), das secas e de algumas políticas públicas e instrumentos de assistência social como a aposentadoria rural e, especialmente, a forte transferência de renda. Nas décadas de 70 e 80, intensificada pela seca de 1979-1983, a população urbana do semiárido (sem a população das capitais) cresceu a taxas superiores a 4% ao ano. Além desses fatores, vários projetos voltados para o semiárido nas últimas décadas partiam de uma concepção oposta à proposta por Celso Furtado, preferindo apostar na manutenção do trabalhador rural no campo.

Na **irrigação** houve um dos maiores avanços no semiárido nordestino que, embora citado no GTDN, não mereceu grande

destaque nos vetores estratégicos de desenvolvimento. Em 1959, o GTDN estimou que o Nordeste tinha mais de 7 bilhões de metros cúbicos de água armazenada e cerca de 10 mil hectares de área irrigada (Ministério da Integração Nacional, 2005). Em 2001, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, o semiárido contava já com 63 bilhões de metros cúbicos de capacidade de armazenamento de água e com 451 mil hectares de terras dotadas de infraestrutura de irrigação, dos quais 316 mil hectares em produção (Ministério da Integração Nacional, 2005). E, em 2006, segundo o Censo Agrocupecuário, o Nordeste teria 985,35 mil hectares irrigados, sendo quase 300 mil só no estado da Bahia (Nunes de Castro, 2012).

Exceto alguns poucos projetos de colonização para o Maranhão, a expansão da agropecuária do Nordeste se deu mesmo numa nova fronteira agrícola – os cerrados da Bahia, do Piauí e do Maranhão – e não nas áreas úmidas. E, ao contrário de atrair "excesso de população" do seminárido nordestino, a agropecuária moderna dos cerrados contou com a migração de agropecuaristas do Sul do Brasil. Provavelmente a mais profunda mudança na paisagem econômica e social do Nordeste, nem de longe imaginada no GTDN, foi a **expansão do agronegócio nos cerrados com uma economia moderna de alta produtividade** e, embora dedicada à produção de alimentos – pecuária e grãos –, está orientada para exportação e não para abastecer o mercado nordestino, como esperava Celso Furtado (ver mapa 1). Em 2010, o Nordeste (incluindo parte de Minas Gerais da Sudene) colheu mais de 1,8 milhões de hectares de soja, inferior apenas à colheita de milho, com 2,43 milhões de hectares (parte do qual também produzido nos cerrados), mas superior à produção de cana-de-açúcar e feijão.

Mapa 1 – Produção de Soja no Nordeste – 2010



Fonte: DE SOUZA LEÃO, 2013

De forma sintética, como comentou Tânia Bacelar, em vez do "Estado desenvolvimentista" que Celso Furtado propunha para o Nordeste e pelo qual se engajou na Sudene, temos hoje um "Estado de proteção social" (BACELAR, 2009). Embora tenha havido uma modernização e integração produtiva do Nordeste ao resto do Brasil, o que predominou e continua predominante

são os instrumentos de assistência social que, como dizia Celso Furtado, são gastos com quase nenhum impacto na estrutura econômica e na capacidade de produção. Atualmente, mais de seis milhões de famílias do Nordeste recebem benefícios do programa Bolsa Família, cerca de 51% de todos os beneficiários do Brasil, num valor total de R$ 13,83 bilhões de reais (dado de 2015). E o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que distribui um salário mínimo para idosos e deficientes pobres, distribuiu cerca de 35,6% do total nacional no Nordeste. Em outras palavras, o assistencialismo que Celso Furtado criticava duramente no GTDN continua, com outra roupagem, predominando nas políticas e transferências federais, conservando o subdesenvolvimento no Nordeste e concentradas no semiárido nordestino, que persiste com baixa produtividade e alta vulnerável à seca.

O Nordeste combina a **modernização econômica** – indústria moderna e agropecuária avançada no cerrado e em áreas de irrigação - com o **assistencialismo** e a manutenção de baixa produtividade agropecuária e limitada competitividade. A modernização, com todas as restrições que podem ser feitas, seguiu numa direção próxima da visão original de Celso Furtado, expressa no GTDN, mas a persistência do assistencialismo que reproduz a desigualdade dos fluxos de renda entre o Nordeste e o Sul-Sudeste é o oposto das propostas de Furtado. Tudo indica, portanto, que o GTDN não conseguiu enterrar as falácias que continuam até hoje a "justificar a utilização de dinheiro público na perpetuaçção de estruturas anacrônicas e antissociais", como pensava Celso Furtado (citado na epígrafe deste ensaio).

VI. CONCLUSÕES E LIÇÕES DO GTDN

O documento do GTDN–Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste– complementado por pronunciamentos de Celso Furtado na época (1959) e sua prática na criação e implementação da Sudene ensinam que o **planejamento é um processo técnico de análise e formulação racional para orientar a tomada de decisões que, em última instância, é política**. O processo, ao mesmo tempo, técnico e político foi exercitado por Celso Fur-

tado na condução da Sudene e deixa a lição para os planejadores e para os decisores. Embora seja quase um truísmo a ideia de planejamento como um processo técnico e político, a realidade no Brasil tem sido de um total distanciamento dos decisores – políticos e governantes – em relação aos técnicos que analisam a realidade e procuram formular alternativas para o futuro (os "desveladores da realidade", como disse Celso Furtado). No geral, predominam no Brasil e também no Nordeste a improvisação e o imediatismo nas decisões políticas e na implementação de ações sem muita consideração das análises e recomendações técnicas.

O fato do GTDN ser um plano estritamente econômico correspondia ao pensamento dominante na época, quando planejamento e desenvolvimento eram limitados ao terreno da economia. Embora a motivação final de Celso Furtado fosse a redução das disparidades econômicas e sociais do Nordeste em relação ao restante do Brasil e, claro, a melhoria da qualidade de vida da população, no GTDN ele partia do pressuposto que nada seria alcançado sem o crescimento da economia em ritmo superior à média do Brasil, com geração de emprego e renda.

Para o GTDN a principal desigualdade regional no Brasil era econômica e tinha a ver diretamente com o **diferencial de produtividade** das atividades econômicas, principalmente na agropecuária, com a fragilidade da **especialização estrutural** da economia regional e com a política **nacional de substituição de importações** que favorecia a região Centro-Sul. Mesmo quando destaca a importância da produção de alimentos, a preocupação central do GTDN é a garantia de oferta de bens-salários que reduz o custo de reprodução da força de trabalho de modo a viabilizar a industrialização, até porque, deixa implícita que o problema da fome no Nordeste reside principalmente no baixo nível de renda da população que, por seu turno, decorre da deficiência produtiva particularmente no semiárido e, de forma intensa, no período de seca.

A economia não é tudo e seus desdobramentos não são necessariamente os melhores do ponto de vista da sociedade, mas o crescimento econômico era para Celso Furtado – e esta é uma lição para o presente – uma condição necessária para acabar com

o atraso e a pobreza do Nordeste. Embora, ao longo dos anos, tenha aumentado a percepção de que são necessárias políticas sociais complementares à economia e, mais recentemente ainda, um cuidado com o meio ambiente para garantir a sustentabilidade, o ponto central da contribuição de Celso Furtado no GTDN reside na busca de aumento da produtividade do trabalho, o que pressupõe inovação tecnológica e qualificação profissional.

Mas por que a política de industrialização e substituição de importações do Governo Federal beneficiava mais o Centro-Sul? Quando Celso Furtado diz que o setor privado transfere recursos do Nordeste para o Centro-Sul "em busca de melhores oportunidades de investimento" não aprofunda, mas deixa implícita a existência de um diferencial de competitividade das regiões que se manifesta em maior nível de escolaridade e qualificação profissional, melhores condições de infraestrutura e capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico. E talvez, neste aspecto, o GTDN, mesmo sendo um plano econômico, não tenha proposta para redução deste diferencial competitivo. Excetuando a diferença do tamanho do mercado – no Nordeste contraído por conta da renda baixa e, principalmente, concentrada –, o GTDN não contempla ações nos fatores básicos da competitividade sistêmica da região: ampliação da **infraestrutura econômica** para **educação e qualificação profissional** e para **pesquisa e desenvolvimento tecnológico**. Se estes fatores não foram tratados no GTDN, o I Plano Diretor (1961/63) da Sudene, complementado pelo II Plano Diretor (1963/65), deu um grande destaque à infraestrutura e ao Ensino Superior no Nordeste. Em compensação, de acordo com Girão Santos, Peres Gualda e de Campos (citando Pellegrino), o I Plano Diretor deu pouca importância à agricultura, que esteve no centro das preocupações de Celso Furtado, como um recurso utilizado pela Sudene para avançar nos projetos de menor resistência num complicado ambiente político e social (GIRÃO SANTOS; PERES GUALDA; DE CAMPOS, 2013).

Duas teses defendidas por Celso Furtado no GTDN são discutíveis e, em grande medida, foram superadas pelos desdobramentos das últimas décadas: a criação de um "centro manufatureiro autônomo" no Nordeste e "oferta de alimentos da própria

região" para viabilizar a industrialização. Aparentemente esta preocupação com a produção regional para o mercado regional era consistente com a teoria de centro-periferia da Cepal, preocupada com a divisão social do trabalho entre países e regiões em detrimento dos subdesenvolvidos. Nas últimas décadas, contudo, a indústria nordestina se integrou à estrutura econômica nacional com ganhos de eficiência e conta com abastecimento de alimentos de fora da região com preços mais favoráveis e que, desta forma, contribui mais para atender a demanda e para o menor custo da força de trabalho. As melhores condições de transporte e logística permitem uma integração da economia nacional que favorece a especialização e a intensa comercialização entre as regiões. Se, no nível internacional, a especialização produtiva contribui para a eficiência do sistema global, mais ainda quando se trata de uma região dentro do estado-nação que não conta com eventuais barreiras alfandegárias e cambiais.

Para concluir, o GTDN deixa duas grandes lições que, infelizmente, foram abandonadas pelos formuladores de planos e políticas de desenvolvimento regional:

1. **Prioridade para o aumento da produtividade** que necessariamente leva à liberação de trabalho rural e, como consequência, sua migração para outras atividades produtivas (indústria, comércio e serviços), outras regiões e/ou para os centro-urbanos. A tese defendida, nas últimas décadas, por vários técnicos e decisores de reter a população rural no campo não é consistente com o pensamento de Furtado e vai na contramão dos avanços tecnológicos que elevam a produtividade e reduzem a mão de obra ocupada na agropecuária. Como dizia Furtado, a manutenção do baixo nível de produtividade no semiárido e na produção de subsistência contribuiria para reforçar a vulnerabilidade da economia regional aos efeitos da seca. No GTDN Furtado diz que "não há como escapar à conclusão de que todas e qualquer medida que concorra para aumentar a carga demográfica, sem aumentar a estabilidade da oferta de alimentos, está

contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável à seca" (FURTADO, 2009, p. 143).

2. **Crítica ao assistencialismo** que, tentando moderar a pobreza, não contribui para o desenvolvimento e termina conservando o atraso e a fragilidade econômica e social. Como disse Furtado, "... por seu caráter assistencial, são gastos que quase nenhum efeito têm na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema" (FURTADO, 2009, p. 106). Em grande medida, o Nordeste padece hoje do mesmo mal que Celso Furtado criticava em 1959 quando comparou o fluxo do Governo Federal para o Nordeste com o fluxo de capital para o Centro-Sul: recursos públicos fluem da União para o Nordeste na forma de transferência de renda enquanto recursos privados fluem do Nordeste para o Centro-sul. "Por outro lado – acrescentou Furtado - os recursos que saem da região constituem, em sua maior parte, capitais em busca de colocação. Se lá permanecessem (no Nordeste), esses capitais iriam criar capacidade produtiva, elevar o nível médio de produtividade, absorver parte do excedente populacional, elevar, enfim, o nível de vida da população nordestina" (FURTADO, 2009, p. 106).

Da perspectiva de uma estratégia nacional de desenvolvimento regional, contemplando especialmente a redução das desigualdades do Nordeste, é fundamental alterar a natureza dos fluxos dos recursos e investimentos da União para as regiões. Mesmo que, transitoriamente, seja importante manter as transferências de renda da assistência social para o Nordeste, a estratégia de desenvolvimento deve se concentrar nos investimentos que reduzam as desvantagens competitivas da região no médio e longo prazos. Vale dizer, contemplar um grande esforço de investimento nos fatores de competitividade – educação, qualificação profissional, infraestrutura econômica e inovação – no Nordeste.

BIBLIOGRAFIA

BACELAR DE ARAÚJO, Tânia – "Desenvolvimento regional no Brasil" – in O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009.

DE SOUZA LEÃO, Albertina, et alli – "Estatísticas do Nordeste 2 – Nordeste em números, 2011" – SUDENE, Recife, 2013.

FERREIRA, Assuéro - "Da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida" – in O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje - Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009.

GIRÃO SANTOS, Franscisca Lia; PERES GUALDA, Neio Lucio; DE CAMPOS, Antônio Carlos – "Diretrizes de Desenvolvimento para o Nordeste: As Ideias de Furtado Frente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste" – Documentos técnico-científicos – in Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 44, n. 2, pp. 421-436, abr-jun. 2013.

FREIRE D´AGUIAR FURTADO, Rosa – "A batalha da SUDENE" – in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009.

FURTADO, Celso – "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN), (1959) – in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009.

_____. "Discurso de posse na SUDENE" – in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009a.

_____. “Operação Nordeste (1959)” – in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009b.

_____. “Operação Nordeste” – Palestra no ISEB-Instituto Superior de Estudos Brasileirosem 13 de junho de 1959- in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009c.

_____. “A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE” – texto publicado em A Defesa Nacional, ano XLIX, nº 574-575, Rio De Janeiro, maio/jun. 1962 – in O Nordeste e a saga da SUDENE 1958-1964 – Arquivos Celso Furtado – Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento – Rio de Janeiro – 2009d.

GONÇALVES DA SILVA, Ana Lucia; & BASSETTI MARCATO, Marília – “Estruturalismo Latino-Americano e Desenvolvimento na Perspectiva Neo-Schumpeteriana” –Conferência Internacional LALICS 2013 “Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável” –11 e 12 de Novembro, 2013 – Rio de Janeiro, Brasil.

GUMIERO, Rafael – “O Nordeste em dois tempos: a ‘Operação Nordeste’ e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula” – Documento de projeto – CEPAL-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Santiago – março, 2014.

IBGE – Disponível em:<www.ibge.gov.br>.

IPEADATA – Disponível em:<www.ipeadata.gov.br>.

LESSA, Carlos – “15 Anos de Política Econômica” – São Paulo: Brasiliense, 4a Edição, 1983. Pág. 27.

MATTEO, Miguel – “Estrutura produtivae desenvolvimento regional” – IPEA – março 2013.

Ministério da Integração Nacional/IICA – “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (versão preliminar para discussão)” – Brasília, novembro de 2005.

NUNES DE CASTRO, César – "A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento" – Texto para Discussão nº 1786 – Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUEZ, Octavio; BURGEÑO, Oscar; HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucía – "CEPAL: velhas e novas idéias" – in Economia e Sociedade, Campinas, (5):79-109, dez., 1995

VIEIRA, R. M – "Celso Furtado: a construção do Nordeste". São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004. (Relatório de Pesquisa, n. 24).

NOTAS PARA A PALESTRA SOBRE CELSO FURTADO E A SUDENE, NA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, NO RECIFE, EM 29.3.2017.

José Maria Aragão[1]

Em primeiro lugar, meus agradecimentos ao presidente Luiz Otávio Cavalcanti pelo honroso convite para este evento dedicado à análise da obra de Celso Furtado, um brasileiro de dimensão internacional, respeitado em todo o mundo por suas qualidades de pensador social, de administrar público e de mestre de gerações. Tive a honra de trabalhar com ele durante cinco anos que se revelariam decisivos em minha vida profissional quando me incorporei, nos idos de abril de 1959, à primeira equipe de funcionários que dariam origem, em dezembro daquele ano, ao que viria a ser a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

No início dos anos cinquenta, os problemas da progressiva deterioração da economia do Nordeste com relação ao conjunto do país passam a ganhar maior relevância no Congresso e na grande imprensa nacional. A grande seca de 1950/51 tornou ainda mais evidente a obsolescência dos métodos tradicionais consistentes em tratamentos de emergência, desvinculados de uma política de mais longo prazo para o conjunto da região, com ênfase no armazenamento da água e na abertura de frentes de trabalho para assegurar uma renda monetária mínima à mão de obra rural desempregada pelo fenômeno climático periódico.

No segundo governo Vargas, inaugurado em 1950, houve a feliz coincidência de a Assessoria Especial do Presidente abrigar um grupo de nordestinos, chefiados pelo baiano Rômulo de Almeida, mas que incluía, também, o paraibano Cleantho de Paiva Leite, o cearense Jesus Soares Pereira e o piauiense Ewaldo Correia Lima. Este grupo foi responsável pela primeira iniciativa importante des-

---

[1] Economista, primeiro diretor da Assessoria Técnica da Sudene.

tinada a ampliar o enfoque da ação federal na região dando-lhe um caráter não conjuntural: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Criado em julho de 1952, o BNB foi concebido como um banco de desenvolvimento, dotado de recursos que lhe permitiriam fomentar novas atividades na economia regional. A lei institutiva do Banco previu, também, a criação do Escritório técnico de Estudos Econômicos (Etene), de cujos quadros saíram muitos dos que viriam a constituir, ao final da década, a equipe fundadora da Sudene. Recordo-me, especialmente, de Jader Andrade, Francisco Oliveira e Juarez Farias. Em 1954, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que conseguiu realizar um minucioso levantamento de informações estatísticas sobre os diversos setores da economia nordestina, nos campos da agricultura, indústria, comércio internacional e com outras regiões do país. O problema do Nordeste, entretanto, não era, apenas, um tema de governo. Ganhara dimensões inusitadas em todas as discussões relevantes sobre o futuro do país. Quem pesquisar os grandes órgãos de imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, encontrará ampla cobertura sobre a problemática regional e a pressão sobre o Executivo e o Congresso no sentido de dar-lhe tratamento prioritário.

Nas campanhas para a sucessão presidencial e para as prefeituras das capitais, na metade da década, a necessidade de dar-se novo enfoque ao tratamento dos problemas da região sempre apareceu como um dos temas relevantes. Em 1955, por exemplo, conduzido, inicialmente, por lideranças do antigo Partido Comunista Brasileiro, reunidas em uma entidade chamada Liga de Emancipação Nacional, realizou-se, no Recife, o Congresso de Salvação Do Nordeste, que terminou contando com a adesão dos Sindicatos de Trabalhadores e das Federações de Empresários, sendo aprovado um documento pomposamente intitulado de Carta de Salvação do Nordeste, no qual se denunciavam as desigualdades regionais, causadas, segundo o texto, pelo "flagelo das secas", mas, também, pelos latifúndios improdutivos, e de que eram indicadores eloquentes os altos níveis de analfabetismo, as endemias rurais e as carências alimentares de amplos segmentos das populações urbana e rural.

Estas mesmas teses seriam ressaltadas em uma reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Campina Grande, em 1956.

Todas estas iniciativas, entretanto, foram insuficientes para gerar medidas efetivas destinadas a mudar os rumos da economia regional. A nova seca de 1958 confirmaria a insuficiência das estratégias desenvolvidas até então, com a repetição dos mesmo fenômenos identificados nas secas anteriores, causadoras de grandes deslocamentos populacionais resultantes do colapso da agricultura de subsistência praticada na região do semiárido.

É nessa época que aparece a figura de Celso Furtado, recém regressado ao Brasil depois de quase uma década de atividades na Cepal, sucedida por um ano de trabalho como pesquisador na Universidade de Cambridge, onde escreveu seu famoso livro "Formação Econômica do Brasil". Em seu regresso, Celso foi nomeado Diretor do BNDE, onde se ocuparia dos problemas do desenvolvimento regional. Nessa qualidade, foi designado interventor no GTDN, que, como dito, conseguira amealhar uma grande quantidade de informações estatísticas sobre a economia nordestina para as quais, entretanto, faltava um tratamento orgânico, tanto em termos de diagnóstico como de formulação de políticas. Este tratamento foi realizado por Celso Furtado no documento intitulado "Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste", editado pelo GTDN, mas, na realidade, redigido integralmente por Furtado e que se transformaria na base para o lançamento da chamada "Operação Nordeste", no Palácio do Catete, em fevereiro de 1959. Em janeiro, Furtado participara de uma reunião com o presidente da República, na qual expôs seu pensamento e propôs um novo enfoque para o encaminhamento dos problemas do Nordeste, baseado no planejamento integrado dos investimentos federais na região e em sua coordenação com as ações dos governos estaduais. Para tal, propôs a criação de um novo órgão, que viria a ser a Sudene, dirigido por um superintendente designado pelo presidente da República e que atuaria em conjunto com um Conselho Deliberativo no qual teriam assento os governadores dos estados da região, o

superintendente da Sudene, o diretor geral do DNOCS e o diretor geral da Comissão do Vale do São Francisco como membros natos e, ainda, os representantes de 7 Ministérios Federais (Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Saúde, Trabalho, Industria e Comércio, Viação e Obras Públicas), do Banco do Brasil, do BNDE e do Banco do Nordeste. Em 1961, foram incorporados o governador de Minas Gerais, o Ministério de Minas e Energia e a Cia. Hidrelétrica do São Francisco. Verifica-se, portanto, que, na fase inicial da Sudene, o Conselho incluía dez governadores de estado, mas garantia a prevalência de representantes de órgãos federais (quinze) como forma de, sem prejuízo da defesa dos interesses estaduais pelos respectivos governadores, assegurar um tratamento integrado para os problemas regionais. Encaminhando ao Congresso Nacional, em março de 1959, o projeto de lei de criação da Sudene, que só viria a ser aprovado no mês de dezembro.

Para garantir uma atuação imediata, enquanto se discutia o projeto no Congresso, o presidente criou, pelo Decreto 45.445, de 20/02/59, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), com estrutura similar à proposta para a Sudene e com atribuições que não exigissem aprovação prévia do Legislativo. Celso Furtado foi designado diretor executivo do Codeno, cuja primeira reunião, com a presença do presidente da República, foi realizada no Teatro Santa Isabel, no Recife, um dia antes do Seminário de Garanhuns, que teria lugar na última semana de abril e na primeira de maio/59, com a presença do Presidente, Ministros de Estado, todos os governadores, lideranças empresariais e representantes de organismos internacionais e de investidores estrangeiros. Durante este Seminário, Celso Furtado ratificou as linhas gerais para o planejamento do desenvolvimento regional apresentadas anteriormente no documento do GTDN, por ele redigido. Sua originalidade consistia, fundamentalmente, na identificação dos problemas estruturais que limitavam o desenvolvimento, entre os quais cumpre ressaltar a impossibilidade de superar-se o subdesenvolvimento e os problemas decorrentes das variações climáticas – sem uma profunda modificação na economia agrária da região – de forma a favorecer o aumento da produção de alimentos. Essa reestruturação da economia agrá-

ria seria necessária tanto nas terras úmidas próximas ao litoral, onde predominava o monocultivo da cana de açúcar, como na zona do semiárido, caracterizada pela produção de algodão em grandes latifúndios e pela produção de alimentos em pequenas glebas cedidas pelos proprietários aos pequenos agricultores, que as utilizavam em uma agricultura de subsistência sem vinculação ao mercado. A reestruturação da economia agrária deveria ser buscada através de dois vetores: a) um melhor aproveitamento dos recursos hídricos acumulados na região semiárida com a construção dos açudes por sucessivos governos, assim como dos proporcionados pelas águas do Rio São Francisco, em projetos de irrigação que permitissem alocar à produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado as terras até então dedicadas aos cultivos de subsistência; b) maior diversificação da agricultura da zona úmida, através de investimentos que permitissem o aumento do rendimento do cultivo da cana e a liberação de terras para a produção de alimentos. Estas modificações estruturais ensejariam, possivelmente, um excedente de mão de obra na zona semiárida, que poderia ser deslocada, de forma ordenada, para projetos de colonização, com apoio governamental, nos vales úmidos do Maranhão.

A industrialização seria perseguida através de estímulos fiscais à implantação de novas fábricas, preferentemente destinadas ao aproveitamento de matérias-primas regionais. Na época, o regime cambial brasileiro era submetido a rígido controle do governo e o preço do dólar fixado em vários níveis, segundo o grau de essencialidade do produto a ser importado. Havia uma taxa inicial, chamada câmbio de custo, destinada à importação dos produtos considerados essenciais e mais quatro categorias, nas quais se aplicavam sobretaxas sobre o nível básico do dólar. Estas sobretaxas constituíam o então chamado "Fundo dos Ágios", que chegou a representar uma das principais fontes de receita do Governo Federal, com saldos equivalentes aos da arrecadação do imposto de renda. Este sistema, na ausência de um mecanismo compensatório, se revelou altamente desfavorável ao Nordeste, que tinha superávit em suas transações com o exterior, mas era obrigado a gastar o produto as vendas das divisas geradas por esse comércio na aqui-

sição de máquinas e equipamentos produzidos no Centro-Sul do país, geralmente a preços mais caros do que os dos similares importados. Dessa forma, a região mais pobre estava subsidiando o crescimento das mais ricas, agravando as desigualdades regionais. Por isso, o projeto de criação da Sudene, que viria a se transformar na Lei 3.792, de 15/12/59, previu, em seu artigo 13, alínea j), a proposição,pelo Conselho Deliberativo, ao presidente da República, da concessão de câmbio favorecido ou de custo, ou a autorização para licenciamento de importação sem cobertura cambial, para equipamentos destinados ao Nordeste, considerados essenciais ao desenvolvimento da região, assim como a destinação de até 50% das divisas geradas pelas exportações do Nordeste para importação de bens necessários ao desenvolvimento regional. A mesma Lei, em seu artigo 18, também isentou de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, preferencialmente os destinados às indústrias de base e de alimentação que, por proposta da Sudene, fossem declarados prioritários em decreto do Poder Executivo. Esta isenção não poderia beneficiar equipamentos usados, recondicionados ou cujos similares no país tivessem produção capaz de atender, na forma adequada e reconhecida pela Sudene, as necessidades de execução do desenvolvimento do Nordeste. Ademais, as indústrias já instaladas na região e que aproveitassem matéria prima local teriam uma redução de 50% no imposto de renda e no adicional sobre os lucros em relação ao capital e reservas, até o exercício de 1968, inclusive. Todos estes incentivos somente poderiam ser concedidos mediante proposta da Sudene.

Os incentivos de origem cambial ou do Fundo dos Ágios, entretanto, ficariam comprometidos, com a reforma cambial promovida pelo governo Jânio Quadros, em em janeiro/1961. Essa reforma extinguiu as diversas categorias de câmbio que geravam o Fundo dos Ágios (Instrução 204 da SUMOC). Este fato negativo para o esquema de estímulos à industrialização do Nordeste somente viria a ser superado em dezembro de 1961, já mo governo João Goulart, com a aprovação do Primeiro Plano Diretor da Sudene, pela Lei 3.995. Esta Lei, em seu artigo 34, determinava que *as pessoas jurídicas de capital 100% nacional poderiam re-*

duzir, nas declarações do imposto de renda, até 50% dos valores destinados a investimentos em indústria considerada pela Sudene de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, não computados, para efeito dessa dedução, os investimentos resultantes da cooperação financeira de Bancos oficiais ou derivados do benefício fiscal. Ou seja, o incentivo somente se aplicaria a investimentos originários de recursos próprios do investidor. A restrição aos capitais exclusivamente nacionais desse incentivo viria a ser removida, mediante emenda aprovada pelo Congresso Nacional, à Lei que aprovou o Segundo Plano Diretor da Sudene, em 1963. Na regulamentação da Lei, entretanto, a Sudene incluiu dispositivo que impedia a transferência ao exterior das receitas produzidas pelas parcelas do investimento financiadas com os incentivos fiscais, sob pena de revogação destes e de multa.

Os anos de Celso Furtado no Nordeste, todavia, não teriam evolução linear. Inicialmente, o projeto da Sudene granjeou amplo apoio nos níveis interno e internacional. Contou com a ajuda praticamente unânime dos governadores eleitos em 1958, inclusive os eleitos pela oposição em Alagoas, Pernambuco e na Bahia. A grande imprensa, incluindo jornais como "O Estado de São Paulo" e o "Correio da Manhã", no Rio de Janeiro, também apoiou publicamente as propostas de Furtado. Esta unanimidade relativa, contudo, era mais aparente do que real. Os interesses econômicos dos grandes proprietários rurais, com ampla representação no Congresso Nacional, se fizeram presentes ainda nos tempos do Codeno, quando começou a discussão do projeto de lei de irrigação elaborado pela Sudene e aprovado por seu Conselho Deliberativo em uma reunião realizada em Teresina, em agosto de 1959. O projeto de lei contemplativa, entre outras medidas, a possível desapropriação, por interesse social, de partes das terras beneficiadas pelos açudes construídos com recursos públicos. Estas terras, em grande parte, serviam, apenas, aos interesses da pecuária extensiva praticada pelos latifundiários da zona semiárida. O percentual dedicado ao cultivo de alimentos, dos cercas de 8 bilhões de metros cúbicos de água acumulados, ao longo de décadas, com dinheiro do Governo Federal, era irrisório, significando um grande desperdício dos recursos hídricos,

relativamente os mais escassos na região semi-árida e dos quais dependia a vida de centenas de milhares de famílias, levadas à miséria nos períodos das grandes secas. No Conselho do Codeno, uma das vozes que apoiaram o projeto foi a do representante das Forças Armadas, o então Coronel Afonso de Albuquerque Lima, e isto deve ter influenciado o voto de boa parte dos governadores que sabiam que a verdadeira batalha se travaria no Congresso Nacional. E estavam certos: o projeto de lei de irrigação passou anos tramitando entre as diversas comissões legislativas até ser arquivado por decurso de prazo, frustrando um dos principais instrumentos para a mudança da estrutura agrária da região pretendida no projeto da Sudene.

Aprovado o projeto de lei de criação da Sudene, em dezembro de 1959, os interesses da velha ordem do Nordeste passaram a assestar suas baterias na substituição de Celso Furtado, sendo frequentes as notas da imprensa de que o ex-ministro e ex-senador Apolônio Sales, respeitado técnico pernambucano pertencente ao PSD, seria nomeado Superintendente. Esta articulação fracassou, entretanto, com a confirmação do nome de Furtado por Kubitschek, em janeiro de 1960.

Frustradas na tentativa de derrubar Furtado, as forças do atraso passaram a concentrar o seu fogo no projeto do Primeiro Plano Diretor, que levou mais de ano tramitando no Congresso, somente sendo aprovado, em dezembro/61, mediante um ardil do líder da Oposição, na Câmara, deputado Nestor Duarte, da Bahia, que, tendo obtido urgência para um projeto relativo à Organização das Pioneiras Sociais, conseguiu substituir essa urgência pelo projeto da Sudene. A batalha continuaria no Senado onde seu maior adversário seria, paradoxalmente, um senador conterrâneo de Furtado, Argemiro de Figueiredo que, ademais, era o líder do governo Goulart naquela Casa. Um dos recursos utilizados pelos parlamentares vinculados à chamada "indústria da seca" foi uma emenda destinada a retirar da jurisdição da Sudene o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCs), tradicionalmente controlado por políticos apoiados pelos grandes proprietários rurais do semiárido, em um organismo paralelo à Sudene, que também contaria com um Conselho

deliberativo similar ao dessa autarquia, no qual seu Superintendente teria assento.

A tardança da aprovação do Plano, que traria o risco de deixar a Sudene sem verbas orçamentárias durante todo o exercício de 1962, determinou uma ampla mobilização da sociedade nordestina, que incluiu até um *lock-out* com o fechamento do comércio do Recife, no segundo semestre de 1961.

Durante este interregno, entretanto, a Sudene não permaneceu inativa. Muitos projetos de pré-investimento, financiados com recursos externos originários das Nações Unidas e de diversos governos e que seriam essenciais para a posterior ação da autarquia, marcaram sua atuação no biênio 60/61. Diversas missões da ONU desenvolviam, em conjunto com técnicos da Sudene, trabalhos nas áreas de transporte, geologia, política de utilização de águas, agricultura de zonas semiáridas, hidrogeologia, comercialização de alimentos, artesanato, economia industrial, pedologia, hidrologia geral, aerofotogrametria e utilização de águas salgadas. Uma missão francesa colaborou na elaboração de projetos de centros de abastecimento e na formação de técnicos na operação de pequenas unidades de energia elétrica, importantes numa época em que as linhas de transmissão da Usina de Paulo Afonso apenas engatinhavam, O governo japonês enviou técnicos para trabalhar na instalação e equipamento de um centro de treinamento para a indústria têxtil. E a Fundação Ford concedeu 40 bolsas de estudo para a formação de técnicos em hidrogeologia e em irrigação. Com o objetivo de dar ênfase à produção de alimentos, a Sudene passou a investir recursos próprios em cursos de preparação para o vestibular das faculdades de Agronomia, então com índices muitos baixos de alunos (uma pesquisa indicou que, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 1959, havia apenas dez alunos no primeiro ano de Agronomia e quase todos oriundos de famílias de grandes proprietários rurais, evidentemente pouco interessados nas mudanças requeridas para a estrutura agrária da região). Um programa de bolsas de estudo foi instituído, também, para estudantes de mestrado em geologia, especialidade de grande importância para os futuros projetos de irrigação na zona semiárida. (FURTADO, *A Fantasia Desfeita*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989, pp. 83/84).

A repercussão do projeto da Sudene, todavia, extrapolava as fronteiras nacionais. A ação das Ligas Camponesas no Nordeste, combinada com a ascensão de Fidel Castro em Cuba e seu posterior alinhamento com a União Soviética, chamaram a atenção de Kennedy, nos Estados Unidos. Disso resultou um convite para uma visita de Furtado a Washington, em julho de 1961, onde ele teve um tratamento reservado, apenas, a grandes personalidades internacionais, com direito a longa reunião com o próprio presidente, nos jardins da Casa Branca, e entrevista coletiva no National Press Club, de Washington. Desse encontro resultou a decisão de Kennedy de enviar ao Nordeste uma missão, chefiada por um antigo embaixador dos Estados Unidos, Merwin Bohan, que liderou um grupo de dezenas de técnicos que permaneceram quase dois meses em visitas a vários estados do Nordeste, inclusive às zonas destinadas ao futuro projeto de colonização dos vales úmidos do Maranhão. Um dos resultados dessa visita foi a destinação a projetos de habitação e de abastecimento d'água de várias capitais do Nordeste dos primeiros financiamentos do recém-criado Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). Esta visita valeria, entretanto, a Furtado a oposição dos grupos de esquerda próximos ao antigo partido Comunista Brasileiro que, na edição de 2 a 9 de agosto de 1961 do jornal O SEMANÁRIO, a eles vinculado, chegaram a apresentá-lo como "O novo Agente da Wall Street, que quer entregar o Nordeste aos norte-americanos".

O ano de 1961 registraria a surpreendente renúncia de Quadros, em agosto, e forte pressão dos governadores do Nordeste pela aprovação do 1° Plano Diretor no Congresso Nacional, o qual, conforme já indicado, tramitava desde o ano anterior. Em Pernambuco, essa mobilização chegou a incluir no Recife o fechamento de lojas e fábricas, decretado pelas associações patronais e que contou, também, com o apoio dos sindicatos de trabalhadores. O Plano foi aprovado, finalmente, em dezembro.

Empossado João Goulart, Furtado foi mantido, pela terceira vez, na Superintendência da Sudene e seus prestígio parecia crescente, inclusive com sua designação, pelo presidente, para o cargo de Ministro Extraordinário para assuntos de Planejamento, com a missão de elaborar um Plano para a ação

do Governo Federal no restante do mandato presidencial. Este Plano, que passou a ser conhecido como "Plano Trienal", foi preparado em tempo recorde, com forte participação das equipes do BNDE, do banco Central e da Sudene, e continha uma série de diretrizes para contenção do processo inflacionário, então em ritmo acelerado, a continuidade dos esforços do governo para a aprovação, pelo Congresso, das chamadas "reformas de base" (agrária, urbana etc.), tudo sem prejuízo para a taxa de crescimento da economia nacional, fixada tentativamente em 7%. Foi também peça fundamental para o sucesso de Goulart no plebiscito que determinou a volta dos poderes decisórios do presidente, com a vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, que tinha sido instituído no segundo semestre de 1961, num acordo para permitir a posse de Goulart, inicialmente vetada pelos ministros militares. A sobrevida do Plano, contudo, seria curta, pois dois motivos: i) as dificuldades para obtenção do apoio do governo dos Estados Unidos ao reescalonamento da divida externa brasileira, crucial para a superação dos problemas do balanço de pagamentos que sufocavam a ação do governo; ii) a resistência de setores do governo, sobretudo de segmentos de esquerda liderados pelo então governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que se insurgiram contra medidas consideradas impopulares, como o corte de subsídio ao consumo de trigo, por exemplo, e que eram importantes como parte dos esforços para conseguir uma mínima disciplina fiscal, assim como ao acordo com o governo americano para indenizar empresas de capitais estadunidenses expropriadas pelo governo brasileiro. Ao sentir que o presidente já não emprestava ao Plano o apoio que lhe tinha dado na época anterior ao plebiscito, Furtado renunciou ao Ministério e reassumiu o exercício pleno da Superintendência da Sudene, da qual apenas se licenciara.

A ação da Sudene continuava a ter repercussão internacional, como atestam as visitas ao Recife do senador Edward Kennedy, irmão mais novo do presidente, de Jean Paul Sartre, de Henri Kissinger e George McGovern, que, anos depois, seria candidato à presidência dos Estados Unidos. Periódicos de prestígio mundial como a revista *TIME*, o *Christian Science Monitor* e o *The*

Washington Post, dos Estados Unidos, e o *Le Monde*, de Paris, publicaram uma série de reportagens sobre a experiência que se realizava no Nordeste. O diretor do *Le Monde*, Hubert Beuve-Mery, inclusive, esteve no Recife durante uma semana, em 1963.

Ao reassumir o exercício pleno da Superintendência, no segundo semestre de 1962, entretanto, Furtado se conscientizou da necessidade de uma reestruturação interna da Sudene, que, durante o biênio anterior, crescera em sua complexidade, com trabalhos em inúmeras frentes, exigindo maior esforço na coordenação das múltiplas atividades. Assim, no final de 1962, foi implantada a Assessoria Técnica (Astec), que já era prevista na lei institutiva da autarquia, mas que permanecia sem estrutura. Diretamente subordinada à Superintendência, a Assessoria incluía as principais atividades-meio da instituição, em cinco Divisões: Análise Econômica, Coordenação do Plano Diretor, Estatística, Documentação e Assistência Técnica a Estados e Municípios. Tive a honra de ser escolhido como primeiro diretor da Astec.

Este esforço de reestruturação interna, todavia, se daria em meio a grandes dificuldades no plano político. A unidade dos governadores em torno da Sudene, que tivera seu ponto alto nos esforços conjuntos para a aprovação do Plano Diretor, em fins de 1961, começou a se esgarçar à medida que se intensificou a campanha sucessória para os governos estaduais, que acompanharia o clima de radicalização que se instaurou no país durante o governo Goulart. Um trabalho do Prof. Marcos Costa Lima sobre as reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene é muito ilustrativo a respeito, com reclamações constantes de governadores quanto ao que consideravam excessiva intervenção da Sudene em assuntos que consideravam de competência exclusiva dos estados, quando, na verdade, se tratava de simples exercício, pela autarquia, do mandato que lhe conferia sua lei institutiva para fiscalizar a aplicação, pelos Estados, dos recursos federais previstos no Plano Diretor. Na realidade, tratava-se de uma reação previsível quando se tratava de substituir uma visão estadualista por outra de cunho regional na análise dos investimentos federais no Nordeste. Para cumprir essa missão, a Sudene, em algum momento, teria, necessariamente, de adotar

opções que poderiam contrariar os interesses de um determinado estado quando confrontados com as prioridades regionais. As restrições constantes de relatórios de técnicos da Superintendência sobre a aplicação, pelos estados e/ou municípios, de recursos integrantes do Plano Diretor, e que poderiam determinar a suspensão dos desembolsos desses recursos, passaram a ser consideradas intromissão excessiva em assuntos que os governos consideravam de sua competência exclusiva.

Tudo isto se dava em meio a uma crescente deterioração do clima político no nível federal, com o crescimento da inflação, as frequentes greves nos serviços públicos e o agravamento da radicalização política, que culminaria no Golpe Militar de abril de 1964. Celso Furtado, recolhido no Recife, estava atento e preocupado com os rumos da política nacional e chegou a elaborar um documento – posteriormente incorporado ao seu livro "A Pré-Revolução Brasileira" – destinado aos candidatos ao Congresso Nacional nas próximas eleições e que ele levou ao conhecimento, também, do presidente Goulart e de outros líderes políticos.

Nesse documento, Furtado, depois de um diagnóstico em que apresentava a rigidez da estrutura agrária e um modelo de desenvolvimento que provocava excessiva concentração de renda nacional como os grandes obstáculos a transpor, insistia na adoção de uma estratégia que possibilitasse a consecução dos dois grandes objetivos que, em sua opinião, deveriam galvanizar a ação das forças progressistas no país: a liberdade e o desenvolvimento econômico, para o qual se deveria adotar um modelo genuinamente nacional, distante tanto do liberalismo tradicional como do coletivismo forçado repressor das liberdades individuais. Afirmava ele, então: "*Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em políticas ditatoriais, sob a égide de classes socais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias. Cabe, portanto, prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social e criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país.*" O ensaio teve

ampla repercussão na grande imprensa nacional e, também, na internacional, sendo publicado pelo semanário *Marcha*, editado em Montevideu por grupos de centro-esquerda depois reunidos na chamada "Frente Ampla", do Uruguai, na tradicional revista "El Trimestre Econômico", do México, em revistas francesas e espanholas, assim como na revista norte-americana "Foreign Affairs", em 1963. No Brasil, a grande imprensa distorceu por completo as advertências de Furtado quanto ao risco de uma adesão da juventude brasileira às teses revolucionárias pregadas pelo marxismo-leninismo, apresentando-o como arauto dessas teses, as manchetes dos principais jornais ilustram essa distorção, mostrando o clima de radicalização que terminaria por facilitar o Golpe Militar de 1964: *O Globo*: "Celso Furtado admite a penetração do marxismo na juventude brasileira"; *Jornal do Brasil*: "Furtado diz a revista que os nossos jovens são marxistas"; *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda: "Celso Furtado ao *Foreign Affairs*: marxismo penetrou fundo na juventude brasileira".

O esforço de Celso Furtado não encontrou eco nos grupos de esquerda e, como visto, daria munição aos grupos de direita para levar a efeito a suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos pelo Golpe Militar de abril/64. No segundo volume de suas memórias (*A Fantasia Desfeita*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989), ele confessa seu desalento em vários tópicos. Depois de procurar, pessoalmente, os principais líderes políticos de então, o governador de Minas, Magalhães Pinto, o do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o ex-presidente, Jânio Quadros, e o ex-ministro, Santiago Dantas, ele afirma que "*a impressão que me ficou foi de que as instituições democráticas não lhes pareciam tão ameaçadoras quanto eu estava supondo... Para a maioria dos meus interlocutores, as reformas não pareciam tão urgentes, o sistema podia absorver tensões ainda por muito tempo. Portanto, para eles havia espaço para continuar a dar mais atenção às preocupações biográficas que aos problemas de alcance histórico... O presidente Goulart, por seu lado, nem chegou a indagar-me sobre os resultados de minhas démarches. Mas, alguns meses depois, casualmente, me disse: 'Celso, aquele seu manifesto tem sido apreciado por várias pessoas. O Osvino* (então comandante

do Primeiro Exército) *achou que ele está ótimo para ser utilizado num golpe'. Fiquei frio e nada indaguei. Vendo meu embaraço, o presidente riu à sua maneira habitual e enveredou por outra conversa. Saí pensando nas ciladas que o destino arma a cada um de nós, particularmente aos 'idealistas', eufemismo que Quadros usara por ingênuo. Preocupado em salvar as instituições democráticas, eu teria forjado instrumentos para aqueles que queriam antecipar o seu enterro. Fazer política com eficácia requer uma dose de 'astúcia' da qual eu certamente carecia"* (FURTADO, op.cit., pp. 150/151).

A suspensão do protagonismo de Furtado na vida política brasileira resultante da suspensão dos seus direitos políticos pela Ditadura Militar, entretanto, não eliminaria os resultados de sua ação no Nordeste. Por coincidência, os dois primeiros chefes do governo militar haviam sido comandantes do IV Exército, no Recife, nos 3 primeiros anos de ação da Sudene. Apesar da destituição da maior parte dos diretores e da instituição de um clima repressivo com a instauração, na Sudene, em abril de 1964, de um inquérito policial-militar para investigar pretensas "ações subversivas", o processo de transformação do Nordeste tinha ganho uma dinâmica própria. É o próprio Furtado quem o afirma, no ano de 1963: "*Surgira uma nova mentalidade na região, o número e a diversidade dos projetos industriais não deixavam dúvida sobre a afluência para o nordeste de recursos, assinalando a reversão da velha tendência à fuga de capitais. Dificilmente se encontraria uma cidade na região que não estivesse se beneficiando dos investimentos em transporte, energia, saneamento básico e outros... Criara-se um clima de confiança no governo. Se um problema era entregue à Sudene, ninguém duvidava de que alguma solução seria encontrada.*" (FURTADO, op. cit., p.174).

Durante a ditadura, contudo, a Sudene perderia muito do seu "status", ao deixar de ser um órgão diretamente subordinado ao presidente da República para transforma-se em uma das repartições subordinadas ao recém criado Ministério dos Organismos Regionais, posteriormente sucedido pelo Ministério do Interior e, atualmente, pelo Ministério da Integração Regional.

O principal fator de estímulo ao desenvolvimento industrial – os incentivos fiscais – foi diluído ao ser estendido a outros programas do governo – PIN, PROTERRA etc. – e a outras regiões do país. Os recursos destinados à Sudene passaram a ser incluídos nos planos de contingenciamento do orçamento federal, comprometendo a continuidade de numerosos projetos de investimento. A principal perda, porém, foi o debilitamento da mística regional, suplantada pela velha competição entre os Estados, simbolizada na chamada "guerra fiscal".

O desmantelamento da estrutura técnica montada por Celso Furtado, com a migração de alguns dos seus melhores elementos para outros órgãos do governo ou para a iniciativa privada, deu ensejo a diversos tipos de manobras na administração dos incentivos fiscais, que serviriam de pretexto para a extinção da autarquia, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Sua recriação, no governo Lula, em 2007, não foi suficiente para recuperar o prestígio e a garra dos primeiros tempos. Isto não significa que o 60. Polos industriais surgiram em diversos estados, ainda que com um alto custo em termos de subsídios governamentais. As telecomunicações tiveram notável avanço. A região passou a contar com energia elétrica abundante com as diversas usinas de Paulo Afonso, complementadas por Xingó, Itaparica, Sobradinho, Moxotó, ademais da liderança nos investimentos em energia eólica e solar, nas quais o Nordeste tem evidentes vantagens comparativas. O sistema rodoviário também conheceu notável incremento. A industrialização começou a descentralizar-se com a instalação de fábricas em cidades do interior. A distribuição de renda melhorou com o Bolsa Família e a aposentadoria rural. Mais recentemente, o projeto secular da transposição das águas do Rio São Francisco começa a materializar-se, depois de vários adiamentos na execução do seu cronograma. O número de estabelecimentos de ensino superior sofreu notável incremento. Na primeira década desse século a região chegou a apresentar taxas de crescimentos superiores às nacionais, tendência que, infelizmente, não se vem confirmando em meio à grave recessão pela qual passa a economia brasileira desde 2014.

É claro que não se pretendeu reproduzir, hoje, um esquema de trabalho pensado para um Nordeste dos anos 60. Seria imensamente desejável, entretanto, que as novas gerações pudessem voltar a contar com uma liderança dotada do sentimento espartano de honestidade pessoal, da coragem, da cultura e da visão política de um Celso Furtado, um nordestino que, sem perder o amor à sua terra, ganhou, com muita justiça, os ares do mundo.

DEGRAVAÇÃO

DEBATE SOBRE CELSO FURTADO

PALESTRANTES

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco
Luiz Otavio Cavalcanti

Presidente do Centro Celso Furtado
Saturnino Braga

Conselheiro do Centro Celso Furtado
Zé Maria Aragão

Economista e professor da FCAP/UPE
Sérgio C. Buarque

Procurador Federal e Escritor
Clemente Rosas Ribeiro

Professor Adjunto da UFPE
Marcos Costa Lima

Recife-PE

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Sejam todos muito bem-vindos à Fundação Joaquim Nabuco. Uma saudação especial ao Dr. Saturnino Braga.

SATURNINO BRAGA

Muito honrado.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

O propósito deste encontro é estabelecer parceria, brasileiramente nordestina, entre a Fundaj e o Centro Celso Furtado. Afinal, quase tudo une Nabuco e Furtado, a começar pela grandeza do patriotismo de ambos, que sempre assumiram superiormente os interesses do país. Esperamos, pois, que este seja o marco inicial de uma travessia regionalmente nacional, com seminários, pesquisas e coedições, nos quais valores republicanos sejam realçados. Mesmo em Nabuco, que, tendo sido monarquista, serviu à República, como embaixador, em Washington.

A oportunidade do encontro entre a Fundaj e o Centro Celso Furtado, a nosso ver, apoia também o entendimento sobre a importância do planejamento no Brasil. Celso foi o primeiro Ministro do Planejamento do país e, não por acaso, o primeiro Ministro da Cultura. Disse-me Clóvis Cavalcanti que Celso Furtado e Gilberto Freyre eram próximos em conversas de algumas ocasiões. Uma delas, na casa de Dirceu Pessoa, onde Clóvis ficou a ouvir e a admirar o encontro de dois polos do saber, respeitando-se nas diferenças e acolhendo-se nas convergências.

No prefácio de O longo amanhecer, Celso escreveu:

Não resta dúvida de que o ciclo histórico que se abre será marcado pela emergência de uma nova concepção de política. O

formato que assumirá o Estado Nacional em países de grandes dimensões territoriais e demográficas, como o Brasil, está por definir-se. O que há de comum nos ensaios presentes é a tentativa de captar a especificidade do perfil cultural brasileiro.

Este é o sentido pernambucanamente construtivo, Dr. Saturnino, que nos fez lhe procurar, que nos fez procurar o Centro Celso Furtado, para polir a esfera do tempo e agregar a ela os que ajudem a interpretar o enigma do futuro. A palavra é sua.

SATURNINO BRAGA

A palavra, primeiro, é um agradecimento por esta oportunidade singular de estar aqui, conversando informalmente sobre Celso Furtado, pela demonstração de interesse, mesmo de parceria, de vontade de parceria, que o Dr. Luiz Otavio expressou em uma conversa que tivemos, e pela iniciativa de tornar o Centro Celso Furtado e a Fundação Joaquim Nabuco mais próximos e mais atuantes em conjunto, devido, obviamente, a toda a raiz de Celso Furtado, ao interesse e à dedicação dele pelo Nordeste. De forma que, nós vamos, certamente, distribuir e operar essa proposta do Dr. Luiz Otavio, com muito interesse por parte do Centro Celso Furtado.

Celso Furtado foi um dos grandes pensadores brasileiros. Entre os brasileiros que pensaram o Brasil, os brasilianistas brasileiros, ele se destacou enormemente como sendo aquele que abordou a face da economia, a expressão da economia brasileira. A formação econômica é um marco evidentemente na história do Brasil, na história do pensamento brasileiro, e até um marco internacional, porque é uma obra de valor reconhecido em todo o mundo. E Celso, enfim, tem uma raiz nordestina muito grande, uma formação muito importante, lá do interior da Paraíba. Ele era filho de uma família de bom nível cultural, fez lá os seus estudos iniciais, depois, aqui no Recife, foi se formar, e no Rio, em Direito. Naquela época, não havia formação em Economia no Brasil, quer dizer, havia escolas de contabilidade, que eram talvez chamadas de escolas de Economia, mas não eram verdadeiramente cursos de Economia, tanto assim que os grandes economistas daquele tempo, nenhum deles era (...) Celso era advogado, Eu-

gênio God era engenheiro, enfim, o Inácio Rangel era advogado também. Quer dizer, ele se despertou para a Economia, provavelmente. Bom, ele teve essa passagem na FEB.

Celso era naturalmente um observador, um pensador, um estudioso, quer dizer, um homem desses, participando da luta contra o fascismo na Europa e observando os restos de fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha e a eficiência americana no combate. Tudo isso deve ter enchido a cabeça dele de pensamentos a respeito exatamente da organização econômica de uma nação, para, enfim, enfrentar os seus problemas e se afirmar no mundo; daí saiu da FEB e foi fazer o doutorado de Economia na Sorbonne, que foi decisivo. Foi uma fase decisiva da vida dele. E depois, mais tarde, ainda foi se aperfeiçoar em Cambridge, onde conviveu com o Caldo, Nicolas Caldo, que foi, aliás, quem o chamou. Conviveu também com Cannes. E lá, em Cambridge, ele escreveu a Formação econômica brasileira. Quer dizer, ele teve uma formação especial, justamente num momento em que surgiu essa expressão e essa ideia de desenvolvimento.

Antes não se falava em desenvolvimento. Quando eu era menino, chamava-se progresso. Desenvolvimento foi uma expressão que surgiu depois da guerra, e muito especialmente voltada para a América Latina. Eu, aliás, tenho uma interpretação toda pessoal, e acho que, depois da guerra, o fascínio do socialismo era muito grande, isto é, aquele país, que saiu de uma nação de analfabetos e que em pouco tempo se transformou numa potência que acabou derrotando a maior máquina de guerra que se construiu até então e mostrou aquela vibração, aquela coragem e aquele patriotismo que está ligado a tudo aquilo se formou numa aura de futurologia em torno do (...). Passou-se a dizer: "o futuro é o socialismo", "o socialismo é o futuro", e os partidos comunistas na Europa cresceram enormemente logo depois da guerra, especialmente na Itália e na França. E é claro que o capital, o grande capital, se preocupou e quis fazer frente ao (...). Obstaculizar esse crescimento e despejou na Europa uma quantidade fabulosa de dólares no Plano Marshall, que foi um plano quase que de reindustrialização da Alemanha. E, com isso, conteve o socialismo na Europa. Na África e na Ásia, o capital usou a bandeira da desco-

lonização. O império britânico teve que aceitar isso, e terminou ali, praticamente, a Índia, o Egito e as nações da África. Enfim, houve um grande surto de nacionalismo nas colônias, e, com isso, politicamente, se compôs a contenção do socialismo.

Na América do Sul não havia propriamente uma (...), se bem que houvesse no Brasil. Na primeira eleição depois da guerra, o partido majoritário no Rio de Janeiro foi o Partido Comunista, que elegeu Prestes senador, e a maior bancada na Câmara. Então havia, sim, uma (...). Mas não havia com uma força que aparecia na Europa, em todo o caso, e a América Latina era tradicionalmente, historicamente uma (...). Desde a doutrina Monroe, era uma (...). Havia aquela dependência em relação à política americana, a proteção, digamos, política e militar americana, e a aliança do Brasil na guerra solidificou isso. Mas, em todo o caso, era preciso dar alguma coisa, alguma visão de futuro para a América Latina, que contivesse também aquela onda de socialismo que se espalhava pelo mundo. E a Cepal, eu acho que (...). Quer dizer, houveram outras comissões econômicas em outros continentes, mas a Cepal foi a grande experiência no mundo, de pensamento do desenvolvimento, que era visto, naquele momento, como, digamos assim, o percurso pelo qual os países que tinham ficado mais retardatários, em relação ao processo da Revolução Industrial, podiam ascender até a posição dos países mais ricos.

O desenvolvimento era visto como um esforço especial. Uma das teorias que mais tiveram êxito foi a Ristoff, que falava numa decolagem, no esforço da decolagem, porque as nações tinham que ter as noções das etapas, para chegar ao estágio de país desenvolvido. O Celso Furtado foi para a Cepal, convidado pelo Prebisch, e foi lá um grande pensador. O criador, o grande entusiasta e líder foi Raúl Prebisch, assim como outros notáveis. Acho que o grande professor da Cepal foi o chileno Anibal Pinto. Teve Jorge Amado, quer dizer, grandes professores, divulgadores extraordinários; Anibal Pinto era um professor extraordinário. Mas o grande pensador da Cepal foi o brasileiro Celso Furtado, e ele foi quem mudou esse conceito. Não mudou de uma vez, não. Foi, aos poucos, observando que o chamado subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento, que precisava, todavia, per-

correr os mesmos caminhos. Era uma organização, resultava de uma organização da economia mundial, onde tinha a liderança.

Os países começaram a Revolução Industrial, e os subdesenvolvidos eram, digamos, economias subsidiárias, que eram uma inserção na economia mundial e serviam à riqueza dos países dominantes no mundo. Quer dizer, eram economias que forneciam matérias-primas e podiam criar indústrias subsidiárias, mas jamais teriam indústrias de vanguarda que resultassem em indústrias de maior produtividade; seriam sempre economias subsidiárias, comandadas por uma elite que se associava de uma forma ou de outra, uma elite exatamente agrária, ou que explorava as exportações de matérias-primas, ou pequenas indústrias locais, que se associavam aos países dominantes e tinham um nível de consumo com os picos, que dificultavam o investimento dessas economias para obter um momento de produtividade.

Então, ele passou a sustentar que o mercado em si, o mercado livre, jamais ia tirar esses países da condição de subdesenvolvido, porque o mercado se estruturava exatamente desta forma. Eram economias subsidiárias que serviam às economias dominantes, e o único meio de sair da condição de subdesenvolvido era através de uma intervenção governamental, política, com o propósito, um projeto e um plano de desenvolvimento, e que orientasse esse consumo alto das elites para um investimento, um plano que tivesse continuidade e tempo suficiente para dar condições de crescimento ao país. Quer dizer, isso gerou uma visão diferente.

Obviamente, ele observou também o que havia se passado na economia brasileira, que ele estudou tanto, que eram os momentos de criação de novas indústrias e de nova produtividade. Foram principalmente os de Getúlio Vargas, com a sua criatividade e o seu empenho em industrializar o Brasil, usando meios políticos para isso. E também, ele criou a divisão entre o pensamento chamado de desenvolvimentista, que pressupunha uma presença do Estado forte, tomando iniciativas em pontos estratégicos, e estabelecer levando adiante um plano formulado, e o chamado neoliberalismo, ou mercadista, que era a posição dos que achavam que o Estado era ineficiente, que atrapalhava, e que a economia se desenvolveria pelas forças de mercado, e os países,

o Brasil deveria seguir. Esta divisão existe até hoje e marca efetivamente uma divisão de pensamento político entre os brasileiros. Mas durante todo esse processo, ele foi aperfeiçoando, inclusive, a sua visão do que seja o desenvolvimento. Era, no início, exclusivamente econômico.

Eu fui do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) não tinha o S. E predominava lá, eu me lembro disso, porque a gente, quer dizer, os técnicos do banco, jovens, se dedicavam tanto àquilo que, depois do expediente, frequentemente a gente ficava no banco, discutindo. Lembro-me de Juvenal Osório, Ignácio Rangel, o Zé Pelúcio, técnicos muito dedicados, que ficavam discutindo uma estratégia para o banco e tudo o mais, e predominava absolutamente. Naquele tempo, havia gente muito lúcida e importante que estimulava, que, na verdade, exigia o investimento em educação, por exemplo. E nós do banco, naquele momento, rejeitávamos isso e dizíamos: "não! o banco é só econômico, a educação que tenha os seus (...). O Governo tem os seus agentes, mas o banco é só econômico, porque é a nossa missão, essa é a alavanca principal do desenvolvimento, e nós temos que ter consciência disso. Depois, o próprio Celso foi desenvolvendo as outras dimensões do desenvolvimento, social e cultural; ele foi Ministro da Cultura e a priorizou muito. Quer dizer, foi uma vida de (...). Ele era um pensador, um pensador nato, tudo para ele se transformava em elaboração de ideias e de propostas, e, finalmente, a dedicação dele ao Nordeste é uma coisa exemplar. Quer dizer, é um filho do Nordeste que se dedicou. Ele imaginou um projeto de desenvolvimento para o Nordeste, convenceu o presidente Juscelino a criar a Sudene, se dedicou de corpo e alma à Sudene, enfim, e produziu resultados muito importantes. Por tudo isso, Celso Furtado é uma figura que, a nós brasileiros, é muito cara, porque significou patriotismo, dedicação ao país, dedicação à sua terra, às suas origens do Nordeste, visão panorâmica, visão aguda e extremamente lúcida dos fenômenos econômicos em geral, da economia mundial, da inserção do Brasil nessa economia. Foi uma figura extraordinária, e nós, do Centro Celso Furtado, fundado há pouco mais de dez anos, temos como missão dar continuidade a essa tarefa do pensamen-

to sobre o desenvolvimento brasileiro; procuramos fazer isso, e, agora, ganhamos uma colaboração, extremamente importante, da Fundação Joaquim Nabuco. Obrigado pela oportunidade de expressar essas palavras.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Muito obrigado, Dr. Saturnino. Eu peço a Dr. Zé Maria Aragão para fazer a sua fala, por favor.

SATURNINO BRAGA

Dr. Zé Maria Aragão é um conselheiro eterno do Centro Celso Furtado. Ele é ad hoc. Não se faz nada de importante no Centro sem consultar o Dr. Zé Maria Aragão.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Muito obrigado, primeiro ao presidente Luiz Otavio, pelo convite para essa conversa, presidente Saturnino, pelas generosas palavras e pela oportunidade de estar aqui hoje para dar um depoimento que eu gostaria que vocês tivessem alguma paciência para considerar o caráter pessoal que ele terá. Celso Furtado, na minha vida, representou, realmente, um "turnã". Eu tinha concluído o curso de Direito no Recife, com relativo sucesso, esse professor assistente de Direito Civil aqui na Faculdade de Direto, mas, na realidade, o meu projeto de vida era a diplomacia. Eu pretendia seguir a carreira diplomática...

SATURNINO BRAGA

E teria sido um excelente advogado.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Muito obrigado. E para isso, em função desse objetivo, eu me mudei para o Rio de Janeiro. Estava lá fazendo um curso, dirigido pelo embaixador Álvaro Valle, em preparação para o vestibular do Rio Branco. Era ali, em 1958, quando surge a ideia da Sudene, que passou a ser o grande tema da imprensa nacional, tanto do Rio de Janeiro como em São Paulo. E, coisa rara no país, naquele momento preciso, constituindo uma unanimidade na mídia nacional, que ia desde o Estado de S.Paulo, O Estadão, até o

Correio da Manhã, no Rio de Janeiro. Então, o Nordeste era o tema do Brasil, a julgar pelo que se escrevia nos grandes jornais do país e pelos debates que existiam no Congresso Nacional.

Celso Furtado, recém-chegado da Inglaterra, depois de muitos anos na Cepal, assumira uma Diretoria do BNDE, na qual passou a se dedicar ao tema do Nordeste. Foi até uma condição que ele impôs para aceitar o cargo, que vejo como o meu mundo. Quem trouxe Celso Furtado para o Brasil, e para o BNDE, foi Roberto Campos. É necessário que se registre isso. Nesse momento do Governo Juscelino, já em final de mandato, se tinha adquirido uma consciência de que o enorme salto de progresso que tinha dado o Brasil, com o Plano de Metas, não tinha sido distribuído de forma equilibrada, no território nacional. E havia uma disfuncionalidade no processo, de maneira que as disparidades nacionais, entre as regiões do país, passaram a se acentuar na medida em que o Plano de Metas, que tinha como suporte básico uma política de câmbio, constituía a grande fonte de recursos do Governo.

Basta dizer que o Fundo dos Ágios havia cinco categorias de câmbio, definidas em função da essencialidade dos produtos para importação, e o Fundo dos Ágios, que resultava da arrecadação de sobretaxas sobre as importações de produtos não considerados essenciais, constituía uma fonte de receitas para o Governo, mais importante do que o Imposto de Renda à época. E o Nordeste, como entrava nessa equação? O Nordeste tinha um comércio exterior, quer dizer, com o resto do mundo, superavitário e era obrigado, em função da política cambial, a adquirir no Brasil os equipamentos de que necessitava para equipar as suas indústrias. Então, os termos de troca, que já eram desfavoráveis na relação subdesenvolvidos/desenvolvidos, eram ainda mais desfavoráveis para o Nordeste. Se eram desfavoráveis para o Brasil, em suas relações de troca com o exterior, foram ainda mais desfavoráveis para o Nordeste, que era obrigado a adquirir no Brasil equipamentos que seriam muito mais baratos se eles fossem importados do exterior. Então, isso era financiado com as divisas geradas pelas exportações do Nordeste, o que vai explicar, mais adiante, uma emenda da bancada da Bahia ao projeto do Plano Diretor da Sudene, para que fossem destinadas, ao Nordeste, 50% das divi-

sas geradas pelas exportações do Nordeste. E por que a bancada da Bahia? Porque a maior fonte de importações do Nordeste, na época, era o cacau. E também isso explica, uma outra emenda, na qual 50% desses recursos teriam que ser aplicados na Bahia, e daí que o primeiro escritório regional da Sudene tenha sido em Salvador. Bem, essa (...).

Por que eu digo que Celso representou uma "turnã" na minha vida, uma mudança radical? Porque eu me encaminhava para a carreira diplomática tinha feito o curso de Economia aqui no Recife, como subsídio, digamos, para o concurso do Rio Branco. Em caso de empate, quem tivesse o curso de Economia, teria vantagem. Era o critério de desempate. E como o concurso era muito concorrido, eram 20 vagas em todo o país, para milhares de candidatos, eu fiz Direito e Economia quase simultaneamente. Direito, durante o dia, e Economia, à noite. Quando surge a Sudene, sem recursos no orçamento, porque era metade do ano, o orçamento já estava votado, e não havia recursos orçamentários. Celso Furtado consegue um empréstimo do BNDES para financiar os primeiros anos da Sudene, no qual ele figurou como avalista pessoal. Vinte milhões de cruzeiros, na época, foi a maneira encontrada para financiar o gasto de instalação da Sudene. Assim, ele não tinha dinheiro para contratar funcionários, e para isso tinha que recorrer a outros órgãos do Governo, requisitando funcionários. Eu era do Banco do Brasil e fui consultado, por um amigo comum, se me interessaria em trabalhar na Sudene. O telurismo falou mais alto do que o projeto da diplomacia, e eu aceitei, então, o convite para integrar a equipe fundadora da Sudene e, assim, voltei ao Recife no início de 59, exatamente quando a Sudene ainda funcionava no antigo Edifício Tereza Cristina, ali em frente ao São Luiz, em algumas salas alugadas, com meia dúzia de funcionários. Mas da mesma (...).

Gostaria de falar de um outro episódio que define bem o caráter de Celso Furtado. Foi muito importante na minha definição de vida, que era a objetividade, a ausência completa de paternalismo no tratamento com as pessoas. E isto é importante para um jovem que necessita crescer. Eu fui convidado para uma entrevista com ele, no antigo Edifício do BNDES, ainda na Rua

Sete de Setembro, trabalhava no Banco do Brasil e marcaram a entrevista para 11h30. Eu tinha que entrar no banco ao meio-dia, assinar ponto, e o Banco do Brasil tinha regras tão rígidas naquela época, que quem chegasse atrasado, mais de dez minutos, tinha que assinar folha de ponto com a tinta vermelha. Três assinaturas vermelhas já significavam desconto de ponto para promoção. Então, meu horário era meio-dia, eu tinha que (...). Deu meio-dia e nada de a porta do gabinete se abrir. Até que, afinal, abre, e quem aparece lá? Meu ex-companheiro de (...). Eu tinha estudado dois anos em Paris, melhor, tinha ido a Paris uma primeira vez e lá tinha conhecido um amigo, que depois veio a trabalhar na Sudene, sem que eu soubesse. A porta se entreabre e quem eu vejo é o Luiz Vasconcelos, que depois, veio a ser diretor de Agricultura da Sudene. "O que estás a fazer aqui?" Era português. Digo: "olha, estava redigindo um cartãozinho para o Celso, dizendo que não podia mais esperar, a minha hora estava chegando etc., que marcasse outra hora". O português me apresenta ao Celso. Então eu falo um pouco sobre meu currículo etc., que eu pretendia ser requisitado para prestar serviço na área jurídica e ele simplesmente disse que na área jurídica, não precisava mais: "Já tenho dois advogados, que são mais do que suficientes para atender a demanda da Sudene. Mas digo, estou precisando de economistas". Eu também acredito que fui honesto, e disse para ele: "eu, na área de economia, não me considero em condições de lhe prestar uma colaboração eficaz. Fiz Economia como segunda prioridade, não tenho experiência na área, então não creio que tenha um grande aporte a atuar na Sudene na área de Economia". Ele disse: "então eu vou lhe fazer uma proposta. Você consegue. Eu vou trazer aqui o titular da Cepal para formar a equipe básica da Sudene, dando no Recife, em quatro meses de tempo integral, o mesmo curso que se dá em Santiago em oito meses. Se você conseguir que o Banco do Brasil lhe indique para fazer esse curso, se você for aprovado, eu o requisito. Se não for aprovado, você fica no Banco do Brasil". Eu digo: "isso aí não é viável, porque o Banco do Brasil não tem nenhum interesse em me indicar para esse curso. Eu lhe faço então uma contraproposta: o senhor me requisita – a Sudene pagava um adicional de 30% sobre o salário-base

do funcionário requisitado – me apresenta para fazer esse curso, pela Sudene, e, se eu for aprovado, o senhor me mantém. Se eu for reprovado, o senhor me devolve ao Banco do Brasil". E ele aceitou. Eu fiz o curso, fui aprovado, e assim começou a minha carreira na Sudene.

Inicialmente, como assessor do superintendente, ganhando muito pouco, eu fiquei encarregado de fazer a análise dos primeiros projetos industriais. Recordo-me do projeto da Ron Bacardi, por exemplo, que foi o primeiro a ser aprovado. Ela estava se mudando de Cuba, em função da organização, e veio implantar uma fábrica em Pernambuco. O Departamento de Industrialização ainda não existia. Juarez Farias, que trabalhava no BNDES na época, já estava indicado para esse lugar, mas ainda não tinha sido liberado. Então, eu fiquei guardando o lugar de Juarez até a chegada dele, como assessor direto do Celso.

Permaneci realizando diversos trabalhos na assessoria direta dele, até que, por razões de ordem particular, eu quis voltar ao Rio, e sabia que este desejo não seria apoiado por ele. Ele estava em Israel, se me permite uma digressão, até para mostrar o homem, o cidadão Celso Furtado, numa dimensão não muito conhecida. Então, ele estava em Israel. Eu fiz uma carta para ele, de ordem particular. Estava querendo mudar meu domicílio para o Rio de Janeiro, se fosse possível continuar colaborando com a Sudene no escritório, eu ia, muito bem. Se não fosse possível, eu entenderia perfeitamente e voltaria ao Banco do Brasil. Ele volta e me chama: "você está com algum problema de saúde?" Digo: "não, não tenho problema de saúde". "Se você estiver com algum problema de saúde, você se licencia e volta quando quiser". "No meu caso, é de ordem particular. Eu quero me mudar para o Rio de Janeiro". "Mas, infelizmente, no Rio de Janeiro, eu não tenho lugar para você. No escritório do Rio, está se abrindo o escritório em Brasília; o processo de mudança da capital está se completando, e eu não tenho lugar para você no escritório do Rio, você iria ficar subutilizado lá". "Por mim, tudo bem, então eu agradeço muito o que aprendi aqui etc., e continuo a minha função no Banco do Brasil. E me articulo aqui".

Cheguei a ser lotado na então Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que antecedeu o Banco Central. E fui para o Rio, estava de férias, pois o Banco do Brasil quando liberava os funcionários, só aceitava com férias zeradas. Então, não estava indicado já para a Sumoc, mas não tinha assumido ainda. Quando, no Rio, o Celso mandou me chamar e disse: "olha, o presidente Juscelino (era o final do Governo Juscelino) me pediu aqui um estudo sobre agricultura do Nordeste, e a maior parte das informações tem que ser recolhida aí no Rio, então, se você não assumiu o Banco do Brasil ainda e concordar em permanecer para fazer o estudo, você poderia ficar aí, e fazê-lo". Bom, eu novamente, como surgiu o trabalho para fazer no Rio de Janeiro, permaneci na Sudene. E aí mudou a minha vida. Evidentemente, o bilhete ficou esquecido e eu me tornei economista, por isso eu digo que a influência do Celso na minha vida foi decisiva. E essa ligação permaneceu até a morte dele. Depois, eu fui diretor da Sudene no escritório do Rio. Ele passava metade do tempo lá. Durante a mudança para Brasília, ele passou metade do tempo aqui, e nossa convivência se estreitou ainda mais.

Antes de ir para o Rio, eu tinha ganho uma bolsa do governo francês para fazer um doutorado em Paris, mas era um doutorado em Direito. Quando assumi a Sudene, recebi a bolsa, mas não pude ir porque estava muito comprometido com o projeto. Porém o Celso assumiu um compromisso comigo de que quando o órgão já estivesse implantado, ele me liberaria para ir fazer a pós-graduação lá. E isso só foi possível dois anos depois que eu já tinha perdido a bolsa. Fiz com meus próprios recursos. E fui com a carta de recomendação dele, para o mesmo professor que tinha sido orientador de tese dele em Paris, de quem eu me tornei amigo pessoal.

Então, vocês veem, por aí, o grau de vinculação que realmente existia entre nós, e que permaneceu durante toda a vida de Celso Furtado. Ele foi um mestre para mim, o que não significa que tenhamos coincidido em todos os temas, durante toda a nossa vida. Tivemos, ao longo da vida, algumas diferenças de opinião, discutidas democraticamente entre nós, mas eu devo a ele, realmente, essa mudança, fundamental na minha trajetória de vida. E acredito que eu não fui o caso único: isto deve ter acontecido

com muita gente aqui no Nordeste, porque o que era o Nordeste naquela época? Não tinha nada a ver com o Nordeste atual, é preciso que nós nos situemos historicamente para ter ideia do que significou a criação da Sudene naquela época. O Nordeste se tornou um tema nacional no início dos anos 50, com essa progressiva deterioração das taxas de crescimento. A região cada vez representava um percentual menor da renda brasileira. No segundo Governo Vargas – é uma questão de justiça histórica que se registre isso – formou-se uma assessoria especial na Presidência da República composta de nordestinos, por coincidência e sorte do Nordeste, regida pelo economista baiano Rômulo Almeida e integrada, entre outros, por Neto Paiva Leite, paraibano como Celso Furtado, Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel, os boêmios cívicos, (...) uma das publicações do Centro Celso Furtado, com muita justiça histórica. É nessa época que surge a proposta de criação do Banco do Nordeste, que foi pensado como um banco de desenvolvimento, uma espécie de BNDES para o Nordeste. Com a renúncia de Vargas, em 54, o banco, além de ter criado o Escritório Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (Etene), foi um celeiro de cérebros, que depois veio a suprir a Sudene com alguns de seus melhores elementos, lembro de Juarez Farias, Jairo de Andrade, Francisco Oliveira e outros egressos do Etene. O fato é que o banco, com a morte de Vargas e a substituição do Rômulo, sofreu algumas distorções na sua utilização prática e não atendeu, nos primeiros momentos, aqueles objetivos de desenvolvimento que tinham sido o cerne da sua criação. Eclode a campanha presidencial de 55, o Juscelino já não estava pensando em terminar o mandato, contudo pensava na sua volta ao então Palácio do Cateeo. Eu volto a Brasília, pois ele fala que estaria voltando nas eleições seguintes.

O tema do Nordeste, então, atualíssimo, atrai o Juscelino, e ele convida o Celso Furtado e um grupo, no qual eu estava presente também, para uma reunião no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, para tratar do assunto do Nordeste. Isto em 58, durante a nova grande seca. O Celso, no BNDES, tinha se dedicado e sido nomeado interventor no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado no Etene, e que tinha, é de justiça re-

gistrar também, recolhido uma grande quantidade de informações estatísticas sobre a economia do Nordeste.

Havia então uma matéria-prima imensa, acumulada pelo GTDN, necessitando de um tratamento sistemático, o que facilitou muito a tarefa do Celso quando ele elaborou um documento que viria a ser documento básico da Sudene, intitulado Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste, do qual ele não assinou a autoria, mas que foi inteiramente redigido por ele. Nesse documento, que todos conhecem, estão as linhas gerais das propostas da Sudene, e o cerne da proposta consiste exatamente no diagnóstico em que se reformula completamente o entendimento de atendimento emergencial que predominava nos investimentos federais na região, e aumentava nas épocas de seca e logo decaía.

Estes investimentos federais, cíclicos, na realidade, não faziam mais do que confirmar, ou fortalecer, a estrutura antieconômica, ou irracional que existia na aplicação dos recursos públicos no Nordeste. A seca se caracterizava basicamente como uma crise alimentar, com milhares de agricultores despojados de condições mínimas para continuar semeando a terra e sem recursos para sobreviver. Então, abriam-se as frentes de emergência, obras públicas, muitas vezes ainda não planejadas, ou planejadas emergencialmente, como forma de garantir a subsistência daquelas populações, que, à falta desses recursos, estariam famintas.

E aí vem o acerto do diagnóstico, que afirma que a crise do Nordeste não se resolveria se não se resolvesse o problema na produção de alimentos, e, para isso, era necessária uma reforma da estrutura agrária da região. Essa reforma viria acoplada a um dos primeiros projetos da proposta da Sudene: a Lei de Irrigação, que determinava a desapropriação, por interesse público, das terras beneficiadas com os recursos aplicados pelo Governo Federal na construção de açudes, para que fossem redistribuídas aos camponeses que cultivavam alimentos no sistema de Meação, que, no Nordeste, é conhecido como Cambão. Isso era uma revolução, é necessário que se situe 60 anos atrás, requer uma reforma constitucional. Este projeto foi aprovado ainda ao tempo do Codeno.

O Codeno, como todos sabem, mas para quem não está a par do tema, foi um recurso aplicado na época para antecipar a atuação da Sudene. Como a instituição dependia de lei, e o Projeto de Lei tramitou no Congresso durante mais de um ano, o Juscelino criou, por decreto, para marcar o seu governo, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, com praticamente as mesmas atribuições da Sudene, com a diferença de que não tinha dinheiro, não tinha orçamento. Era mais como o Conselho Deliberativo, que tinha assento de todos os governadores e representantes dos ministérios federais, mais o superintendente da Sudene, o superintendente da Comissão do Vale do São Francisco e o presidente do Banco do Nordeste, que constituíam a maioria do Governo Federal. Esta estrutura representou, na época, uma revolução administrativa, porque era a primeira vez que se colocavam, na mesma bancada, todos os nove governadores. Depois entrou o de Minas Gerais e um pouco mais adiante, o do Espírito Santo, para discutir, em conjunto, uma estratégia de desenvolvimento regional. Então, isso já começou a funcionar na época do Codeno.

Na reunião do Codeno, realizada em Teresina, foi aprovado um Projeto de Lei de Irrigação, a ser enviado ao Congresso Nacional. E foi enviado. Por incrível que pareça, um dos votos decisivos para a aprovação desse projeto, no Conselho da Sudene, foi o do representante das Forças Armadas, o então coronel Afonso de Albuquerque Lemos. Por razões óbvias, é evidente que esse voto influenciou o voto de muitos governadores. Mas a resistência não estava nos governadores; ela se daria no Congresso, onde as bancadas federais, constituídas, em boa proporção, por representantes dos grandes proprietários de terra, sobretudo na zona semiárida – os famosos coronéis do sertão – e também dos representantes dos industriais da zona úmida, que trataram de obstaculizar o projeto, e conseguiram. O projeto terminou sendo arquivado, porque não chegou a ser aprovado. Com isso, se frustrou o principal objetivo da criação da Sudene, que era a reformulação da estrutura agrária da região.

Para vocês terem ideia, já se tinha acumulado, naquela época, cerca de 150 milhões de metros cúbicos de água, dos quais se utili-

zavam com a irrigação apenas 5 milhões. Então, havia um imenso investimento já feito, e o recurso mais escasso na região, que era a água, era totalmente subutilizado. A ausência da aprovação da Lei de Irrigação foi, realmente, um revés que se faria sentir ao longo da história do Nordeste. E, evidentemente, outros fenômenos vieram a contribuir para que essa situação se consolidasse.

Um outro objetivo era, também, uma minirreforma agrária na zona úmida, ocupada pelo monocultivo da cana. Pretendia-se que parte das terras destinadas ao cultivo da cana pudesse ser liberada, ante projetos de irrigação, para o cultivo de alimentos, destinado a mitigar a crise que havia na região, gerada pelo processo de urbanização crescente. Já havia grande número de famílias que teria migrado para os grandes centros urbanos, e o Nordeste tinha uma taxa de inflação mais alta em alimentos do que aquilo que é observado em outros centros do país. A região mais pobre pagava alimentos mais caros, por isso a chamada minirreforma agrária também foi pensada para a zona úmida da cana-de-açúcar.

Era previsível que, se essas medidas tivessem sido implementadas, seria gerado um excedente de mão de obra na zona semiárida do Nordeste, que se ocupava fundamentalmente da plantação de algodão, e de pequenos lotes da produção de alimentos, que cessava completamente na época de secas. Para isso se pensou no projeto de colonização dos vales úmidos do Maranhão, para onde se pretendia deslocar, se estimava na época, cerca de 500 mil agricultores ao longo de vários anos. Mas a falta de aprovação do projeto da irrigação também dificultou a execução do projeto do Maranhão. Bem, e aí o tema segue presente.

Houve aqui, em 1955, o chamado Congresso de Salvação do Nordeste, dirigido por uma liga, que era vinculada ao antigo Partido Comunista do Brasil, Liga de Emancipação Nacional, mas o tema era tão palpitante que conquistou o apoio da Confederação Nacional da Indústria e das confederações de trabalhadores. Firmou-se, então, um documento chamado de Carta de Salvação do Nordeste, em que já se salientava o problema da exacerbação das desigualdades regionais e se condenava o caráter emergencial da ação do Governo Federal, a presença dos grandes latifúndios na

zona semiárida, os altos índices de analfabetismo em vias rurais e as carências alimentares. Depois, essas teses foram incorporadas pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em uma reunião em Campina Grande, que teve grande repercussão nacional.

A seca de 58, eu repito, colocou ainda mais dramaticidade no problema. O projeto da Sudene demorou mais de um ano para ser aprovado no Congresso Nacional; só veio a ser aprovado em dezembro de 59, quando o Celso já tinha se deslocado aqui para o Recife, em março do mesmo ano. Durante esse período, fez-se um trabalho de base relativamente significativo. A Sudene passou boa parte, graças ao prestígio do Celso, mas também em função dos acontecimentos internacionais, como a ascensão de Fidel Castro em Cuba e a definição posterior de socialismo, no auge da Guerra Fria.

O tema do Nordeste passou a atrair também a atenção internacional, e nisso resultou um convite ao Celso Furtado para uma visita aos Estados Unidos. Era no início da administração Kennedy, e este tinha se cercado de um grupo de intelectuais, que, de certa maneira, se contrapunha à diplomacia tradicional do Departamento de Estado. E creio que, graças à influência desse grupo, surgiu um convite ao Celso Furtado para uma visita a Washington, onde ele teve um tratamento de personalidade internacional. Diga-se, de passagem, que ele não era sequer ministro. Ele era superintendente do Codeno, diretamente subordinado ao presidente da República, mas ainda sem nível de ministro. E esse funcionário do governo brasileiro é recebido pessoalmente pelo presidente Kennedy, quee lhe dedica uma hora do seu tempo, com passeio pelos jardins da Casa Branca, para falar exclusivamente dos problemas do Nordeste. Se isso fosse pouco, no National Press Club, de Washington, as entrevistas coletivas, são reservadas somente a chefes de Estado e o Celso teve uma entrevista coletiva no National Press Club nessa época. Então, a Sudene ganhou dimensão internacional: era notícia no New York Times, era notícia no Le Monde de Paris, era notícia no Christian Monitor nos Estados Unidos, enfim. E isso justificou o envio ao Nordeste de uma missão de técnicos do governo americano, em 1961, chefiada por um ex-embaixador dos

Estados Unidos, embaixador aposentado de Borno, com técnicos de várias agências governamentais americanas, que permaneceram mais de 30 dias visitando os vários estados do Nordeste para definir um programa que deveria ser incluído no então projeto da Aliança para o Progresso, que viria a ser aprovado na reunião da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta Del Leste, em agosto de 1961.

Eu tive a oportunidade de integrar, como assessor, a delegação brasileira nessa reunião, e aí abre também um interregno para voltar um pouco a essa reunião, que acho que é um caráter até jocoso, mas já era o Governo Jânio Quadros. A reunião tinha como presidente, na delegação brasileira, o ministro da Fazenda, Clemente Mariani, banqueiro conservador da Bahia, e o vice-presidente da delegação brasileira era o ministro da Indústria e Comércio, Artur Bernardes Filho, que era um nacionalista, mas era um nacionalista de direita. Dois conselheiros especiais: um, Roberto de Oliveira Campos, o outro, Celso Furtado. E um outro, chamado de assessor especial, adivinhem quem? Leonel Brizola.

Assim, vocês têm ideia do grau de heterogeneidade dessa delegação. O Jânio Quadros, que era uma personalidade realmente muito rica, mas era desconcertante como ser humano, tinha recebido o Celso um pouco antes da ida da delegação e tinha o encarregado de enviar para ele um relatório particular, que era remetido juntamente com o relatório do presidente da delegação, e, pelo visto, o Jânio deu muito mais importância ao relatório do Celso do que ao relatório do Clemente Mariani, visto que as instruções que vinham para a delegação não tinham nada a ver com as propostas do Clemente Mariani, mas, sim, com as propostas do Celso Furtado.

Anteriormente, tinha havido um encontro entre Quadros e Frondizi para acertar uma estratégia conjunta entre o Brasil e a Argentina, para fazer frente à estratégia americana, na conferência da OEA. Essa estratégia consistia em formar uma frente integrada pelos chamados grandes países da América Latina, começando com Argentina e Brasil, depois incorporando o México, a Colômbia e o Peru, para fazer frente aos (...). A maioria dos países que

eram compostos pela América Central e os países do Caribe, que seguiam cegamente a política do Departamento de Estado. A delegação cubana nessa conferência foi presidida pelo Che Guevara, e o presidente da conferência era um peruano, mas um peruano conservador, diretor de La Prensa, que representava um O Globo no Brasil ou um Estadão.

A grande estrela da conferência era, evidentemente, o Guevara. Para esvaziar a repercussão do discurso de Guevara, deixou-se de seguir a ordem alfabética nas exposições. Se seguisse a ordem alfabética, como normalmente é praxe nessas reuniões, Cuba seria um dos primeiros países a discursar, mas resolveu-se por outra ordem, com isso, Cuba foi um dos últimos países a discursar. Eu sei que é de praxe nessas conferências que eles comecem com uma fluência muito grande e, ao longo do tempo, o pessoal vai cansando, a presença vai diminuindo, e essa praxe se confirmou, excetuando o penúltimo dia, quando se deu o discurso de Guevara. A afluência foi tão grande que os homens não puderam ficar sentados, a figura de Guevara era tão atraente que atraiu, sobretudo, as mulheres. Então, a grande plateia era composta pelas mulheres, na maioria, as senhoras dos delegados, e ele realmente deu um show na conferência.

O serviço secreto de Cuba tinha conseguido interceptar uma mensagem do Departamento de Estado para o embaixador da Venezuela em Cuba, dando as instruções sobre como se deveria desenvolver a conferência. Na realidade, a Venezuela, à época, estava muito alinhada com os americanos – muito diferentemente de hoje. E a tese de Guevara era que aquela conferência era para deter a Revolução Cubana, e essa mensagem, de certa maneira, confirmava até a mensagem originária do Departamento de Estado, dirigida por quem seria depois o presidente da Aliança Para o Progresso, o embaixador Teodoro Moscoso, que era então embaixador dos Estados Unidos na Venezuela.

Mas o fato, e isso é apenas um interregno jocoso, como eu digo, o fato é que essa conferência, a estratégia de reunião de aglutinação dos grandes países da América Latina funcionou porque a carta aprovada em Punta Del Leste realmente foi uma carta que

poderia se chamar progressista, em que se recomendava a realização do que então se chamava reformas de base na América Latina: a Reforma Agrária, a Reforma Bancária e a Reforma Educacional. Todas as grandes teses que depois foram encampadas pela esquerda na América Latina estão na Carta de Punta Del Leste.

Então, nisso vocês verificam que a Sudene, retomando o fio da meada, passou a ocupar, realmente, a atenção internacional. E isso justifica que os primeiros projetos do então recém-criado Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1960, e a própria criação do banco tenham sido voltados para o Nordeste, e com recursos do Fundo Fiduciário para o Progresso Social, que eram exclusivos do Governo Americano, não era capital próprio do banco.

SATURNINO BRAGA

Preocupação com as ligas e tudo o mais.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Esses projetos se destinaram basicamente ao abastecimento de água, à habitação popular, e, subsidiariamente, alguns projetos de educação. Evidentemente, os projetos eram projetos plurianuais, com desembolsos escalonados. Mas é sintomático, eu, inclusive, tive a oportunidade de viajar a Washington, enviado pela Sudene, para colaborar com o presidente do Bird, que queria chegar ao Brasil.

A primeira assembleia de governadores se realizou no Rio de Janeiro, e o presidente do Bird, o chileno Felipe Herrera, queria chegar ao Brasil com uma série de projetos debaixo do braço. Queria que se iniciasse no Brasil. E, para isso, o diretor brasileiro, que agora é o Evaldo Correia Lima, pediu ao Celso que mandasse alguém daqui do Brasil para ajudar na análise dos projetos, assim, eu fui designado para essa missão. Lá fiquei um mês e pouco, e o fato é que o presidente do Bird pôde chegar com os tais projetos, e fazê-los serem aprovados na primeira Assembleia Geral de Governadores, do banco, realizada no Rio de Janeiro.

Bom, o projeto da lei da Sudene foi aprovado nos fins de 1961, e o projeto do Primeiro Plano Diretor, que foi enviado logo depois, somente veio a ser aprovado no final de 1962. Marcos,

você me corrija se eu tiver (...). Você está mais atualizado,posto que está realizando estudos. Se eu estiver inexato com respeito às datas, mas creio que foi em 1962. E isso, evidentemente, prejudicaria as atividades. A bancada vinculada às chamadas indústrias da seca permaneceu atuante e expôs uma das emendas apresentadas ao plano diretor da Sudene, que foi a transformação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, num órgão paralelo à Sudene, que teria também o Conselho Deliberativo, no qual o superintendente da Sudene teria assento. E isto subvertia completamente a concepção da Sudene. Se tem um órgão de planejamento para todos os investimentos federais no Nordeste. Esse foi um dos vários momentos em que o Celso foi ao presidente da República e disse: "eu não continuo se isso for aprovado". Durante os cinco anos em que ele permaneceu na Superintendência, renunciou umas três ou quatro vezes, colocou o cargo à disposição porque não concordava também com determinadas decisões. Mas a força moral e o prestígio intelectual era presente de tal forma, que ele resistiu a três governos, diametralmente opostos.

Jânio Quadros se elegeu com o apoio da direita no Brasil, todas as grandes multinacionais em contraposição cerrada ao Governo Juscelino, e o Celso se preparou para sair. Todos tratávamos de arrumar as gavetas, eu estava viajando e passei um mês fora do Brasil, esperando que ele voltasse, para decidir a vida. Ele voltou, e, surpreendentemente, o Jânio Quadros mandou chamá-lo; depois de uma entrevista, que durou cerca de uma hora, o Jânio chamou a famosa Dona Fortunata, sua secretária, e ditou um dos seus bilhetinhos: "item primeiro - incluir o superintendente da Sudene nas reuniões ministeriais, reunir os ministros do Estado; segundo - dar prioridade, na Casa Civil, para os projetos encaminhados pela Sudene, pois o Dr. Quintanilha Ribeiro, chefe da Casa Civil, iria nomear um oficial de Gabinete para lá a fim de concentrar na Casa Civil os assuntos de interesse do Nordeste, indicado pelo superintendente da Sudene. Ou seja, ele saiu mais prestigiado no Governo Quadros do que estava no Governo Juscelino.

SATURNINO BRAGA

Dizendo que tem a mão de Zé Aparecido.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Como?

SATURNINO BRAGA

Dizem que Zé Aparecido trabalhou muito nessa direção, que era o chefe de Gabinete de Jânio.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Eu não descarto isso, mas Jânio Quadros não ficou antenado em decisões surpreendentes, seguramente não foi por sugestão do Zé Aparecido que ele fez uma viagem que contrariou totalmente as tradições internacionais brasileiras, em que os presidentes eleitos sempre faziam sua primeira viagem, chamada circuito Elizabeth Árido, para Paris, Washington, Born e Londres. Jânio Quadros foi visitar Cuba, em primeiro lugar e, depois, todos os países não alinhados: a Índia, o Egito de Nasser, a Iugoslávia de Tito etc. Então, ele desconsertou todo mundo. Seguramente, não foi sugestão do Aparecido.

SATURNINO BRAGA

Se me permite, o próprio Dr. Celso conta, na memória dele, que viajou exatamente porque não se tratava nem de sair, e o Jânio procura o Zé Aparecido e diz: "Aparecido, eu estou estranhando uma coisa, todo mundo me procura, cada um pedindo uma coisa, esse rapaz viaja para o exterior, chame-o aqui que eu quero conversar com ele, vamos convocá-lo". E daí, surgiu essa possibilidade.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Eu estou dando a conversa dentro do...

SATURNINO BRAGA

E ele nomeou, para presidente do BNDE, um indicado do Brizola, que foi aquele gauchão de bigode, esqueci o nome dele agora.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO

Mas era tempo também de Bandung, era também de uma efervescência.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Mas o fato é o seguinte: o Jânio desconcertou todo mundo, desconcertou a direita e a esquerda. A esquerda se opunha a que, ele seguiu o figurino da esquerda, e a direita, que o apoiou, ficou totalmente desconcertada. E, mais adiante, ele deu nova guinada com a renúncia em agosto de 1961. O que se diz é que ele pretendia dar uma de De Gaulle aqui, e a coisa fracassou. Bom, então vem a renúncia em 1961, e, mais uma vez, o Celso é mantido como superintendente da Sudene, pelo terceiro presidente seguido, João Goulart.

A Sudene, durante esses anos, não navegou num mar de rosas. Aquela unanimidade, que aparecia nos primeiros momentos, logo passou a se revelar menos sólida do que se pensava. As bancadas no parlamento continuaram ativas, como disse anteriormente, no sentido de dificultar as famosas reformas estruturais na região. E, no Conselho Deliberativo, as divergências passaram a aflorar, na medida em que a Sudene passou a exercer as suas atribuições de efetivamente dar uma tônica regional aos investimentos federais no Nordeste. A reunião dos governadores no Conselho Deliberativo fortalecia o pleito de um estado, caso ele se enquadrasse dentro das prioridades regionais – porque aí deixava de ser um projeto estadual para ser um projeto regional com o apoio de todos os governadores e dos ministérios federais –, por outro, quando essa coincidência não existia, e um projeto estadual poderia não coincidir necessariamente com a prioridade regional, o choque se dava, e, assim, começavam a aparecer as fissuras. O Marcos, em um estudo muito bem-feito sobre as reuniões do Conselho Deliberativo, deixa muito claro as diferentes visões que se aguçaram à medida em que se aproximaram as eleições de 1962, com a sucessão nos estados. A eleição de Arraes, em Pernambuco, foi um divisor de águas. O governador Cid Sampaio, conhecido como um grande entusiasta da Sudene nos primeiros tempos, passou a fazer oposição e chegou a pleitear a substituição do Celso na Superintendência. A mesma coisa, essa mesma (...). Externou apoio a um ou outro governador de Estado.

Mas o fato é que ele foi mantido, e assim permaneceu até o Golpe de 64. Durante esse período, a Sudene, apesar dos problemas surgidos, não permaneceu inativa; muitas missões internacionais realizaram estudos importantes na área de geologia, irrigação e comercialização de alimentos, missões de Israel, da França, do Fundo Especial das Nações Unidas, do Japão, enfim, de diversos países, vieram confirmar o prestígio internacional da Sudene. Bem, chegamos então aos fins de 63, quanto ao processo político no Brasil radicalizou-se, o senador Saturnino pode me confirmar isso.

SATURNINO BRAGA

Eu ingressei nesse momento.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Radicalizou-se. E havia, não quero ser injusto, talvez eu tenha uma visão equivocada, mas a personalidade do presidente é uma personalidade, de certa maneira, oscilada. Oscilou, ao longo do mandato. Ele tinha alguns generais, que supunha amigos, que, na realidade, na hora H se mantiveram fiéis à farda. O que decidiu o Golpe de 64 foi realmente a definição do II Exército em São Paulo, com o general Kruel, que havia sido ministro da Guerra num gabinete anterior de Goulart.

Celso andava preocupado com os rumos da política brasileira. Eu não vivi esse momento aqui, porque, quando voltei da França, ele me pediu para voltar ao Recife – o Maia reassumiu o escritório no Rio de Janeiro – para implantar a Assessoria Técnica da Sudene. A instituição havia crescido muito em 61 e 62, com muitas atividades fins, mas necessitava de uma melhor articulação interna; havia triplicado o seu número de técnicos, e a implantação da Assessoria Técnica atendia a esse objetivo. O Clemente veio a integrar a tal Assessoria, nesse momento. Nós estávamos nesse processo de implantação quando veio o Golpe de 64. Eu fui surpreendido, tomei conhecimento do golpe já na manhã de 1º de abril. Vocês vão rir com o detalhe que eu vou revelar, porque o de (...). Eu permaneci no prédio da Sudene até a madrugada do dia 31, realizando um trabalho que não tinha nada a ver com as

minhas atividades na Sudene. Durante o tempo em que eu estudei em Paris, me tornei amigo de Violeta Arraes, irmã do governador, cujo marido (um francês, que atuava exatamente no setor que eu dirigia) vem integrar uma missão de Assistência Técnica. Era o primeiro aniversário do Governo Arraes, e a Violeta realizaria uma exposição de fotos no saguão do Aeroporto dos Guararapes. Ela me pediu para colocar as legendas nas fotografias que iriam ser expostas nessa exposição. Eu não podia fazer isso no horário de expediente da Sudene, então o fiz depois das nove ou dez da noite e fiquei até duas horas da madrugada, quando fui para casa, fazendo esse trabalho, sozinho lá no prédio. No dia seguinte, quando voltei às dez horas, cheguei um pouco mais tarde, pois, evidentemente dormi um pouco mais, encontrei o edifício já interditado, havia elementos do Exército lá pedindo identificação e tudo. Bom, eu entrei, tomei conhecimento de que o Celso (...). Identifiquei-me; o Celso estava no Palácio do Governo, junto com o Chico Oliveira, então superintendente adjunto, no gabinete do Arraes. Depois, tivemos a notícia de que tinha ido ao comandante do 4º Exército, general Justino, para se orientar, e, de lá (está dito no livro de memória dele) teve conhecimento, no caminho para casa, de que o governador Arraes, que tinha se recolhido para dormir, tinha sido deposto. Então, mandou o carro voltar, se reuniu e voltou ao Palácio do Governo; de lá, foi ao 4º Exército e voltou ao edifício da Sudene para arrumar as gavetas. Eu estive também nesse momento da arrumação das gavetas.

Eu tinha uma passagem comprada para o Rio de Janeiro para o dia 2 de abril, para entrevistar estatísticos, concluintes de Estatística, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que quisessem vir trabalhar aqui, para integrar a Assessoria Técnica da Sudene. Mas isso já não fazia sentido, porque eu não pretendia permanecer na assessoria.

O Celso permaneceu recluído no apartamento onde ele morava, aqui pertinho aliás, pertinho do hotel onde eu estou, no Primeiro Jardim de Boa Viagem – com tudo arrumado, nas maletinhas pretas. Logo no segundo ou terceiro dia, saiu a notícia da cassação dele, com tudo arrumado para eventual ordem de prisão. Eu tinha algumas instruções para o caso de que isso

ocorresse. Eu ia diariamente ao apartamento dele, mas tomei a precaução de não dormir em casa, porque boa parte dos diretores da Sudene foi presa em casa. Não obstante, considerei um dever meu permanecer no Recife, apesar de ter uma passagem para o Rio de Janeiro marcada já para o dia 2, enquanto o Celso permanecesse no Recife.

No dia 5 de abril, foi noticiada a nomeação de um general, que era funcionário da Sudene, interventor na Sudene, o general Expedito Sampaio. Ao tomar conhecimento dessa notícia, Celso me telefonou e me pediu para procurar um outro funcionário da Sudene, que era cunhado do general Expedito, o general Octaviano Massa, que era presidente da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, para acertar os detalhes da transmissão do cargo no dia seguinte. Foi, então, marcada para as 10h do dia 06/04.

Eu não pretendia permanecer, mas o general me avisou que, logo depois da transmissão do cargo, queria ter uma conversa comigo. Fui procurado. Eu morava no Edifício Walfrido Antunes, que fica em frente ao São Luiz; no apartamento, o general disse que queria ter uma longa conversa comigo. Eu interpretei isto como uma ameaça para permanecer. Não fui à transmissão do cargo de superintendente ao interventor. Fui o único diretor ausente. E o Celso viajou pela manhã para o Rio de Janeiro. Eu levei no meu carro ao aeroporto, tirei a ficha de embarque dele, eu e o Osmário Lacerda, que era o secretário. E o Diario de Pernambuco tinha republicado na véspera, em RECORDANDO, um manifesto de profissionais liberais, que era uma espécie de dedo duro, de apoio ao Governo Arraes, ante uma ameaça que existia ainda no Governo Goulart, de intervenção federal na Guanabara e em Pernambuco. Seria uma maneira de neutralizar o Lacerda, era também depor o Arraes aqui.

SATURNINO BRAGA

A manchete era: Recordar é viver.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Então, a minha assinatura estava ali. Eu tinha assinado esse manifesto. Diferentemente de alguns colegas, que acreditaram na

boa sorte, eu não acreditei. E não dormi em casa em nenhum dos dias posteriores ao 1º de abril. Dormi fora. O Celso embarcava dia 6 para Brasília. Eu embarquei no mesmo dia para o Rio, ofereci um jantar ao Celso na casa dos meus pais e convidei apenas o Chico Oliveira para esse jantar, mas o Chico bateu com o bico nos dentes, e o fato é que, na hora do jantar, a Rua das Fronteiras, que tem uma igrejinha onde morava o Dom Helder Câmara, estava coalhada de carros. Estava toda a Diretoria da Superintendência lá. Eu digo: "estou frito, agora vem a polícia e prende todo mundo de uma vez". Felizmente, isso não se deu, porém o Chico Oliveira foi preso nessa mesma noite, na qual foi dormir em casa.

Bom, essas digressões muito pessoais, eu acredito que são importantes para salientar alguns aspectos da personalidade do Celso. Você vê, um homem que tinha uma visão acética da coisa pública e tolerância zero no menor boato de corrupção, que não passava a mão sobre a cabeça de ninguém, fomentava vocações, mas cortava a cabeça no primeiro momento, não apenas por desonestidade, mas também por ineficiência. Todos os diretores da Sudene eram obrigados a, anualmente, fazer uma avaliação dos funcionários, e dar uma determinada nota em função do seu desempenho, quem tivesse uma nota inferior a 7 era cortado. Então, a meritocracia era uma regra na administração do Celso Furtado. Isto atingia, inclusive, alguns amigos pessoais que vieram com ele.

Eu me lembro de um que trabalhava no INSS, que tinha sido companheiro dele da FEB, todavia, que não correspondeu e voltou a seu órgão de origem. Isso eu digo para pessoas jovens, naquela época, a idade média da equipe da Sudene era inferior a 30 anos. O Celso tinha 38, mas todos nós estávamos com 25/26 anos. Isso foi muito importante nessa etapa das nossas vidas, porque nos deu segurança, uma coisa que é fundamental quando se inicia uma vida profissional. Normalmente, nós saímos da faculdade com pouca experiência e um pouco medrosos diante do mundo. Quando encontramos a oportunidade de fazer algumas coisas que podem ser importantes, e essas coisas são exitosas, isto é fundamental para definir os passos para o futuro. Nesse sentido, eu sou grato ao Celso Furtado, não por favores pessoais, mas pelas oportunidades que ele me deu. Ele era daquele tipo

que joga você na piscina. Se você conseguir boiar, você terá outra oportunidade até aprender a nadar. Se você não conseguir boiar, você se afoga e fica lá mesmo. Isso foi muito importante para a minha vida profissional, por anos seguidos. Tive o privilégio de conservar a amizade dele até o final.

Na minha posse no BNH, ele ainda não tinha cargo no novo Governo, foi meu convidado de honra, lá estava. Só lamentei não estar presente no enterro dele, porque eu estava aqui no Recife, para o enterro do meu pai. Não pude estar. Mas digo que o Nordeste realmente deve muito à figura do Celso Furtado. Ele foi um homem que imprimiu um rumo à região, que teve que ser seguido até depois da saída dele.

É evidente que o Nordeste hoje é outro. Na época em que nós chegamos aqui, em 59, só existia a primeira usina de Paulo Afonso. Não existiam linhas de transmissão para cidades, como Fortaleza e Teresina. A Sudene teve que fundar a Usina de Boa Esperança, para fornecer energia ao Piauí e Maranhão, até que chegassem as linhas de transmissão de acesso, teve que estruturar a companhia de energia elétrica de Fortaleza e financiar a aquisição de motores, pois Fortaleza estava diante de uma crise de energia elétrica, de emergência. Lançou as bases, de maneira que, quando chegou 64, todos saímos e o Celso integrou a primeira lista de cassados.

Nordeste tinha um rumo, e, por alguma sorte, os dois primeiros governantes do Governo Militar tinham sido comandantes do IV Exército no Recife, tanto o Castelo Branco quanto o Costa e Silva, e os primeiros superintendentes. Apesar da onda repressiva que houve aqui, a prisão de alguns diretores e a instalação de IPMs, na Sudene, seguindo uma regra geral, a verdade é que os investimentos federais continuaram a ocorrer no Nordeste em setores fundamentais, isto é, o Nordeste passou a primeira usina de Paulo Afonso. Depois, foram quatro: Sobradinho, Chingó (e seu complemento), ainda teve Mochotó e uma outra usina, que o nome não me lembro agora, lá em Itaparica...

SATURNINO BRAGA

Boa Esperança...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Boa Esperança é no Piauí.

SATURNINO BRAGA

Ah, você está falando do São Francisco.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Essa foi do tempo da Sudene. E as linhas de transmissão chegaram a todo o Nordeste, o sistema viário evidentemente se transformou radicalmente. Houve investimentos massivos na época do BNH em saneamento básico em todas as capitais. Houve um processo de descentralização industrial, com estabelecimento de indústrias em cidades do interior, inclusive na minha cidade, Vitória de Santo Antão, em Goiana, e aqui em Pernambuco, sem contar Camaçari e outros polos industriais que se implantaram na região. Não tenho dúvida, seria irrealista pensar em produzir hoje um esquema igual ao que se pensou para 60 anos atrás. Evidentemente, as prioridades teriam que ser reformuladas, mas de toda maneira tem que se reconhecer que a Sudene foi um marco, a Sudene de Celso Furtado foi um marco na história do Nordeste, e o Nordeste realmente pode se considerar feliz por ter tido um homem como ele, que de Pombal, na Paraíba, se transformou em uma espécie de cidadão de bem. É isso, muito obrigado!

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Muito obrigado, Dr. Zé Maria. Dr. Sérgio Buarque, por favor!

SÉRGIO C. BUARQUE

Veja, eu queria começar dizendo que foi um prazer enorme voltar a ler o GTDN. Eu me concentrei no GTDN, a partir de uma conversa com o presidente, e alguns outros textos da mesma época, de 1959, e foi um prazer e uma surpresa muito grande, porque eu descobri coisas que não percebi, quando li há 50 anos, eu pensei na profundidade da análise, principalmente na ruptura das ideias predominantes em relação ao Nordeste na época.

Agora, eu queria começar lendo uma frase de Celso Furtado, que não está no GTDN, está na Fantasia Desfeita. Ele, falando do

GTDN, diz: "O GTDN continua exercendo sua função de desvelador da realidade nordestina, enterrando as falácias que secularmente serviram para justificar a utilização de dinheiro público, na perpetuação de estruturas anacrônicas e antissociais." Eu duvido que tenha se enterrado, porque as falácias, de alguma forma, continuam por aí. Agora, a importância desse documento, a inovação conceitual, principalmente por ser o primeiro momento em que se pensa o Nordeste vinculado à dinâmica nacional, e vendo o Nordeste para além da questão estritamente hidráulica, foi uma revolução.

Eu não vou repetir, eu tinha preparado algumas coisas, porque li exaustivamente, mas o colega já me ajudou, me dando condições de falar em menos tempo, pois ele antecipou algumas coisas. Eu queria começar voltando diretamente do GTDN ao diagnóstico, porque começa essa grande inovação dele, no diagnóstico, que é quando acontece o desvelar da realidade nordestina. Em 1959, claro que a realidade era muito diferente. E aí tem duas coisas de partida importante, primeiro que ele diz o seguinte: o problema do Nordeste não é do Nordeste, ou só do Nordeste. O problema do Nordeste em grande parte tem a ver com uma estratégia nacional de industrialização, que terminava favorecendo as regiões centrais, ele chamava de "Centro-Sul financiado pelo Nordeste". Disto, o Zé Maria já tratou. Quer dizer, em grande medida, nós tínhamos (e ele ressalta isso). Um grande plano de desenvolvimento nacional, de industrialização, que era altamente positivo, baseado na substituição de importações. Contudo, ele prejudicava o Nordeste. Favorecia o processo de transferência de renda do Nordeste para o Centro-Oeste. Mas, o Centro-Sul, ele falava na época. No entanto, o problema do Nordeste também é o Nordeste. Esse problema não é a seca. Isto é outra coisa muito importante que ele dizia em 59. O problema do Nordeste não é a seca, era muito mais a restrição de terras férteis do que de água, em certa medida, e era principalmente (...). E aí ele vem trazendo muito da visão cepalina: o baixo nível de produtividade da agropecuária nordestina, em comparação com o resto do Brasil.

Particularmente, no que se refere à questão externa, à relação do Nordeste com a política de industrialização nacional, eu quero ler uma frase que está no GTDN; ele diz: "A política prote-

cionista, cujo louvável objetivo é proteger as indústrias nacionais, tem provocado importantes transferências de rendas internas de recurso, em desfavor da região potencialmente mais pobre, aumentando assim a disparidade de níveis de desenvolvimento." Então, o que Celso Furtado chama atenção, e ele dá muita ênfase, é que existia um fluxo de renda da União para o Nordeste, e esse fluxo, dizia ele, já na época, era maior do que se arrecadava no Nordeste, só que a natureza desse fluxo, por ser principalmente crescente no momento de seca, era uma renda não produtiva, que não gerava acumulação de aumento da produção local. Era uma renda de assistência social. Ao mesmo tempo havia uma transferência de renda do Nordeste para o Sudeste, basicamente do ponto de vista de divisas, e essa sim era para investir no aumento da produção, no aumento da industrialização.

Outra frase dele: "Por seu caráter assistencial (transferência do Governo federal para o Nordeste), seus gastos quase nenhum efeito têm na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema; por outro lado, os recursos que saem da região constituem, em sua maior parte, capitais em busca de colocação. Se lá permanecesse, ou seja, no Nordeste, esses capitais iriam criar capacidade produtiva, elevar o nível médio de produtividade, absorver grande parte dos excedentes populacionais e elevar enfim, o nível de vida da população."

No diagnóstico interno, ele, ao dizer que o problema central não era a seca, faz uma abordagem em três aspectos: primeiro, a concentração de renda e a natureza monocultural da Zona da Mata impediam a formação de um mercado interno e, portanto, dificultava a industrialização. A baixa produtividade existia, porque a monocultura não permitia a produção de alimentos na Zona da Mata. Por outro lado, a baixa produtividade da produção de subsistência do semiárido também não era capaz de abastecer de alimentos a região, e isso impedia o processo de industrialização.

Então, esse tripé da análise dele, que tem grande parte do componente básico em cima da deficiência da produção de alimentos e do baixo nível de produtividade da agropecuária, o levou a definir a estratégia, que é aquilo que, em parte, o Aragão já sinalizou, que tem quatro vetores amplamente conhecidos, que

eu vou repetir, porque acredito ser importante para organizar o pensamento. Ele dizia que a estratégia – e esse era um conceito altamente avançado – era sistêmica e tinha que lidar com quatro vetores, que se inter-relacionavam. Primeiro, era a transformação econômica, a transformação da economia da faixa úmida da Zona da Mata, e, com esse processo, ele esperava liberar terras que pudessem ser utilizadas na produção de alimentos, o que, por sua vez, permitiriam o processo de industrialização para abastecer a demanda da população.

O segundo era a transformação da economia das zonas semiáridas. E aí era principalmente focado no aumento da produtividade e na produção concentrada, não mais de subsistência, quer dizer, a produção de subsistência não era viável. Ela era útil apenas nos períodos de chuva e umidade, porque ajudava a manter os micro e pequenos produtores, para trabalhar para os grandes produtores. Mas não era viável, e de baixa produtividade. Ele chegou ao dado que a produtividade da agropecuária do Nordeste era 40% abaixo da produtividade da agropecuária do Centro-Sul, e, com isso, a gente não conseguia produzir alimentos em quantidade e a preços satisfatórios, que viabilizassem o emprego industrial. Ele imaginava que o futuro do semiárido era a pecuária e o algodão, que, na verdade, é aquele complexo que depois, a gente sabe, desmontou. Por conseguinte, veio o que o Aragão chamou a atenção, que é também altamente abordado em forma sistemática, a liberação de quase um milhão de pessoas, que é aquele excedente de população, de uma população de 12 milhões que existia na época, para o aproveitamento das áreas úmidas. Veja como é sistêmico: quando ele se refere a uma transformação, ele apresenta o resultado complementar disso, e, nessa região, ele imaginava a produção de alimentos, que iria viabilizar também a industrialização. Então, esse é o terceiro componente, que é aquela colonização das áreas úmidas. Como componente central – que é grande parte do conceito mesmo, forte na época, e que tem muito a ver com a visão cepalina –, havia a industrialização. Ele dizia que precisava o Nordeste industrializar-se, porque esse era o componente diferenciador do desenvolvimento do Nordeste. Havia duas liberações, a sala

liberação de terra na Zona da Mata para produção de alimentos (ele, no GTDN, provavelmente por razões políticas, não fala em reforma agrária, em distribuição de renda, mas está implícito), e no semiárido, principalmente para o aumento da produtividade, para liberação de população, que iria ser transferida em detrimento da colonização. Os dados são pouco precisos, mas ele fala de algumas centenas de milhares de pessoas que tinham que ser deslocadas para o Rio Tarlane, uma população total da época de 12 milhões de pessoas.

O que terminou tendo de avanço importante nessa abordagem? É que, no caso da Zona da Mata, ele pensava que a indústria sucroalcooleira precisava aumentar a produtividade, o rendimento industrial, e, com isso, ser competitiva. A gente sabe, hoje, que o avanço do Proalcool, ao contrário, ampliou a terra usada por cana. Então, foi um pouco na direção contrária. E que o setor canavieiro sucroalcooleiro terminou ganhando grande projeção e crescimento fora do Nordeste – São Paulo, Goiás etc. Se for comparar com a realidade, mais uma vez a gente continua tendo a Zona da Mata com uma monocultura, com a produção de cana, tanto na parte agrícola como na indústria, com menor produtividade e menor rendimento industrial, quando se compara com o que nós temos hoje no Centro-Sul, usando a expressão dele.

Na questão agrária, eu, inclusive, citei aqui uma frase dele, para a Zona da Mata, particularmente. Ele diz assim: "O objetivo fundamental de qualquer reforma agrária é que a terra seja ocupada com fim social, quer dizer, beneficiando a coletividade." Mais adiante, ele diz: "Se para tanto, há aumento de disponibilidade de terra da cana para outros fins, é necessário tomar a terra das mãos dos fazendeiros, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado. Esse já não é um problema econômico, mas um problema político". Quer dizer, no fundo, ele está defendendo, mas o GTDN estava passando por um momento de grande debate. Ele diz: "olha, isso é um problema político". Então, dizendo, a gente precisa resolver. Aliás, no meu texto, que eu não vou ter tempo de abordar, eu falo muito do caráter inovador do Celso, também, no que se refere ao conceito de planejamento. Embora hoje pareça um truísmo, ele foi um cara que disse: "Planejamento

é um processo político, embora precise de uma base técnica." Eu fui, e isso há 60 anos, descobrir esse conceito com Carlos Matos, nos anos 70, de que o planejamento é um processo técnico e político, principalmente porque o processo decisório é político. Agora, ele, além de dizer isso, foi um ator político, se articulou politicamente o tempo todo e buscou estruturar uma base política para a Sudene com o Conselho Deliberativo.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Que diga-se de passagem, contou com o apoio da oposição do Governo Juscelino. Um dos governadores que mais ajudou o Celso chama-se Juraci Magalhães, que chegou a ser candidato da UDN à Presidência da República.

SÉRGIO C. BUARQUE

Agora, já no semiárido, eu não percebi, pelo menos, no GTDN, pelo que li, que ele falasse de reforma agrária. A irrigação, inclusive, aparece com menor espaço, não é uma coisa de muito destaque no GTDN, e ele chega a dizer que as condições de solo, clima e água eram muito limitadas; ele não fala em distribuição de terra. Celso chega a dizer, num certo momento, assim: divisão de terra, no semiárido, seria para economistas "um tiro de misericórdia na economia da região, provocando despovoamento e completa desorganização da economia". Ele queria era o aumento da produtividade, para poder gerar, e não era nem para produzir alimentos. A produção de alimentos, para ele, era fundamental para a industrialização na Zona da Mata, com liberação de terra, e no Rio Tarlande, com as áreas úmidas. Bom, eu queria (...) Aí vem a industrialização, toda a importância que ele tem nela, e a parte que também já me referi, que era a busca que o GTDN destaca de uma institucionalização do processo de planejamento, em que a Sudene e o Conselho Deliberativo são os instrumentos institucionais para poder implementar a situação.

O que eu quis mostrar com aquele fluxograma é essa ideia sistêmica que ele trouxe. Agora, chamando atenção, até porque corresponde a uma época muito específica, o GTDN, ou a Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, era essencialmente

uma política econômica – o Saturnino já destacou isso – era mais do que isso, ela era produtiva, era a mudança da estrutura produtiva desses quatro componentes. E ela tinha como um eixo, talvez, muito destacado, a ideia de aumento da produtividade. Quer dizer, isso é muito importante, e isso está mesmo na Cepal. Eu tenho uma frase do Preps, na qual, embora mantendo os conceitos a que ele sempre se referia, o componente que estabelece a relação, em grande parte, tem a ver com a diferença de produtividade.

Eu fiz uma reflexão, mais adiante, sobre o que aconteceu ao Nordeste, entre o que ele pretendia, e, claro, não teve tempo nem condições de implementar, e o que terminou acontecendo. Primeira coisa: o Nordeste se integrou muito mais, a economia nordestina se integrou muito mais fortemente com a economia nacional, então, se lá adiante os problemas do Nordeste não eram problemas do Nordeste, eram de um Nordeste ligado à economia nacional, mas, ainda hoje, o problema da região é uma economia altamente integrada, do ponto de vista produtivo, do ponto de vista das infraestruturas. Grande parte por sucesso da própria Sudene durante a gestão dele. Depois, o Nordeste mudou, mas, em grande medida, continua sendo uma região altamente defasada, em relação ao Centro-Sul.

SATURNINO BRAGA

Se você me permite, Sérgio, isso eu acho que é uma grande questão, e que deve ser aprofundada, isso que você está trazendo à tona, pois se a gente pensa nos indicadores do Nordeste, que tinha, nos anos 50, 12,5% a 13% quase, do PIB nacional, com uma população de mais de 30%, e que, hoje, nós mantemos essa mesma figura, o último dado é de 13,5%. Quer dizer, com todo o esforço que foi feito, que aqui foi narrado, que foi descrito, nós ainda temos uma inserção no processo político e econômico brasileiro muito aquém do desejável.

ZÉ MARIA ARAGÃO

E isso se acentuou agora com o processo recessivo. Durante uns dez anos, a renda do Nordeste chegou a crescer mais do que a renda do Brasil.

SÉRGIO C. BUARQUE

Na verdade, não tem dados mais recentes. O Celso dava um dado no GTDN, que, em 59, o PIB correspondia a 11% do PIB nacional, depois começou a crescer, mas, ao longo dos últimos 30 anos, ele flutuou em torno de 13%. E o PIB per capita, que, na época, era 48%, continua flutuando em torno dos 50%. Quer dizer, o Nordeste mudou muito em todos os aspectos, se industrializou, a irrigação cresceu muito mais, mais até do que o próprio Celso imaginava, no entanto continua sendo uma região, digamos, atrasada; os indicadores sociais também são todos inferiores à média nacional, embora aqui e ali tenha havido melhoras importantes, tenha crescido mais, todavia, ao mesmo tempo se integrou, e se mantém está fortemente integrado. Tem uma indústria e um segmento industrial relativamente moderno; a base da infraestrutura também aumentou. O semiárido mudou, eu não digo nem que continuou, foi na direção contrária do que Celso Furtado pretendia.

Se eu analisar do ponto de vista demográfico, na época do GTDN, eram 12 milhões de habitantes então no semiárido, hoje, são 20 milhões de habitantes. Ao invés de ter havido um fluxo para que houvesse o aumento da produtividade, o fluxo de população para as áreas úmidas, o que houve foi um fluxo populacional, em grande parte, para os centros urbanos do próprio Nordeste. Logo, houve um crescimento de mais de 9 milhões de pessoas, que ficaram no semiárido. A produtividade continua muito baixa, excluindo as áreas irrigadas; a vulnerabilidade à seca continua a mesma, o drama social diminuiu, o drama social dos anos 50, com a seca, era dramático, me perdoe a redundância, era dramático. Hoje está amenizado. Agora, está assim, especialmente, por conta da continuidade da Política de Assistência Social. São diversos programas de assistência social, que Celso criticava lá atrás, que não só conservaram a população no Nordeste, mas que permitiram que esse movimento se desse para os centros urbanos.

A população urbana na agricultura ativa no Nordeste todo, na época, era de 74% da população; hoje, chega a 20 e poucos por cento. A população urbana do semiárido hoje é quase 70%,

era alguma coisa em torno de 30%. O que houve foi um movimento de urbanização, e a produção agropecuária continuou com baixa produtividade, ao invés de dar um salto. Então, entrou um componente adicional que não tem muito a ver com políticas, que foi o desmonte do complexo pecuário e de algodão. Este complexo, principalmente o de algodão, que terminou prejudicando a indústria de tecidos.

Em relação à irrigação, ela aparece com pequena referência no GTDN, mas foi a área em que o Nordeste mais cresceu. O GTDN diz que nós tínhamos naquela época, em 59, 7 bilhões de metros cúbicos de água armazenada. Já tinha uma água armazenada, porque o Denocs e o Codevasp atuavam, e tinha, também, o Banco do Nordeste. Então, eram 7 milhões de metros cúbicos, que permitiriam irrigar 10 mil hectares. A meta de Celso, se eu não me engano, no GTDN, era alguma coisa em torno disso, entre 10 e 20 mil hectares. Hoje, a gente tem dados de 2006, do senso agropecuário, de 985 mil hectares irrigados, quase 300 mil só no Estado da Bahia. Agora, entramos no terceiro componente dessa análise comparativa, que é o projeto de colonização para o Maranhão, para a produção de alimentos. Alguma coisa avançou; houveram alguns problemas de colonização lá, mas muito tímidos. O que aconteceu, de fato, ocorreu ao largo da Sudene, e não teve nada a ver com a absorção de população excedente do semiárido, que foi a expansão dos cerrados numa economia altamente moderna, que basicamente trouxe população do Sul e Sudeste. Quer dizer, são os gaúchos que vieram do Cerrado, houve produção de alimentos, mas não para o consumo industrial, é pecuária e soja, milho também, grãos de grande medida. O que houve, na verdade, foi um movimento, não na direção das áreas úmidas, mas na direção dos cerrados, que foi movendo grande envergadura, mudou o Nordeste, mudou a cara do Nordeste, mas uma direção francamente contrária do que...

SATURNINO BRAGA

Mas essa mudança que Sérgio chama atenção, e que é muito importante, também tem que ser falada, porque a estrutura agrária permaneceu profundamente desigual. Eu estava olhan-

do, recentemente, um documento que fui apresentar na Holanda, a concentração fundiária de 2000 a 2010, obtermos uns dados mais recentes, ela acentuou a concentração por 1%.

SÉRGIO C. BUARQUE

No Nordeste ou no cerrado?

SATURNINO BRAGA

No Brasil, mas isso é um processo extensivo, se você vai para a Bahia, se você vai para o Maranhão, se você vai...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Tem muito a ver com o tipo de cultivo, e é um cultivo de produção extensiva, por isso, exige grande leva de terra.

SATURNINO BRAGA

Agora, só uma observação: o insucesso da tentativa de colonização no Turi se deveu, em parte, às próprias condições do meio. Eu me lembro de uma conferência do Dr. Jaime de Andrade, em que ele dizia que, na região de malária, os trabalhadores trabalhavam no máximo duas horas por dia. Não conseguiam. E sem acesso, sem estrada, qualquer chuva ou qualquer inundação inviabilizava o trabalho, havia perda de equipamento, enfim, era um verdadeiro inferno. Agora, quanto à irrigação, é bom lembrar, embora os técnicos falem muito pouco disso, que os dois primeiros estudos sobre irrigação foram feitos pela Sudene. Eu lembro bem, era o Grupo de Irrigação do São Francisco (Gisf), que era uma missão das Nações Unidas, e o Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe (GEVJ), que era missão francesa; o começo da industrialização, bem programada, foi por aí.

SÉRGIO C. BUARQUE

Na verdade na área da Sudene, incluindo Minas Gerais, em 2010, foram colhidos 1,8 milhões de hectares de soja, quer dizer, é uma quantidade de 2,43 milhões de hectares de milho. Eu quero fechar essa parte, antes de entrar nas conclusões, com uma frase que eu pincei de Tania Bacelar, em um dos livros publicados pela

Fundação, na qual ela diz assim: "Ao invés do Estado desenvolvimentista, que o economista Celso Furtado postava, no Nordeste temos hoje um Estado de proteção social." São mais de 100 milhões de famílias no Bolsa Família, são 35,6% dos que recebem benefício de prestação continuada, para não falar na Previdência Rural, que é, em grande medida, o que está formando os bolsões de população urbana, no semiárido. Elas são transferências da União, e provavelmente precisamos ter dados mais (...).

Continuamos transferindo renda do Nordeste para o Centro-Sul. Então, o que a gente teve, na verdade, foi uma modernização econômica, mas continuamos com baixo nível de produtividade. Eu quero avançar no ponto do baixo nível de competitividade sistêmica da economia. E, nesse ponto, vem o primeiro comentário que vai na direção em que falava o Clemente: o GTDN concentrou-se em um plano de política econômica muito produtivo, em cima da produtividade das atividades. Só no primeiro Plano Diretor foi que ele trouxe alguns componentes do que eu estou chamando de competitividade sistêmica, que foi edificação, infraestrutura, transporte e educação, quer dizer, nada disso está pensado no GTDN, porque era um documento, na verdade, de partida, mas fica claro, que, como diz um autor que eu consultei, em grande parte, o primeiro Plano Diretor de 62 terminou indo na direção do que estão chamando de competitividade e se preocupou menos com questões agropecuárias. Isso é um dos autores que eu li, se for o caso eu posso identificar depois.

Qual a lição importante que nós podemos tirar do GTDN? Não falo nem do Celso, em geral. Primeiro, essa ideia dos fluxos de renda. Nós estamos perdendo enquanto os fluxos de renda forem de natureza tão diferente, que aqui venha a renda de assistência social, e para lá vá a renda de transporte de capital e investimento e produção. Nós estamos condenados a manter nossa posição em um diferencial de atraso. Enquanto a gente não tiver um nível de produtividade maior, isto é, enquanto existir esse diferencial de produtividade de uma atividade produtiva, nós vamos continuar participando com 13% do PIB, com 50% do PIB percapita, enfim, vamos continuar tendo os indicadores sociais mais baixos. Então, é preciso uma transformação, principalmen-

te nesse fluxo de renda, ou seja, na natureza do investimento realizado, ou do gasto realizado pela renda. Isso eu acho que é uma ambição importante, que nos deixa o GTDN, em grande medida, para poder romper o atraso do Nordeste.

SATURNINO BRAGA

Tem uma coisa que você falou, Sérgio, que é muito importante também, e a qual Celso dedicou muito da vida dele: a qualificação técnica. Em quase todo pronunciamento que ele fez ao longo da carreira, sempre dedicava uma fala sobre essa capacitação profissional, em geral. Agora, você falou do minifúndio, e ele diz que o minifúndio é anteprodutivo, que teria que se arranjar uma outra solução, mas com a própria qualificação técnica e os incentivos, outros que poderiam vir, seria possível alavancar esse minifúndio, eu digo, orientação técnica, a questão dos açudes, a questão das sementes selecionadas, da orientação do plantio. O que você faz com que (...). E eu sei que são questões muito díspares, mas se a gente for pensar na China hoje, e a alavancagem que ela tomou ao longo do processo, o módulo agrário lá é de um hectare por família. Então, nós temos em várias extensões no Brasil (...). E o semiárido precisa ter muito mais, não resta nenhuma dúvida.

SÉRGIO C. BUARQUE

Não, mas tem um outro detalhe que eu acho que a gente pode contrapor ao próprio Celso, é que, na verdade, a viabilidade de um negócio agrícola depende muito da tecnologia que você injeta nele. Você pode de repente ter unidades menores, talvez até minifúndios, mas desde que injete tecnologia. Isso significa capacitação tecnológica. Ele defendia o aumento da produtividade, e este não pode se dar sem melhoria tecnológica e sem qualificação no trabalho. Então, para essa atividade, independentemente de como se distribuiria em termos de unidades e módulos, o fundamental para ele era a produtividade. Ele insistia muito também na ideia de acabar com a produção de subsistência e integrar esses negócios ao mercado.

Bem, eu queria terminar dizendo o seguinte: o GTDN não avança no que eu estou chamando dos fatores de competitivida-

de, e que eu cada vez tenho insistido mais que as grandes desvantagens do Nordeste, em relação ao resto do país, Sul e Sudeste, são de natureza da competitividade sistêmica – infraestrutura, educação e tecnologia. Isso, no GTDN, parece implícito, já que ele fala em produtividade, e esta tem que ter tecnologia, tem que ter educação. O primeiro e o segundo Plano Diretor já trazem peso importante, e as universidades daqui, os principais centros universitários, foram incrementados, iniciados pela Sudene. O estudo de Geologia de Pernambuco, a Escola de Geologia, foi a Sudene, praticamente, que montou. Isso tudo no primeiro Plano. Mas aí eu quero retomar nesse contraponto, com o primeiro Plano Diretor, para dizer as duas grandes lições: que a gente tem que pensar em uma estratégia que altere esse movimento dos fluxos de renda, pois não podemos continuar apostando em renda do assistencialismo, e que ela é independente até de seca, ela protege da seca, mesmo no período fora da seca; e temos que apostar no aumento das vantagens competitivas do Nordeste. Se a gente pegar nível de escolaridade, nota do Ideb, e mesmo formação e qualificação, o Nordeste está muito atrás. Todos os Estados estão muito atrás da média nacional. Se pegarmos as estradas do Nordeste, segundo os estudos da CNT sobre a qualidade delas, constataremos que são as piores do Brasil. Se nós pegarmos o centro de pesquisa, as instituições de pesquisa, nós estamos atrás, o centro de excelência, tem, aqui e ali, grandes centros, mas estamos sempre atrás no Nordeste. O que eu tenho que chamar atenção, e acho que aprendi muito isso revendo Celso Furtado, é que é aí onde está a diferença do Nordeste. Em outras palavras, a diferença do Nordeste em termos de indicadores sociais tem que ser resolvida, em grande parte, aqui, e não diretamente nos indicadores sociais. Se eu quiser falar de um conceito mais abrangente, que é a pobreza do Nordeste, ela não se enfrenta atuando sobre ela mesma. A pobreza do Nordeste se enfrenta atuando sobre os componentes que determinam a diferença de distribuição de renda, de participação no mercado de trabalho, de capacidade de inserção na economia global, e isso, para mim, é o diferencial das vantagens competitivas, e aí é educação, inovação e infraestrutura.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Obrigado, Sérgio Buarque. Dr. Clemente Rosas, por favor, e depois, por gentileza, Marcos Costa Lima, para encerrar.

CLEMENTE ROSAS

A responsabilidade é muito grande: falar na hora em que estamos todos cansados, inclusive eu. E não vou sequer revisitar alguns pontos apresentados por Sérgio, porque concordo com todos eles. Só uma nuance muito sutil: sou mais esperançoso e menos pessimista quando olho o quadro do Nordeste hoje e o comparo com o que nós vivemos nos primeiros tempos da Sudene. Eu me lembro que, no ano da morte do Dr. Celso Furtado, a Academia Paraibana de Letras fez uma sessão do necrológio, na qual falaram Juarez Farias, Ronald Queiroz, e alguém faltou, sendo substituído por mim, por indicação de Ronald. E eu fiz uma intervenção de improviso, que, depois, a pedido do presidente, converti em texto escrito. Na minha fala, procurei associar um pouco de teoria com sentimento. Pois, se no caso do Dr. José Maria, a Sudene foi um tournant em sua vida, no meu, a coisa foi muito mais profunda: toda a minha vida orbitou em torno da Sudene. Saí do movimento estudantil, aí pelos anos 1961 e 1962, e de imediato me habilitei ao 3º TDE e entrei na Sudene. Fui demitido no final de 1964, pelo meu passado político esquerdista, embora nós tivéssemos sido todos inocentados pela Comissão Geral de Investigações, pois não éramos servidores estáveis. Éramos celetistas.

Passei um tempo enfrentando portas fechadas, cheguei a ser até assessor, por alguns dias, do governador do Piauí, que era então Petrônio Portela, por indicação de um colega piauiense. Mas quando mostraram ao governador a minha ficha, com minha vida pregressa, o governador pediu muitas desculpas e fui demitido. Acabei, curiosamente, indo trabalhar na Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste, que era uma entidade sem fins lucrativos, financiada em parte pela USAID (Assistência Americana), em parte pelo SESI nacional. Mesmo sabendo todos do meu passado, fui aceito, e trabalhei lá algum tempo. Fazíamos um trabalho paralelo ao da Sudene, divulgando os incentivos

para investimentos, editando publicações promocionais sobre cada estado nordestino, realizando caravanas ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, acompanhados de técnicos da Sudene e do Banco do Nordeste, para esclarecimentos sobre os seus programas de desenvolvimento.

SATURNINO BRAGA

Eu posso pedir um parentesinho muito rápido? É que a sua referência ao episódio com o Petrônio Portela me faz diferenciar personalidades, porque quando fiz o concurso do BNDE, na verdade, era o Governo Juscelino. O concurso eram três provas técnicas e uma quarta prova, que era prova de investigação social, que era a ficha no Dops. Então, eu passei nas provas técnicas e fui reprovado na prova de investigação social, na ficha no Dops...

CLEMENTE ROSAS

E isso no Governo Juscelino.

SATURNINO BRAGA

No Governo Juscelino. Fomos reprovados três perigosos comunistas: eu, Inácio Rangel e Juvenal Osório Gomes.

CLEMENTE ROSAS

Estava em boa companhia.

SATURNINO BRAGA

Pois é, mas o que aconteceu? O superintendente do banco, que chamava-se Roberto de Oliveira Campos, foi ao ministro Armando Falcão, que era o ministro da Justiça de Juscelino e controlava a polícia e o Dops, e disse: "olha, eu vou nomear esses três jovens, porque eles demonstraram conhecimento, eles estão interessados em trabalhar. Eu assumo a responsabilidade, e vou nomear". E o Falcão disse: "está bem". E o Campos nomeou. Assim, tomei posse uma semana depois.

CLEMENTE ROSAS

Outra época, antes da época militar.

SATURNINO BRAGA

Mas também outra personalidade, porque...

CLEMENTE ROSAS

Prosseguindo com a minha história, trabalhei dois anos nessa Fundação, e quando ela começou a enfraquecer, trabalhei em um escritório de projetos, com o Ronald Queiroz. Nos primeiros tempos da abertura, voltei ao setor público, no Governo de Marco Maciel, que era um liberal na plenitude: sabia do meu passado esquerdista, foi adversário nosso na política estudantil, mas me acolheu sem nenhuma cobrança ideológica.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Mas só um parêntese. Quando a manutenção de Celso Furtado na Sudene esteve em perigo, Marco Maciel era presidente do Diretório Central dos estudantes de Pernambuco, e subscreveu um telegrama ao Juscelino pleiteando a manutenção do Celso.

CLEMENTE ROSAS

Eu assessorava diretamente Marco Maciel, fiz alguns discursos para ele, viajava com ele no avião do Estado e todo o trabalho e os contatos do Governo com a Sudene eram coordenados por mim. Eu analisava as pautas do Conselho Deliberativo, elaborava as intervenções dele etc. Depois disso, passei ainda algum tempo com Roberto Magalhães, então voltei à Sudene, com a segunda anistia, a da Emenda Constitucional 27/85. Estive em seguida à disposição do Estado de Pernambuco, mas sempre em funções que tinham a ver com a Sudene. Fui também executivo, por dez anos, de uma empresa beneficiada pela Sudene, uma indústria de papelão ondulado do Grupo Klabin. Quando, enfim, extinguiram a Sudene, eu, curiosamente, depois de 30 anos, havia voltado à minha profissão acadêmica, atuando como procurador-geral da autarquia por oito anos. Hoje, mesmo aposentado, faço consultoria de incentivos fiscais para investimentos que a Sudene, recriada, administra. Então posso dizer que a minha vida toda orbitou em torno dela.

Vou reportar agora os tópicos que abordei no necrológio da Academia Paraibana de Letras. Primeiro, como conheci a Sudene? Quando ela foi criada, eu estava prestando serviço militar e fazia literatura. Pertencia a um grupo de poetas da Paraíba, conhecido como "Geração 59". Mas, a partir dos anos 60, começou aquele apelo ao engajamento, em que toda a intelectualidade do Brasil embarcou, até mesmo poetas como Ferreira Goulart, Vinícius de Moraes, Moacir Felix, sem falar em romancistas e outros. Eu também embarque, e comecei a escrever artigos políticos. Por conta disso, participei de um evento da União Nacional dos Estudantes, o Seminário de Estudos do Nordeste, no qual discutíamos os problemas da região e, à noite, assistíamos a conferências de Juarez Farias, Jader de Andrade, professor Mário Magalhães e outros.

Lembro-me de que meus companheiros, representando a Paraíba, eram Malaquias Batista, depois grande médico nutricionista, sucessor de Nelson Chaves, e Tarcísio Burity, depois governador da Paraíba. Houve outras promoções, e acabei sendo indicado pela Paraíba para compor a Diretoria da UNE. Era Vice-Presidente de Intercâmbio Internacional. Nessa condição, fui levar um manifesto dos estudantes brasileiros a Santiago Dantas, chefe da delegação brasileira na Conferência de Punta del Este, em apoio à posição do Brasil, que tentava impedir a expulsão de Cuba da OEA.

No final do nosso mandato, viajamos ao exterior, para o Festival Mundial da Juventude, que era realizado pela primeira vez em um país capitalista, na Finlândia. Dr. Celso havia participado de festival semelhante (e isso constou na ficha dele), alguns anos antes, e foi honrosa para mim essa experiência comum. E lá, depois do festival, havia o Congresso da União Internacional dos Estudantes, em Leningrado, com uma semana de intervalo, para a qual os organizadores promoveram várias viagens, a escolher. Eu escolhi a mais extravagante: as repúblicas soviéticas da Ásia Central, Uzbequistão e Tajiquistão, fronteira com a China. Fui com um grupo de estudantes latino-americanos, e lá fui procurado por um senhor de cabelos grisalhos querendo saber se havia algum brasileiro na delegação. Eu me apresentei. Era o Dr. Estevão Strauss, do Departamento de Recursos Naturais da Sudene.

Estava lá, do outro lado do mundo, estudando, porque era uma região árida, embora com fonte de água de geleiras, e com um bom programa de irrigação.

Bom, ao terminar meu curso, como já disse, me habilitei à Sudene, e lá fui reencontrar alguns companheiros do movimento estudantil, como Nailton Santos e Marcos Lins. Fui trabalhar na cooperação internacional. Do curso que me habilitou, tenho a lembrança da fala final do Dr. Celso. Depois dos quatro meses intensivos, havia uma fala final, e, após expor os programas da Sudene, ele fazia um apelo à juventude, porque, dizia ele, nenhuma juventude parecia tão desafiada a enfrentar um problema como o do Nordeste, para ele, que tinha visto, em outros países já desenvolvidos, muitos jovens, rebeldes sem causa, quebrando vitrines, por não ter o que fazer. Esse discurso ficou na minha memória até hoje, e, de certa forma, ainda me comove.

Meu encontro pessoal com ele foi quando, já integrado à Sudene, fui apresentado pelo meu chefe, e ele, para minha surpresa, me perguntou se eu era filho do velho Clemente Rosas, meu avô, que ele conhecera como veranista na Praia Formosa. E também conheceu meu pai, Secretário da Agricultura do Governo, José Américo, nos anos 50. Era um tipo muito fechado, em contraste com Rômulo Almeida, pessoa extremamente agradável, que gostava de conversar com gente jovem. Mas nem por isso deixava de ter um carisma fortíssimo, que conquistava todos nós. Era a mística da Sudene. Ele afirmou que a Cepal se transformou de uma agência das Nações Unidas em uma corrente de pensamento. E eu posso dizer que, de certa forma, a Sudene constituiu uma corrente de moralidade, de engajamento, que todos os que passaram por ela conservam até hoje.

SATURNINO BRAGA

E formou um pensamento de planejadores técnicos do Nordeste de indiscutível qualidade e extensão.

CLEMENTE ROSAS

Ele levou para lá muitos valores individuais, que, depois do acidente de 1964, se espalharam pelo mundo todo. Dr. Zé

Maria foi para o BID, Nailton para o Mercado Comum Europeu, Jader e Strauss para a Cepal. Foi uma perda de cérebros muito grande. Mas essa herança cultural da qual falei, de pensamento, nós conservamos todos. Saí da Sudene pelas razões das quais já falei, e voltei sempre que pude. Por duas vezes saí, primeiro por demissão em virtude de razões políticas, depois naquela desastrada disponibilização feita pelo Governo Collor, uma coisa sem nenhum critério. Um verdadeiro desmonte, porque, por exemplo, a Comissão de Estudos Constitucionais, da qual eu participei, que acompanhou os trabalhos da Constituinte e foi responsável, em grande parte, por todos os dispositivos que constam da Constituição, referentes ao tratamento diferenciado para o Nordeste, foi totalmente dizimada. Temos o levantamento completo desses dispositivos e recentemente pudemos atualizá-lo num trabalho que a Fundação promoveu, que ainda não foi divulgado.

Bem, a Comissão fez tudo isso e poderia fazer mais em uma revisão constitucional, no futuro. Todos os integrantes dessa Comissão foram postos em disponibilidade, sem nenhuma explicação. Houve uma reação, eu consegui publicar um artigo no Jornal do Brasil (As Novas Cassações), no qual argumentei que a situação era pior ainda, porque a cassação tinha motivação política, e que podia até ser uma coisa honrosa alguém ser demitido de órgão público por um suposto delito de pensamento. Enquanto a disponibilidade não, seria como uma dispensa por desnecessidade. Não sei se isso contribuiu para sensibilizar o nosso então presidente. O fato é que a Sudene foi um dos poucos casos, talvez o único, em que houve uma reversão. Depois de algum tempo, fomos reintegrados.

SATURNINO BRAGA

Foi em que Governo?

CLEMENTE ROSAS

Foi no Governo de Collor, foi ele quem fez isso, da forma mais desastrada possível. Eu me lembro de uma entrevista dada por um de seus principais auxiliares, o João Santana, à revista Playboy. Quando perguntado por isso, ele reconheceu que a coisa

nem sempre tinha andado certa, afirmando que na Sudene, por exemplo, até morto havia entrado na lista.

Enfim, minha visão de Celso Furtado. Em primeiro lugar, uma inquestionável autoridade técnica e moral. Só isso explica o fato de ter sido aceito e louvado por três presidentes de orientações das mais diversas. Foi também um "Cidadão do Mundo". Ele gostava de uma expressão de Juan Ramón Jimenez, que colocou como epígrafe em alguns dos seus livros: "Pie en la pátria, casual o elegida. Corazón, cabeza en el aire del mundo". Mas, ao mesmo tempo, nunca perdeu o seu jeito de nordestino, de sertanejo e de paraibano. Morou longos anos no Rio e não absorveu o que eu considero um cacoete carioca, que é transformar a consoante T de oclusiva em fricativa. Continuou falando como se fala aqui, mesmo após tantos anos.

Outro aspecto é a sua abordagem multidimensional do desenvolvimento. Há outra citação dele, do pensador britânico Samuel Johnson, dirigida ao seu discípulo John Boswell: "My dear friend, clear your mind of cant" (limpe a sua cabeça, do jargão). E também dedicou um dos seus livros àqueles que chamou os "paladinos da ordem do desenvolvimento", os companheiros da Sudene, como aqueles "que não se deixaram embair pelo brilho falso do monetarismo". Também é dele a afirmação de que nunca conseguiu ver um problema como puramente econômico. E, na realidade, não o é. O desenvolvimento econômico tem uma dimensão social, uma dimensão demográfica, dimensões das mais diversas. Por conta disso, cabe uma consideração: ele era político? Se o foi, e foi cassado por isso, até poderia admitir-se, mas nunca no sentido da vinculação partidária, que nunca teve, nem como estudante.

ZÉ MARIA ARAGÃO

No final, ele se filiou ao PMDB.

CLEMENTE ROSAS

Só na redemocratização, quando participou daquele processo geral, o que era perfeitamente compreensível. Nós, na época, marxistas, tínhamos restrições, porque ele propunha um desenvolvimento capitalista para o Nordeste. Mas ele tinha uma maneira

muito hábil de fugir a essa questão da mais valia, fruto da exploração do operário e apropriada pelo capitalista. Ele dizia, simplesmente, que a atividade econômica era mais eficiente se deixada à livre iniciativa, e hoje todo mundo vê que a história demonstrou isso. Ele Apenas não era um liberal "à outrance". Ele achava que o Estado precisava ter um papel importante como regulador. Outra verdade que as crises econômicas confirmaram. Por essa visão de longo prazo, que sempre teve, ele costumava dizer que os economistas que se preocupam com o PIB do ano, com a evolução de um ano para outro, eram "táticos, sem visão do futuro". E foi por isso também que no seu necrológio, na missa que os funcionários mandaram celebrar para ele, Dom Marcelo Cavalheira o classificou como "um profeta secular". Ele tinha sempre uma visão voltada para o futuro. Nos últimos anos, essa preocupação foi cada vez mais obsessiva: o que é que vai ser, não só do Nordeste, mas do mundo. E a cassação, portanto, foi uma tremenda injustiça.

Agora, quanto à importância da Sudene, com todos os percalços que ela sofreu com o Governo Militar, e, depois, com um certo "porre democrático" que todos nós vivemos, com tudo isso, eu sou francamente otimista. Talvez ninguém se lembre de que o Cebrae de hoje, que é uma coisa tão importante, teve origem em uma concepção da Sudene, os Núcleos de Assistência Industrial (Nais), depois Núcleos de Assistência Empresarial, depois Ceag e, enfim, Sebrae. As atividades de promoção das exportações também tiveram inspiração na Sudene. As centrais de abastecimento, as Ceasas foram ideia da Sudene. Os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento – antes dela não havia nenhum, com exceção do Condepe. A preocupação da Sudene com os recursos humanos (há quem diga que a própria expressão foi cunhada por ela). E tanta coisa mais.

ZÉ MARIA ARAGÃO

Desde o início, já que existia o Departamento de Recursos Humanos, dirigido pelo Nailton.

CLEMENTE ROSAS

Pois é, dirigido pelo Nailton e fazendo um trabalho importante. Valorizando as Escolas de Economia, como bem disse Dr.

Saturnino, as Escolas de Agronomia e de Geologia. No caso da escola de Economia, eu me lembro, em minha experiência de estudante universitário, que era um curso totalmente desacreditado, procurado apenas por comerciantes que queriam ter um título superior. Não valia nada. Muita gente fazia o TDE, esse até foi o meu caso, e depois ia ensinar nas Escolas de Economia. Em quatro meses, a gente aprendia mais do que nos quatro anos do curso acadêmico. Isso também se deve à Sudene. Na questão da irrigação, como já falei, os primeiros estudos foram promovidos pela autarquia. Mas vou mais além, acho que a própria consciência regional tem a ver com a existência da Sudene. Antigamente, havia uma generalização. O Norte, a designação de Nordeste e a consciência de nordestino surge com a Sudene, que influenciou até a geografia. Quando eu estudava no curso primário, havia a Região Leste, que era Bahia e Sergipe, me lembro bem disso. Com a proposta da Sudene, de incluir a Bahia, por razões socioeconômicas, na região Nordeste, o IBGE acabou aderindo, e hoje não existe mais a região Leste. Tudo é Nordeste. E, por fim, a questão da industrialização. Lembro que a possibilidade de dedução do imposto de renda para investir na região era exclusiva para empresas de capital 100% nacional. Depois, no Congresso, essa regra foi abolida...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Depois do segundo Plano Diretor. Não, foi antes, foi na lei do segundo Plano Diretor.

CLEMENTE ROSAS

Foi antes, porque o Decreto Regulamentador, que Dr. Celso mandou fazer, enfrentou uma oposição ingênua de nossa parte, porque achávamos que ele iria abrir espaço para o capital estrangeiro, quando, na realidade, o espaço já estava aberto pela lei. Então, tinha que regulamentar, infelizmente...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Mas impôs uma pequena restrição na regulamentação, em determinadas questões, diferenças de recursos seriam limitadas. Se deduziria do imposto de renda as transferências de recursos originários

dos incentivos fiscais, ou seja, houve uma espécie de nacionalização dos incentivos, impedindo que as multinacionais transferissem, para o exterior, lucros gerados pelos incentivos fiscais.

CLEMENTE ROSAS

Então, apesar daquele porre democrático de que falei, e também das distorções no tempo do Governo Militar (quando o critério de mérito, de seleção rigorosa, pelo qual nós todos passamos, foi abolido e entrou muita gente pela janela), apesar disso tudo, quando se olha para trás, se vê que a industrialização no Nordeste foi um dos pontos mais positivos nesses anos todos da Sudene. E por uma razão muito simples: não há questão institucional envolvida, não há questão política envolvida, enquanto qualquer coisa com o campo é mais difícil, pois, para fazer uma reforma agrária, para desapropriar, você tem que enfrentar dificuldades políticas, o que no caso da indústria não ocorre.

Então, vejamos, a indústria tradicional do Nordeste não era muito mais do que as indústrias açucareira, de curtumes, de tecidos, uma ou outra de produtos alimentares, duas ou três fábricas de cimento e alguma coisa de metalurgia e mecânica para servir às usinas. Hoje, toda a indústria não convencional veio para cá com o apoio dos incentivos da Sudene: química, petroquímica, de material plástico, naval, automobilística, metalurgia de alumínio. Tudo! Tudo veio com o apoio da Sudene. E eu, na minha função de consultor, tive e tenho a oportunidade de ver coisas que a teoria não nos mostra muito.

Não quero nomear, para não parecer que estou fazendo propaganda, mas há uma empresa, que tem a nossa consultoria, que emprega 10 mil pessoas no estado da Paraíba, meu estado, e estes 10 mil não são concentrados em João Pessoa, em Campina Grande ou em Santa Rita. Eles têm um sistema de fábricas satélites, meia dúzia de fábricas satélites, que realizam parte da produção no interior. Uma cidade como Serra Redonda, por exemplo, que é pouco mais do que uma rua no alto de uma serra, tem uma indústria que emprega 300 pessoas. A alternativa de trabalho desse pessoal seria o cabo da enxada, ou um emprego miserável na Prefeitura. É só ir a uma cidade dessas que você sente: o emprego industrial é uma

promoção social para esse povo. Todos já têm seu carro, têm a sua moto e são altamente entusiasmados com o que fazem.

Então, essa é uma realidade que não se pode contestar. E isso, mais uma vez digo, não teria sido possível se não tivesse havido o sistema de estímulos. As distorções que houveram, e foram várias, no momento da extinção da Sudene, que foi um dos grandes erros do Governo Fernando Henrique Cardoso, já estavam sob controle na gestão do general Nilton Rodrigues, a quem tive a honra de servir, para a minha grande surpresa, porque não tinha nenhuma simpatia pelos militares. Tudo aquilo havia sido resolvido, projetos cancelados, execuções fiscais para receber os recursos desviados, "notitiae criminis" ao Ministério Público para apurar responsabilidades penais, tudo estava em curso. Quer dizer, aquela CPI, que, apesar de tudo, acabou concluindo pela validade do sistema, e, com a celeuma que criou, deu motivo à extinção, veio atrasada. Era uma decisão de cinco anos atrás, que, desencavada, serviu ao deputado Zé Pimentel para fazer toda aquela encenação, com números absurdos. Ele citava números de desvios que correspondiam a todo o orçamento do Finor durante 10, 15 anos. Numa das muitas palestras que tive a oportunidade de fazer sobre isso, cheguei a dizer que aqueles números eram comparáveis a mitos do nosso folclore, como a mula sem cabeça e a cabra cabriola. Pois a cabra cabriola é uma assombração criada com base em um animal que é um modelo de docilidade. Pura aberração. Pior ainda no caso da mula sem cabeça, que, mesmo sem cabeça, joga fogo pelas ventas. Então, por conta de tantos "escândalos", a Sudene foi extinta, e, ao ser recriada, veio fraquinha. Mas, apesar disso, ainda acho que ela pode ter um papel...

ZÉ MARIA ARAGÃO

O projeto do Congresso foi até bom, mas teve muitos vetos que o esvaziaram.

CLEMENTE ROSAS

Convidado pela Dra. Tania Bacelar, tive a satisfação e a honra de ser o autor da primeira versão do Projeto de Lei Complementar que foi encaminhado, mas, primeiro, foi mutilado pelo

ministro, que era o Ciro Gomes, e depois mais ainda no Congresso, e aí ficou inclusive...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Mas foram vários vetos do presidente da República, no Congresso, ao projeto, restringindo-o.

CLEMENTE ROSAS

Vetos. Do ponto de vista jurídico ficou uma aberração, porque uma Lei Complementar alterando artigos de medidas provisórias... Enfim, vamos esquecer. Este é o meu depoimento sobre a Sudene e sobre o Dr. Celso. Tenho uma série de uns 30 artigos que escrevi, a partir da redemocratização até agora, que estão sob exame da Fundação para serem editados em livro: "A Sudene e o Seu Inventor", e eu espero que...

ZÉ MARIA ARAGÃO

Tem que ser publicado.

CLEMENTE ROSAS

Dizem muito mais do que eu disse aqui. Quero, para encerrar, reproduzir citação que fiz ao final da minha fala na Academia Paraibana de Letras. Uma citação de John Donne, pensador inglês, que consta como epígrafe de um dos livros de Hemingway, Por quem os sinos dobram: "Nenhum homem é uma ilha completa em si mesma. Todo homem é um pedaço do continente, como parte da terra firme. Se um torrão de terra for levado pelo mar, a Europa fica menor, como se tivesse perdido um promontório. O perdido solar é de um amigo teu, ou de um amigo próximo. A morte de qualquer homem diminui a mim, porque na humanidade me encontro envolvido. Por isso nunca mandes perguntar por quem os sinos dobram, eles dobram por ti." Mas, acrescentei eu naquela ocasião, se é verdade que, com a morte de uma pessoa como Dr. Celso Furtado, todos morremos um pouco, proponho também que encaremos a situação com uma ótica mais esperançosa, mais iluminada, mais condizente com a personalidade do desaparecido. Pensemos que ninguém morre completamente se

os seus trabalhos permanecem, se as suas ideias se propagam e conquistam outras mentes, se o seu exemplo é seguido. E recordemos assim a indagação desafiadora do apóstolo Paulo: "Mors, ubi est victoriam tuam?". Celso Furtado vive: no coração dos que participam desta cerimônia, na consciência dos discípulos e companheiros de trabalho que tanto aprenderam com ele, no compromisso, que todos temos assumido, de fidelidade aos seus ideais e aos seus sonhos.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Obrigado, Clemente. Marcos, por favor.

MARCOS COSTA LIMA

Bom, eu não estava escalado para apresentar nenhum documento, mas agradeço o convite e vou dizer apenas duas ou três palavras. Eu já venho, há algum tempo, relendo a obra de Celso Furtado e me impressionando com a atualidade e a força da obra, não só apenas da obra, mas da intenção de vida de Celso Furtado, uma pessoa totalmente devotada a compreender o problema nacional. E, dentre os vários aspectos da obra dele, eu vou aqui, apenas muito rapidamente, pensar duas ou três de memória.

Celso Furtado diz, por exemplo, que o Brasil, na época em que ele escreveu, há 60 e poucos anos, era um país cujo centro estava fora do país, ou seja, nós não nos governávamos. O país e as suas elites eram governados de fora. Isto ele diz com todas as letras e com muita intensidade. Ele diz também coisas importantes sobre as elites brasileiras, que elas sempre procuraram o espelho, a imagem, o mimetismo dos europeus e dos países desenvolvidos e sempre olharam com desprezo o próprio país. E mais do que isso, que as elites brasileiras olhavam o povo como sem nenhuma criatividade, como um povo incapaz de gerar algo positivo nesta terra brasilis. Então, eu acho que essas duas lembranças que eu faço aqui são extremamente importantes e atuais, não só para o Brasil, mas em escala internacional.

Nós vivemos em uma crise mundial muito preocupante, e essa crise vem também adicionada de um outro fator que, aqui, nós não tivemos. Falamos indiretamente quando falamos de água,

quando falamos de seca, que é a questão ambiental. E Celso Furtado, quando faz a crítica do milagre econômico, que ele vai buscar Jorge Escorreguem, para falar sobre a questão ambiental, ele também chama atenção para padrão de consumo moderno, que ele jamais seria capaz, quer dizer, que seria impossível ser gerado, em escala mundial, um padrão de consumo tão avassalador, que fosse possível ser transmutado para toda a esfera global. E isso, ele está falando na época do Clube de Roma, lá atrás, mas ele tinha uma visão prospectiva extremamente fundamental, hoje, à humanidade, que está se deparando com questões ambientais, que nós achamos que mudam e que são fáceis de corrigir, mas já há muita gente, peritos das Nações Unidas e comissões, dizendo que esse processo de degradação ambiental, de aquecimento climático, tanto no Ártico quanto no Antártico, está gerando problemas muito graves em escala internacional.

Um outro comentário breve que eu gostaria de fazer, sobre a Sudene é que eu pensoo que é inegável a mão de Celso Furtado, um projeto de Escurtino, mas a gente tem que olhar o que foi a Sudene, até para não incorrer nos erros que nós cometemos. Houveram muitos acertos, houveram muitos avanços, mas, por exemplo, a questão da industrialização como meta salvacionista, no mundo como nós estamos vivendo, é uma questão extremamente difícil, porque as empresas, hoje, estão produzindo com uma expansão tecnológica vertiginosa, e essa (...). Eu estou pensando aqui, por exemplo, em Hirschman, quando falava da Teoria do Gotejamento e tudo o mais. Mas como enfrentar esse problema numa região de baixo nível educacional, que tem dificuldades e a escolaridade média do trabalhador do Nordeste é muito baixa, em um mundo que está profundamente concentrado, onde as corporações multiprofissionais dominam o centro de produção tecnológico?

Quer dizer, eu acho que hoje nós, nordestinos, deveríamos olhar também, e estudar muito a China, o esforço que ela fez, porque eu admiro, no seu processo duas coisas, basicamente: eles terem tirado 500 milhões de pessoas (isso não são dados meus, são dados do Banco Mundial) da pobreza em 30 anos. Os chineses fizeram aumentar a expectativa de vida de sua população, de

55 anos, nos anos 60, para 70 e poucos anos. E, finalmente, os chineses conseguiram incorporar capital internacional, sem ser totalmente dominados por ele. Eles – o Estado – direcionavam.

Então, essa questão é fundamental, isso está dito em Polani. Isso está dito em vários autores, quer dizer, de grande descortínio. É necessária a regulação (...). Polani dizia que a economia deixada aberta ao mercado, e ao controle do mercado, vai tender ao que ele chama de "moinho satânico", que vai levar à destruição do processo social. Eu quero crer que o mundo está vivendo, quer dizer, para mim, 2008 é uma virada internacional, grave, de um processo que a gente, na academia, chama de neoliberal, que aprofundou as desigualdades sociais e concentrou renda. Isso está dito em Stigler, e em Picket, em vários outros autores importantes que a gente tem que levar em consideração. A indústria mudou e ficou cada vez mais concentrada, e o Estado foi completamente capturado por essas corporações internacionais. Quais são, pois, as alternativas que um país como o Brasil tem para enfrentar essas mudanças, com todos os atrasos que nós tivemos, na educação e na saúde, para gerar um processo diferente, que seja inclusivo, que respeite o meio ambiente? Porque pensar em industrialização de qualquer maneira não vai resolver o problema brasileiro, sem sombra de dúvida.

Eu acredito que em todas essas questões, a importância de Celso Furtado é que ele não é apenas um economista, é muito mais que isso, ele é um grande pensador brasileiro. Ele discutiu muito sobre tecnologia, sobre educação, sobre qualificação de mão de obra, e tudo o mais. O enfrentamento da pobreza, que, indiretamente, era um garrote da meta que ele tendia a (...). Antes de entrar no Ministério da Cultura, ele já estava indicado. Ele faz um pronunciamento, em Minas Gerais, quero crer, onde ele escreve um texto. O Centro Celso Furtado publicou-o. É um texto magistral, e ele faz uma pergunta que eu acho que todo país que quer ter um futuro melhor para a sua gente, um futuro de menos desigualdade, de mais oportunidade, e de criatividade deveria fazer. A pergunta dele é: "o que somos?" por isso eu parabenizo a iniciativa do presidente Luiz Otavio, por trazer à tona essa reflexão de um pensador maior da vida nacional. A força de Celso, o exemplo dele é muito

importante, quer dizer, o mundo está em constante mudança, e a gente tem que tentar acompanhar essas mudanças, observar como ele fez, quais são as alternativas, mas que sejam alternativas para a maioria, e não apenas para pequenos grupos, pois esse tem sido um problema não apenas brasileiro, mas em escala mundial. Eu não vou citar aqui estatísticas, mas o quadro de concentração de renda que o Stiglet faz, apenas dos Estados Unidos, porque o Picket amplia a reflexão, são assustadores.

Então, mesmo durante o capitalismo, no keynesianismo dos anos, do pós-guerra, dos 50 até a crise do petróleo, a distribuição de renda, naquela época, se dava com uma generosidade muito maior. E quando a gente olha o quadro que é apresentado, sobretudo depois dos anos 80, quando a globalização e a financeirização se apresentam como alternativa, a concentração de renda tomou conta não só do Brasil, mas em escala planetária. Logo, a gente tem que refletir sobre isso, e acho que Celso Furtado é um grande pensador para a gente iniciar essa reflexão.

SATURNINO BRAGA

Posso comentar?

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Por favor.

SATURNINO BRAGA

Marcos, eu queria fazer dois comentários, primeiro referente à China. Eu acho que a China tirou 500 milhões da pobreza, tirou do campo, aliás, que era onde estava concentrada a pobreza, porque a economia cresceu cerca de 10% ao ano...

MARCOS COSTA LIMA

Desde 1978.

SATURNINO BRAGA

Então, não é brincadeira. A população cresce, na China, zero alguma coisa, assim como a população em idade ativa, e o PIB cresce 10% ao ano. Então, meu amigo, isso é...

MARCOS COSTA LIMA

E os investimentos são de 45%.

SATURNINO BRAGA

Exatamente, eu queria completar. Você tem uma capacidade de investimento de 40% do PIB. A gente aqui no Brasil tem, nesse quadro, um investimento de 15, 17% do PIB, e a economia estagnou, há décadas, em torno de 2, 3%. Isso já é uma diferença importante. Segunda coisa: a China teve uma concentração de renda muito alta, também, porque o ciclo que se deu terminou tendo uma concentração, se formando grandes capitais, inclusive internas. Eu não tenho dados, mas eu sei que houve uma concentração muito grande.

MARCOS COSTA LIMA

A China ainda é muito controlada pelo capital estatal. Ela tem capital privado, mas o capital estatal controla não só a indústria, como também o setor bancário.

SATURNINO BRAGA

A outra coisa é o seguinte: o risco que a gente tem para o futuro está longe de ser um neoliberalismo. O neopopulismo, o Trump, Le Pen, principalmente nesses países da Europa e os Estados Unidos. Trump, que acabou de voltar a produzir carvão, quer dizer, que está na contramão da história inteira, que quer fechar a economia americana. Por isso, eu acho que o risco que a gente tem para o futuro é o neopopulismo.

MARCOS COSTA LIMA

O futuro próximo é esse.

SATURNINO BRAGA

E, para terminar, é o seguinte: eu acho que a elite somos nós, rapaz. Não adianta dizer: "porque as elites brasileira (...)". A elite somos nós, era Celso Furtado, quer dizer, isso é elite. Não adianta a gente ficar dizendo: "a elite não presta", "o povo é bom e a elite não presta". A elite, em parte, é produto do povo, como

o Congresso é produto da elite do povo. Entendeu? Então, eu acho essa posição um pouco...

MARCOS COSTA LIMA

Não, eu estou me referindo à posição de Celso Furtado, com o que eu incorporo.

SATURNINO BRAGA

Eu estou criticando um pouco a posição, certo, porque eu acho que isso leva a uma certa passividade. "A elite não presta", "a elite não presta", a elite somos nós, nós somos parte disso. Então, eu acho que isso simplifica...

MARCOS COSTA LIMA

Ele está falando da elite de poder.

ZÉ MARIA ARAGÃO

E elite dirigente.

MARCOS COSTA LIMA

A elite dirigente é quem tem o poder na mão. São os grandes capitais, não são os grandes bancos, essa são...

SÉRGIO BUARQUE

Que comanda a mídia...

MARCOS COSTA LIMA

Que comanda a mídia, é essa...

SÉRGIO C. BUARQUE

É quem faz as cabeças, é isso mesmo.

MARCOS COSTA LIMA

Mas são pontos de vista.

SATURNINO BRAGA

Não, claro, aliás, isso dá um outro seminário.

SÉRGIO C. BUARQUE

É verdade.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Eu acho que chegou a hora de agradecer. Agradecer aos que estão presentes aqui, aos cinegrafistas, ao suporte técnico, ao apoio técnico. Dona Cynthia Falcão, que armou o cenário, e que, através da Massangana Multimídia, vai proporcionar dois produtos deste encontro: uma coedição, entre a Massangana e o Centro Celso Furtado e um vídeo para documentar o debate. Agradecer a cada um dos debatedores que aceitaram o convite da Fundação Joaquim Nabuco. Um agradecimento especial ao Dr. Saturnino Braga pela presença e pela participação. E encerrar dizendo o seguinte: a Fundação Joaquim Nabuco sente-se desafiada. Eu anotei dois pontos dentre os muitos que aqui foram mencionados – a questão do estado da proteção social e a grande defesa que Celso Furtado fazia da produtividade e da competitividade – que acho que são pontos fundamentais para o país ir para a região e assumir o compromisso de dar continuidade a esse debate, a essa conversa, porque eu acho que essa é a melhor maneira de a gente homenagear a memória de Celso. Muito obrigado a todos!

Esta edição foi composta nas fontes Sabon
e Myriad Pro com miolo sobre Papel Offset 90 g/m²
e capa em papel Supremo 250 g/m²,
impressa pela Liceu Gráfica e Editora Ltda - EPP,
para a Editora Massangana, em 2017.

ISBN 978-85-7019-677-4

O propósito deste encontro é estabelecer parceria, brasileiramente nordestina, entre a Fundaj e o Centro Celso Furtado. Afinal, quase tudo une Nabuco e Furtado, a começar pela grandeza do patriotismo de ambos, que sempre assumiram superiormente os interesses do país. Esperamos, pois, que este seja o marco inicial de uma travessia regionalmente nacional, com seminários, pesquisas e coedições, na qual valores republicanos sejam realçados. Mesmo em Nabuco, que tendo sido monarquista, serviu à República, como embaixador, em Washington. A oportunidade do encontro entre a Fundaj e o Centro Celso Furtado, a nosso ver, apoia também o entendimento sobre a importância do planejamento no Brasil.

Luiz Otavio Cavalcanti
Presidente da Fundaj

Fundação Joaquim Nabuco
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BRASIL GOVERNO FEDERAL